

**REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL**



**ANO: 81 N° 109 2022**

**ISSN: 0020-3890**



## SUMÁRIO

### EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73.

Representante do Brasil na Comissão  
Internacional de História Militar

#### Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

#### Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

#### Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

#### Conselho Editorial

Cel Manoel Cândido Andrade Netto  
Cel Antônio Ferreira Sobrinho  
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz  
Cineasta Daniel Mata Roque

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro  
20.040-009 Rio de Janeiro-RJ  
Brasil

[ighmb.org.br](http://ighmb.org.br)

[ighmb-historiamilitar@hotmail.com](mailto:ighmb-historiamilitar@hotmail.com)

2 – Editorial

5 – O Serviço de Informações e Contrainformações  
da FEB na Itália Nacional  
Ten Cel PM André Luís Woloszyn

27 – Abril no Rio da Prata: asilados brasileiros, 1894  
Auditor Carlos Alves Lopes

44 – Batalha de Charleroi: do Plano Schlieffen ao  
massacre de Tamines  
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

71 – Aqui não é lugar de mulher (?): mulheres nas  
guerras  
Socióloga Maria Carolina Loss Leite

87 – O gigante benevolente: o corolário Rio Branco à  
Doutrina Monroe  
CC (FN) Esley Rodrigues Teixeira

106 – Recordações familiares de uma revolução  
paulista que afetou a Bahia  
Prof. Armando Alexandre dos Santos

112 – Música militar no Período Joanino: a herança  
da Casa dos Bragança para a música militar  
Cap João Carlos Talina

135 – O Pensamento do Poder Aeroespacial: sua  
correlação com a Geopolítica  
Cel Inf Aer João Rafael Mallorca Natal

148 – Resenha – *Vietnã: uma tragédia épica: 1945-  
1975*  
Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidade dos anunciantes, excluindo qualquer responsabilidade do IGHMB.

# Editorial

Em 2022, o Brasil, nossa Pátria, celebra o bicentenário de sua independência. No dia 7 de setembro de 1822, pressionado pelas Cortes de Lisboa, o príncipe-regente D. Pedro declarou o Brasil independente de Portugal. Houve resistência das forças militares portuguesas estacionadas no território brasileiro, o que deu origem a uma breve, mas sangrenta guerra pela independência do Brasil que se prolongou até 1823. Superada a resistência, o Império do Brasil foi fundado e consolidado, sob a liderança do novo imperador D. Pedro I.

Ainda que a efeméride se imponha neste ano de 2022, o IGHMB optou por exaltar a inde-

pendência do Brasil não em sua Revista, publicada regularmente há mais de oitenta anos, mas em um livro especial próprio, instrumento cultural mais adequado para perenizar os processos que, há 200 anos, levaram o Brasil a se emancipar de Portugal. Por essa razão, a edição de 2022 da Revista do IGHMB não trata especificamente do bicentenário da Independência, mas aborda temas gerais de História Militar, Geografia, Geopolítica, Estratégia, Relações Internacionais e outros afins, conforme estabelece seu estatuto.

A edição da Revista do IGHMB de 2022 começa com uma abordagem sobre o Serviço de Contrainformações da Força





Expedicionária Brasileira (FEB), a qual analisa as dificuldades iniciais na atividade de inteligência, as críticas recebidas dos norte-americanos e as experiências adquiridas que conduziram ao êxito das atividades da 2ª Seção da FEB.

A intervenção da Marinha Portuguesa na Segunda Revolta da Armada de 1894 é o tema do próximo artigo, produzido por renomado historiador naval português. A investigação destaca o decisivo papel exercido pelo comandante Augusto de Castilho na evacuação e proteção humanitária dos derrotados na revolta, particularmente em sua passagem pela Bacia do Prata.

A Batalha de Charleroi, no contexto da invasão da Bélgica pelas forças militares do Império Alemão em agosto de 1914, é o objeto da pesquisa seguinte. O autor contextualiza o Plano Schlieffen (plano de ataque em duas frentes, primeiro contra a França e depois contra a Rússia), bem como as atrocidades e crimes de guerra perpetrados contra

a população da Bélgica nos primeiros movimentos da Primeira Guerra Mundial.

No campo dos estudos de gênero, o artigo *Aqui não é lugar de mulher(?)*: *mulheres nas guerras* analisa a contribuição feminina para a arte da guerra, uma frente de pesquisa ainda a ser desbravada pelos historiadores e pesquisadores. A autora destaca o papel das mulheres em combate no curso de nossa história militar, destacando aquelas que foram inscritas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

A diplomacia e as relações internacionais são contempladas com artigo sobre o Barão do Rio Branco, destacando a aplicação de seu corolário à Doutrina Monroe, aplicada pelos Estados Unidos da América.

Mobilizando questões memorialísticas, o artigo *Recordações familiares de uma revolução paulista que afeta a Bahia* debruça-se sobre uma experiência familiar paulista na Revolução de 1924, um importante evento da História do Brasil.



O artigo seguinte encontra-se no campo da musicologia militar brasileira e estuda sua origem, organização, influências culturais e práticas no *ethos* musical no Brasil Colonial, enfatizando as contribuições da política cultural de D. João para a música militar neste período.

Finalizando a edição de 2022 de nossa revista, um ensaio de caráter doutrinário debruça-se sobre o Poder Aeroespacial e suas interfaces com a Geopolítica. Enfatiza também o ideário e a produção de quatro destacados pensadores brasileiros da área.

No ensejo desses 200 anos de emancipação política, e do estabelecimento, de fato e de direito, do nosso Brasil, fica a nossa homenagem do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Vida longa ao nosso Brasil!

Vida longa ao nosso Instituto!

O editor.

# O Serviço de Informações e Contrainformações da FEB na Itália

André Luís Woloszyn <sup>a</sup>

**Resumo:** O Serviço de Informações e Contrainformação da FEB no teatro de operações da Itália se deparou com uma nova realidade, manifestada pelo significativo número de espões infiltrados em meio à população local e nas ações massivas da propaganda inimiga, direcionada a minar o moral e fomentar deserções. O presente artigo trata do tema e aborda as dificuldades iniciais na atividade de inteligência, as críticas dos norte-americanos e as fontes de informações disponíveis. Retrata as experiências adquiridas e os êxitos que levaram o serviço de Informações e Contrainformações da FEB ser considerado de maior relevância, no âmbito do IV Corpo de Exército dos EUA.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial; FEB; Informações; Contrainformações.

## PALAVRAS INICIAS

Quando o primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) embarcou para o teatro de operações da Itália, em 2 de julho de 1944, as técnicas utilizadas na atividade de informações eram conhecidas, contudo, faltava-lhe doutrina, metodologia e, especialmente, experiências dos exércitos, inclusive, no norte-americano.

Mesmo no âmbito das forças armadas dos EUA, Willian Dona-

van, chefe do Escritório de Serviços Estratégicos (OSS), criado para coleta de informações militares e realização de operações encobertas na Segunda Guerra Mundial, afirmou que “antes desta guerra, os EUA não tinham qualquer serviço secreto de inteligência e sua única fonte de informações eram uma dúzia de embaixadores e adidos militares”<sup>1</sup>.

Neste contexto, é consenso entre pesquisadores do tema que toda a metodologia que conhecemos na

---

<sup>a</sup> Tenente-coronel PM da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



atualidade, foi construída ao longo deste conflito, notadamente no teatro de operações europeu e ao longo na Batalha do Atlântico, com base em erros e acertos.

A guerra moderna acarretou em diversos problemas, especialmente, no âmbito da FEB, que procurava se adaptar rapidamente a doutrina militar norte-americana após décadas de influência francesa. Todavia, as dificuldades que os brasileiros enfrentariam na Itália, não eram desconhecidas. A 2ª Seção do Estado-Maior, da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), a partir de novembro de 1943, ocupava-se do levantamento de dados e informações de interesse acerca do teatro de operações italiano.

Sua missão era assessorar o comando com informações para o planejamento das operações além de confeccionar boletins diários contendo análises e estimativas da guerra. Estava dividida em três subseções: informações, interpretação fotográfica e contrainformações<sup>72</sup>.

Um destes dados, além da

obtenção de cartas topográficas e fotografias de uniformes e insígnias utilizadas pelas tropas alemãs e italianas, foi a confirmação, pelo grupo de observadores brasileiros, enviados à Itália e à África do Norte, em dezembro de 1943, da existência de significativo número de agentes da espionagem inimiga infiltrados em meio à população das cidades italianas, nas zonas que seriam ocupadas pelos aliados.

Esta condição levou a subseção de contrainformações, ainda no Brasil, a preparar material de alerta ao efetivo acerca do problema da espionagem, com a distribuição de panfletos contendo orientações básicas como a de não comentarem assuntos militares fora dos perímetros do quartelamento.

## **AS DIFICULDADES NO FRONT ITALIANO**

Nos primeiros meses na Itália, as informações operacionais eram, em grande medida, provenientes do Serviço de Informações do IV



Corpo de Exército dos EUA, pertencente ao V Exército, unidade a que estava subordinada, compartilhada junto a 2ª Seção da 1ª DIE, chefiada pelo tenente-coronel Amaury Kruel.

A leitura de relatórios, recentemente desclassificados, do V Exército norte-americano, apontam que nos primeiros meses apesar do intercâmbio constante de informações, havia dificuldades em transmitir dados e informações, motivadas por dois fatores condicionantes. O primeiro, a inexistência de quadros aptos em criptografia, uma séria deficiência apontada ainda em 1943, pelo general Góes Monteiro, tampouco no manejo de aparelhos de comunicação fornecidos pelos EUA. O segundo e, provavelmente o mais importante, foi a barreira da comunicação por conta do idioma inglês, que poucos integrantes da FEB dominavam.

Diante desta circunstância, muitas informações de natureza secreta, discutidas entre os comandantes dos Exércitos brasileiro e norte-americano e seus respectivos estados-maiores, eram realizadas

com a participação de intérpretes, com destaque para o major, Vernon Walters, oficial de ligação do Exército norte-americano com a FEB.

No âmbito das informações operacionais, as dificuldades iniciais decorriam da falta de experiência contra um bem estruturado e experiente serviço de informações inimigo, que atuava por meio da infiltração de agentes de espionagem, em meio a população local.

No documento, citado na obra de William Waack, são apontados os principais problemas enfrentados pela área de informações da FEB, nos primeiros dois meses:

[...] a falta de coordenação e cooperação entre as áreas de informações e operações; a dependência dos integrantes da seção de informações em relação ao chefe, o que resultava na falta de repasse de informações quando esse não se encontrava; a falta de fidedignidade das informações vindas de unidades subordinadas e repassadas aos QG superiores; relatórios





incompletos; falta de rapidez em relatar as informações obtidas que não raras vezes chegavam com 12 ou 24 horas de atraso; falta de estimativa da potencialidade do inimigo, missão do chefe da seção que raramente o relatório diário incluía e falta de planejamento e previsão que incluía estudos das futuras condições do terreno, climáticas, dentre outras<sup>3</sup>.

Cordeiro de Farias, em suas memórias da guerra, oferece um relato a este respeito e a grave consequência que acarretava:

[...] era difícil se manter informado. Os oficiais de informação diziam: ali tem alemão. Mas os alemães também estavam organizados e deixavam pistas falsas. Em consequência, os comandantes eram levados a frequentar mais as linhas de frente do que normalmente deveriam a fim de ampliar as informações disponíveis e melhorar os planos de ataque<sup>4</sup>.

Uma possível causa para tais deficiências, inclusive da falta de coordenação entre as 2ª e 3ª Seções do Estado-Maior, repousa na avali-

ação de Souza Lima, quando afirma que o Brasil na época não dispunha de um conceito estratégico nacional para estabelecer as diretrizes em caso de guerra e, em face disso, as nossas hipóteses de Guerra eram as da guerra clássica, o que dificultava a internalização dos novos conceitos<sup>5</sup>.

Uma análise mais ampla destes mesmos relatórios sugere que algumas informações coletadas nas frentes ocupadas por tropas norte-americanas e britânicas, eram desconsideradas pelo comando do V Exército, parte disso pela ânsia em tomar as posições inimigas antes da chegada da primavera, caso de Monte Castelo e suas quatro tentativas infrutíferas, em 1944.

Diante deste contexto, depender exclusivamente destas informações não era uma boa opção e relatos descrevem ainda, que estes forneciam apenas informações básicas para o planejamento das operações, algumas já desatualizadas, *status* similar as informações compartilhadas pelo U.S. Navy ao longo da Batalha do Atlântico,



especialmente, no litoral da Região Nordeste brasileira<sup>6</sup>.

Importante destacar, que as subseções de interpretação fotográfica e contraespionagem não faziam, originalmente, parte da 2ª Seção do EM da 1ª DIE, sendo criadas no organograma após a chegada da FEB na Itália, decorrente das novas necessidades surgidas no curso das operações.

Neste contexto, as fontes de informações recaíam basicamente nas patrulhas de reconhecimento e na observação e reconhecimento aéreo, quase sempre precisas, além das obtidas por meio do interrogatório de desertores, prisioneiros, informações originadas dos *partigiani* e da população local, esta última, não raras vezes, imprecisas.

## **O ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO E A OBSERVAÇÃO AÉREA**

Um dos principais instrumentos de coleta de dados e informações acerca do inimigo foram as

patrulhas de reconhecimento, que exerceram um papel relevante nas operações da FEB, ou a nota dominante, nas palavras de seu comandante. Tinham por missão, se aproximar o máximo possível das linhas inimigas, contando com o elemento surpresa, com a finalidade de coletar informações para o planejamento das operações o que acarretou em grande número de baixas.

Dentre estas, se destaca a morte do sargento Max Wolff Filho, ocorrida em 12 de abril de 1945, durante a tomada de Montese, dois dias antes do início da ofensiva da primavera. Wolff comandou o maior número destas patrulhas, ao longo da guerra.

As informações de interesse recaíam na identificação da posição que o inimigo ocupava no terreno, número de efetivos, identificação das unidades, tipos e quantidade do armamento, principalmente, peças de artilharia, que seguidamente fustigavam as tropas brasileiras causando elevado número de baixas. Embora a ordem expressa era a de não entrar em confronto, estes



eram inevitáveis quando surpreendidos.

Branco, referindo-se a importância destas patrulhas, assim relata:

[...] o esquadrão de reconhecimento havia se deslocado para Traversetolo, na busca de informes, avidamente aguardados pelo comando da Divisão Expedicionária, que deram conta da existência de dois batalhões inimigos que se direcionavam de Berceto para Fornovo, robustecendo-se as suspeitas de que ainda havia inimigos naquele setor. Qual a natureza, efetivo e missão das tropas em contato? Qual o valor, tipo e propósito das unidades que marchavam na direção de Fornovo di Taro? Haveria outras forças mais no Setor? Que rumo tomavam?<sup>7</sup>

Após adquirirem a necessária experiência, Branco assevera que as informações até então vagas, imprecisas e, por vezes, contraditórias, transformaram-se, rapidamente, em realidade palpável e irrefutável, cujos resultados, sem dúvida, revelariam pormenores ansiosamente aguardados<sup>8</sup>.

Além disso, o comando da FEB e os quatro grupos de artilharia possuíam sob seu controle operacional duas aeronaves cada, da recém-criada unidade da Força Aérea Brasileira (FAB) denominada Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª ELO), apelidada de “Olho Neles”. Composta por 11 oficiais aviadores e 10 aeronaves Piper L-4H, a unidade era comandada pelo capitão aviador João Fabrício Belloc<sup>9</sup>.

A aeronave foi apelidada pelos pilotos brasileiros de “teco-teco”, um avião de turismo, adaptado para uma versão militar, voando a cerca de 300 e 600 metros de altura, expostos ao tempo e ao fogo da artilharia inimiga.

O general Mascarenhas de Moraes compartilha desta percepção afirmando que eram aviões frágeis, desarmados, de pouca velocidade, voando abaixo das nuvens, próximo ao terreno, afrontando o clima e a artilharia antiaérea inimiga, contudo, os únicos olhos que a divisão possuía, nos céus sobre os Montes



Fig. 1 - Major Álvaro Alves dos Santos, chefe do Serviço de Contrainformações



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Apeninos<sup>10</sup>.

Voando sempre acompanhado de um oficial de artilharia da FEB, além da observação aérea, buscavam obter a localização de postos de artilharia, bases e acompanhamentos inimigos. Muitos jornalistas correspondentes de guerra, como Rubem Braga e Joel Silveira, voaram nestas aeronaves.

As fotografias aéreas complementavam o reconhecimento nas cartas e no terreno, mostrando aspectos que a observação direta nem sempre assinalava. Foi a primeira vez que

o Exército Brasileiro utilizava, em campanha, a inteligência de imagens (IMINT) para reconhecimento do terreno e da posição do inimigo.

## OS *PARTIGIANI* COMO ELEMENTOS DE INFORMAÇÕES

A participação dos *partigiani*, como elementos de informações e de apoio junto às operações da FEB é pouco explorada pelos pesquisadores militares e percebidas por alguns, com certo preconceito.

Contudo, pela leitura de diversos depoimentos de ex-combatentes e obras italianas, é possível afirmar que tiveram um papel relevante no auxílio às tropas, especialmente, pelo conhecimento que tinham do terreno e do inimigo. A este respeito, Souza Lima assim registra:

[...] estávamos em nosso PC e recebemos a informação de que



iriam sair alguns elementos pelas nossas linhas. E ficamos muito surpreendidos quando, efetivamente, o Serviço de Informações do Batalhão nos encaminhou três partisanos, sendo um deles mulher. Sairiam cruzando nossas linhas e iriam buscar uma série de informações. Na ocasião, antes de deixarem o nosso Posto de Combate, tiveram ocasião de comentar conosco que eram da região e conheciam bem aquela área e nos mostraram caminhos de infiltração, as posições de morteiros e pontos de apoio do inimigo etc<sup>11</sup>.

Araújo registra que os *partigiani* colaboraram com a FEB, evitando que dezenas de militares fossem mortos pelos alemães. Ocultavam feridos até seu resgate, levavam munição e alimentos para os combatentes brasileiros em zonas ocupadas pelo inimigo e forneciam informações acerca de sua posição e armamentos, situação que possibilitava desencadear ataques com efeitos devastadores pela artilharia<sup>12</sup>.

A percepção da guerra clássica e a influência da doutrina francesa pode ter sido um dos fatores que contribuíram para esta percepção negativa, uma vez que era inimaginável que um exército regular, obtivesse auxílio de um exército ou grupo irregular, com características de guerrilha.

## **A ESPIONAGEM NAS LINHAS BRASILEIRAS**

Um dos maiores problemas enfrentados pelo efetivo da FEB, recaiu na ação intensa da espionagem inimiga, com agentes autóctones a serviço dos alemães.

Estes se infiltravam entre migrantes e refugiados ou apresentando-se como agricultores da região e nessa condição disseminavam boatos e falsas informações destinadas a confundir o comando da tropa brasileira, com relação ao número de efetivos inimigos dispostos nas linhas, seu potencial de fogo, suposto abandono de posições e elevado número de deserções. Além disso,



procuravam obter informações acerca da localização de depósitos de armas e munições, situação do moral da tropa e planos detalhando futuras operações.

Como os brasileiros tradicionalmente não utilizavam agentes de espionagem, as informações acerca de particularidades do inimigo eram inicialmente provenientes dos núcleos de resistência dos *partigiani*, que, por terem conhecimento do terreno, guiavam e ofereciam segurança aos agentes brasileiros que transitavam por trás das linhas alemãs.

Quanto aos italianos, a desconfiança preponderava, pois muitos destes colaboravam para ambos os lados, por simpatia ou conveniência. As informações eram de pouca qualidade uma vez que não eram nativos do lugar e sim pessoas que fugiram de outras localidades para se protegerem, não conhecendo a área, tampouco o sistema de defesa implantado pelos alemães.

A este respeito, Castelo Branco assevera:

[...] diariamente, agentes espíões inimigos, habilidosamente acionados e misturados a um grande número de refugiados em fuga, cruzavam as linhas de contato, problema para o qual a tropa deveria estar devidamente instruída e alertada para não se deixar cair, facilmente, nos engodos articulados pelo inimigo [...] os brasileiros talvez tenham sido as maiores vítimas do engodo articulado pelo inimigo, tanto pela ingenuidade de uns, como pela inexperiência e credulidade de outros [...] fornecendo dados que, possivelmente, devam ter contribuído negativamente no resultado das operações. Tendo chegado certa vez, ao conhecimento do Comando da Divisão que os homens não mantinham a devida discrição com respeito às operações em estudo, fez sérias advertências a respeito que, embora não tenham de todo coibido os abusos e excessos, concorreram para despertá-los, tornando-os mais atentos e comedidos nas suas manifestações públicas<sup>13</sup>.

Tal condição despertou para a necessidade da existência de um maior controle das correspondências dos integrantes



da FEB enviadas ao Brasil, pois poderiam cair nas mãos inimigas, se constituindo em importante fonte de informações.

A partir de então, passaram por crivo e assuntos militares como o moral dos colegas, o local em que se encontrava estacionado, dificuldades com treinamento e adaptação, foram terminantemente proibidos de registro.

Da mesma forma, a contrainformação supervisionava diretamente o material e conteúdo produzido pelos correspondentes de guerra, submetidos às regras do Regulamento para Correspondente de Guerra Acompanhando o Exército dos EUA em Campo. Por questões de segurança não era permitido publicar a descrição das bases militares da FEB, movimentos antecipados de tropas e direção, assuntos relacionados a planos de operações, número do efetivo e de feridos e nome de oficiais<sup>14</sup>.

Por outro lado, a camaradagem do soldado brasileiro frente às agruras enfrentadas pela população local foi uma questão difícil de ser trabalhada pela contrainformação,

notadamente, quando de boa-fé, permitiram a entrada de alguns poucos italianos nos acampamentos, a fim de apanhar comida e cigarros. Nesta situação muitos soldados foram assassinados pelos italianos quando de serviço de sentinela nos acampamentos<sup>15</sup>.

Outra questão não menos relevante foi o comportamento dos efetivos quando de folga, misturando-se a população de áreas já libertadas, mas que ainda possuíam muitos espíões e simpatizantes, dispostos a ouvir conversas acerca de assuntos militares e relatá-las a quem se dispusesse a fornecer alimentos ou outras benesses.

Diante desta conjuntura desfavorável e de um cenário de constantes ameaças, restou evidente a necessidade da criação de um setor que tratasse, exclusivamente, destes assuntos, considerados de segurança.

## **A PROPAGANDA E CONTRAPROPAGANDA**

A propaganda inimiga foi uma ferramenta de forte impacto psico-



lógico, direcionada a abater o moral do soldado brasileiro, na tentativa de reduzir sua disposição para o combate. Era transmitida por diferentes veículos, como rádios, boletins, cartazes, jornais e panfletos, em português.

Além de semear dúvidas sobre a possibilidade de vitória, explorando as dificuldades climáticas e geográficas da zona de operações e o poderio de fogo da artilharia, lembrava a constante ameaça de morte que rondava os combatentes em cada deslocamento, causando tensões permanentes.

Os alemães espalhavam, constantemente, falsas notícias, boatos e ameaças como a de que seriam facilmente mortos, caso não se rendessem ou desertassem. Havia apelos sentimentais utilizando-se das famílias dos soldados, que ficariam sem seus entes queridos, enquanto lutavam em uma guerra que não era sua.

As rádios de Milão, conhecida como *Voz da República Fascista*, de Berlim e outras clandestinas, uma delas, operada por Margarida Hirschaman, realizavam transmis-

sões diárias em português, incitando à deserção. A radialista foi presa pela FEB após a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã.

Logo após a chegada dos brasileiros à Itália, o jornal fascista *La Stampa* publicou um artigo sob o título “Mercenários sobre os Alpinos”, denegrindo a imagem das tropas, classificadas como “capacho dos norte-americanos”. Embora a massificação destas mensagens, não há registros de que tenham atingido resultados satisfatórios em relação aos brasileiros.

A respeito da contrapropaganda, direcionada a neutralizar os efeitos da propaganda adversa, o comandante da FEB registra:

Na defensiva de inverno, praticou-se de ambos os lados a guerra psicológica: nossa artilharia arremessou em suas granadas quantidade apreciável de boletins de propaganda, destinados a arrefecer o entusiasmo bélico inimigo; e alto-falantes, instalados em nossas linhas avançadas, com a mesma finalidade, dirigiram-se diretamente ao combatente alemão exortando-o a entregar as armas<sup>16</sup>.





Da mesma forma, a reportagem de Arlindo Silva relata:

[...] a contrapropaganda, foi utilizada pelos homens da Subseção na linha de combate. Colocavam, no interior de granadas com pólvora, folhetos e salvo-condutos, convidando os soldados inimigos a bandearem para o lado brasileiro. Os folhetos, explicavam por que os soldados brasileiros tinham atravessado o Atlântico para ir lutar contra a Alemanha e Itália. [...] os altofalantes eram colocados, na calada da noite, junto às trincheiras inimigas [às vezes, a cem metros de distância apenas] e ligados para irradiar mensagens de propaganda aliada<sup>17</sup>.

Registros revelam que significativa parte das mensagens da FEB aos alemães e italianos se referiam a rendição, utilizando o argumento de que a guerra estava perdida, os aliados haviam penetrado no coração da Alemanha e, diante disso, sacrifícios como a perseverança em resistir e a perda de vidas, já não faziam sentido.

## **A CRIAÇÃO DO SETOR DE CONTRAESPIONAGEM (C.I.C.)**

Diante da massificação da espionagem e da propaganda inimiga e seus efeitos nefastos, foi criado, em 22 de agosto de 1944, dentro da estrutura da 2ª Seção do Estado-Maior, um novo setor denominado Serviço de Contraespionagem, organizado pelo tenente Ubirajara Dolácio Mendes.

Integrava a Subseção de Contrainformações, chefiada pelo major Álvaro Alves dos Santos, e sua concepção foi aos moldes do *Counter Intelligence Center*, incluindo um rápido treinamento operacional junto aquele<sup>18</sup>.

Este setor deveria cumprir missões de identificação, na zona da divisão, da rede de espionagem mantida pelo inimigo, assinalar simpatizantes do nazifascismo, realizar ações de contrapropaganda além do interrogatório de prisioneiros, coletando informações importantes sobre efetivos, armamentos, posições que ocupavam e planos de operações.



Após exaustiva seleção, foram escolhidos para o setor de contra-espionagem, onze militares da FEB. Um oficial na chefia do setor, dois oficiais auxiliares, dois sargentos para funções administrativas e seis agentes operacionais. Estes atuaram em conjunto com outros três agentes italianos, pertencentes ao Serviço de Informações Italiano (S.I.M.). Os agentes foram divididos em três grupos, com dois agentes brasileiros e um italiano.

O setor foi chefiado, nos primeiros dias, pelo tenente Ubirajara Dolacio Mendes, substituído uma semana após pelo major Álvaro Alves dos Santos. Embora tenham iniciado os trabalhos em 27 de novembro de 1944, só seria oficializado em 3 de fevereiro de 1945<sup>19</sup>.

Em março de 1950, o ex-chefe da subseção de contrainformação da FEB, coronel Álvaro Alves dos Santos, publicou no jornal *O Ex-combatente* um artigo onde se manifestou acerca da atividade, asseverando que

[...] num campo de Batalha observamos dois fatores absolutamente opostos. O primeiro é a busca constante de informações, utilizando todos os meios disponíveis, desde órgãos de busca da tropa até agentes de toda espécie, incluindo informantes estrangeiros. O segundo, é aquele que se antepõe ao primeiro, a criação de uma rede tão compacta quanto possível, cobrindo todo o campo de Batalha, incluindo os órgãos de busca inimigos<sup>20</sup>.

Sem envolvimento em outras atividades de informações, passou a controlar os itinerários de migrantes e refugiados nas zonas ocupadas pelas tropas brasileiras, fator que reduziu, sensivelmente, a infiltração de agentes e o trânsito de civis por dentro das linhas brasileiras. Competia-lh, ainda, realizar investigações referentes a sabotagem, espionagem e atividades subversivas, incluindo, a disseminação de boatos da propaganda inimiga, sedição, traição, violação de regras de segurança, dentre outras.



Este setor se manteve sem segredo da opinião pública brasileira até o ano de 1954, quando o tema emergiu da reportagem realizada pelo jornalista Arlindo Silva, na revista *O Cruzeiro*, baseado no depoimento do capitão da reserva Ubirajara Dolácio Mendes, em 1949. Posteriormente, em 1963, a obra de Geraldo Batista de Araújo, um dos agentes do C.I.C., apresentaria detalhes mais amplos acerca das missões e capacidades. Segundo Araújo, o C.I.C. tinha por missões:

[...] capturar agentes inimigos conhecidos e suspeitos e pessoas que tivessem colaborado com o inimigo ou constituíssem ameaça à segurança das forças aliadas. Vasculhar edifícios ou escritórios ocupados por elementos do serviço de informações ou pela polícia inimiga, os centros de transmissões, edifícios e instalações militares em que se soubesse ou suspeitasse da existência de documentos de valor para a contraespionagem e interrogar os refugiados e dar-lhes o destino que julgasse conveniente. [...] examinar toda

a correspondência civil proveniente do inimigo, auxiliar as instalações militares com relação a medidas de contra sabotagem e cooperar com a Polícia Militar nas informações de seu interesse<sup>21</sup>.

Em uma dessas missões de vasculhar posições anteriormente ocupadas pelo inimigo na localidade de Abetaia, em dezembro de 1944, por ocasião do último ataque em princípio de maio, apoderaram-se de um relatório que tratava do interrogatório de prisioneiros brasileiros, capturados pela 232ª DI, dentre estes, o do soldado Bruno Lassen Souza Lima, relata o teor do documento, publicado no Boletim de Informações nº 79, da 1ª DIE, da seguinte forma:

[...] ele dá o nome dos oficiais da sua Companhia, fornece dados sobre a organização e o emprego do 11º RI, informa a missão, antes da deserção, dá informações sobre outras unidades brasileiras, informações sobre as nossas intenções, a posição do nosso armamento, efeito das armas alemãs, em relação aos preparativos da guerra química e mais uma série de in-



formações sobre a tropa brasileira, inclusive as relações com a população italiana, a organização efetiva e termina com uma opinião sobre as tropas alemãs, em que diz: “de acordo com o desertor, os brasileiros acreditam que uma das melhores unidades alemãs está na frente deles, fala-se até mesmo de uma Divisão SS”<sup>22</sup>.

Provavelmente esta informação acarretou em mudanças de locais para guarda do armamento e munições além do reforço na segurança dos pontos indicados no interrogatório e orientações complementares.

Por outro lado, as fontes de pesquisa disponíveis revelam que os agentes da contraespionagem não realizavam prisões. Estas eram efetivadas pelos efetivos das tropas que detinham suspeitos e os encaminhavam para a Polícia Militar (PM), que, por sua vez, solicitava a presença do C.I.C. para avaliação e realização de interrogatório.

Araújo relata, ainda, que em caso de evacuação ou retraimento, era missão da contraespionagem

dar buscas nos postos de comando e depósito de suprimento assegurando-se de que foram inteiramente destruídos ou retirados documentos que pudessem interessar ao inimigo. Também fazia parte da missão, elaborar documentos com orientações e recomendações às unidades acerca de procedimentos comportamentais, com o objetivo de não serem surpreendidos em ações de sabotagem ou pela espionagem inimiga.

Estes boletins eram transmitidos constantemente, assinados pelo próprio comandante da FEB, general Mascarenhas de Moraes, ao escalão subordinado, como o abaixo reproduzido:

Porreta Terme, 5 de novembro de 1944. 2ª Seção-SCI. Circular nº 1. Conduta de contrainformação. 1 - Qualquer civil encontrado nas zonas de frente, deverá ser detido e remetido ao CIC, por intermédio da Polícia Militar; 2 - Os objetivos dos agentes inimigos é o de localizar posições de armas, esclarecer sobre dispositivo tomado por



nossas tropas e mesmo, descobrir nossas intenções atuais e futuras, o que pode causar a morte de nossos combatentes; 3 - Os agentes inimigos são em sua maioria italianos, homens e mulheres, bem treinados pelo Serviço de Segurança Alemão; 4- Assuntos militares, de qualquer espécie, jamais devem ser tratados na presença de civis ou em ambiente fora do quartelamento<sup>23</sup>.

Outras importantes orientações foram publicadas nos jornais confeccionados pela FEB, ao longo da campanha, dentre estes, *A Trincheira, a Cobra Fumou e o Marreta* que circulavam no âmbito do esquadrão de reconhecimento e nas diferentes unidades, alertando, dentre outras questões, sobre o perigo dos diferentes tipos de minas terrestres e da presença de franco-atiradores.

Entre um cardápio variado de êxitos obtidos pela subseção de contrainformações e pela contraespionagem, dentre aqueles que, eventualmente, possuem registro documental, se destacam a identificação e prisão de agentes da

espionagem em trânsito pelas linhas brasileiras e a neutralização da propaganda adversa.

## O INTERROGATÓRIO DE PRISIONEIRO

O interrogatório de prisioneiros de guerra, alemães e italianos, após os necessários treinamentos e ao longo de experiências, alcançou resultados acima das expectativas.

Dentre os inúmeros êxitos, um episódio, em particular, digno de nota, foi o interrogatório de um prisioneiro de guerra alemão as vésperas do quinto ataque a Monte Castelo, em 20 de fevereiro de 1945. Ao longo deste interrogatório, restou evidenciado que a informação premeditadamente difundida de que os alemães estariam se retirando de Monte Castelo não correspondia a realidade. Nas palavras do general Mascarenhas de Moraes, “foi um informe falso que, se levado em consideração, poderia nos conduzir a um ataque



Fig. 2 - Soldados italianos aguardam para serem interrogados em Viareggio no dia 31 de outubro de 1944



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

noturno desastroso, de consequências irremediáveis”<sup>24</sup>.

Outro dos sucessos foi a prisão e interrogatório de Fossi Tomaso, que alegava ser um refugiado, de aparência inofensiva, mas confesso agente da espionagem alemã. Este transitava seguidamente por dentro das linhas brasileiras, solicitando alimentação, cigarros e contando histórias aos soldados. Quando da prisão, foi encontrado em seu poder um mapa da região onde operava a FEB junto a um livro em

código, contendo as atividades cotidianas das tropas aliadas ao longo do Vale do Rio Pó.

A importância das informações obtidas nos interrogatórios é registrada em diversas ocasiões nas memórias do comandante da FEB, possibilitando avaliações acerca do inimigo e suas intenções.

Em um destes registros, o general Mascarenhas de Moraes observa que quando as tropas se dirigiam rumo a Roca para sua captura, “os prisioneiros de guerra



informaram que toda a margem leste do Rio Panaro estava minada, o que era indício veemente de que os contrários, em rota batida, se utilizaram da rodovia locada na margem oeste daquele curso de água”<sup>25</sup>.

Outra informação obtida do interrogatório de prisioneiros capturados em Collechio permitiu à FEB saber que a 148ª Divisão de Infantaria alemã marchava em retraimento pela Estrada 62, rumo ao Norte, no Vale do Taro, com grande efetivo, farto armamento e equipamentos, porém, demonstrando desgaste físico, existência de feridos, alguns em estado grave, e a falta de combustível<sup>26</sup>.

Este conjunto de informações desencadeou as tratativas de rendição da divisão alemã em 27 de abril de 1945, o que efetivamente ocorreria em 30 de abril, com o aprisionamento de 14.779 mil praças, 800 oficiais, 80 canhões de diferentes calibres, 1.500 viaturas de todos os tipos, centenas de veículos de tração animal e abundante munição<sup>27</sup>.

Dentro do contexto da guerra, o C.I.C. sofreu apenas uma baixa, com a morte decorrente da explosão de uma mina do soldado e agente José Pessoto Sobrinho, ocorrida quando aguardava para surpreender um espião nazista, que deveria atravessar as linhas da FEB para a zona de ocupação alemã, de posse de importantes informações.

Fig. 3 – Soldado José Pessoto Sobrinho, a única baixa fatal do C.I.C. da FEB



Fonte: Arquivo Histórico do Exército



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise dos poucos registros históricos disponíveis para pesquisa relacionados a essa atividade, é possível afirmar que o serviço de informações e contrainformações da FEB foi essencial no assessoramento ao planejamento das operações de combate e, especialmente, na segurança de pessoal, comunicações e documentação. Suas ações e atividades permitiram um conhecimento mais amplo acerca do inimigo, especialmente, avaliações sobre seu comportamento na zona de combate o que, em perspectiva, fornecia indícios de seus passos seguintes e possíveis intenções.

Com treinamento adequado, se adaptaram rapidamente as missões que lhes eram atribuídas, adquirindo experiência, em grande medida, pelo volume de ações de espionagem, sabotagem, dissimulação e da propaganda inimiga.

Por óbvio que havia uma relação aproximada com os serviços de informações norte-americanos, onde alguns dados e informações

eram compartilhados e, posteriormente, aprofundados pelos brasileiros. Devido ao reduzido efetivo e estrutura, é possível afirmar também que muitas missões não puderam ser cumpridas a contento, em face da extensão da zona de operações e a crescente e interminável demanda até a rendição alemã e italiana.

Importante destacar que o setor de informações e contrainformações da 1ª DIE, foi citado positivamente pelo general Crittenger, como o melhor serviço do gênero dentro do IV Corpo de Exército norte-americano em abril de 1945, obtendo e disseminando informações com velocidade, concisão e exatidão razoáveis.

De todo modo, as experiências no combate moderno, adquiridas pela atividade de informações e contrainformações a partir de necessidades surgidas nas zonas de operações da Itália, contribuíram para aperfeiçoar o trabalho conjunto entre as seções do estado-maior, notadamente, entre as 2ª e 3ª Seções (informações e operações), além de solidificar novos conceitos





e, paulatinamente, possibilitou a construção de uma doutrina que foi sendo testada, reformulada ou readequada e, em linhas gerais, permanece vigente até os dias atuais.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Geraldo Batista de. *Caçando espiões: atividades do serviço de contraespionagem da FEB*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1963.

BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Record, 1996.

BRANCO, Manoel Thomaz Castelo. *O Brasil na Segunda Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate, entrevista a Aspásia Camargo e Walder de Goes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Segunda*

*Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi Editora e Gráfica Ltda, 1982.

GONÇALVES, Daniel Evangelista. *Esquadrilhas de Ligação e Observação: vigília constante em defesa da Pátria*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2016.

GUIMARAES, Ayrton Vianna Alves. *Depoimento. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo III. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MENDES, Ubirajara Dolácio. *Como surgiu a Contraespionagem na FEB*. Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a F.E.B, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A F.E.B pelo seu comandante*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

SANTOS, Álvaro Alves dos. *Jornal o Ex-combatente*, da Associação Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção



Minas Gerais, 1950.

SILVA, Arlindo. Último segredo da FEB: a batalha silenciosa da contraespionagem. *Revista o Cruzeiro*, ed. Especial, 17 jun. 1954.

SOUZA LIMA, Thorio Benedito de. *Depoimento*. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo IIX. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

WAACK, William. *As duas faces da glória*: a FEB vista pelos aliados e inimigos. São Paulo: Planeta, 2015.

WEINER, Tim. *Legado de cinzas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

WOLOSZYN, André Luís. *Inteligência Militar*: o emprego pelo Exército Brasileiro e sua evolução. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

---

<sup>1</sup> WEINER, Tim. *Legado de cinzas*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 24.

<sup>2</sup> MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, p.132.

<sup>3</sup> WAACK, William. *As duas faces da glória*: a FEB vista pelos aliados e

---

inimigos. São Paulo: Planeta, 2015, p. 170-173.

<sup>4</sup> FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias*: meio século de combate, entrevista a Aspásia Camargo e Walder de Goes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 314-315.

<sup>5</sup> SOUZA LIMA, Thorio Benedito de. *Depoimento*. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo IIX. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

<sup>6</sup> GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi Editora e Gráfica Ltda, 1982.

<sup>7</sup> BRANCO, Manoel Thomaz Castelo. *O Brasil na Segunda Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960, p. 447-448.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> GONÇALVES, Daniel Evangelista. *Esquadrilhas de Ligação e Observação*: vigília constante em defesa da Pátria. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2016.

<sup>10</sup> MORAES, 1984, op.cit.

<sup>11</sup> SOUZA LIMA, op.cit, p. 70.

<sup>12</sup> ARAÚJO, Geraldo Batista de. *Caçando espiões*: atividades do serviço de contraespionagem da FEB. Rio de Janeiro: Borsoi, 1963.

<sup>13</sup> BRANCO, op.cit. p.155-156.



---

<sup>14</sup> BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Record, 1996.

<sup>15</sup> GUIMARAES, Ayrton Vianna Alves. *Depoimento*. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo III. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

<sup>16</sup> MORAES, 1984, op.cit., p. 235.

<sup>17</sup> SILVA, Arlindo. Último segredo da FEB: a batalha silenciosa da contraespionagem. *Revista o Cruzeiro*, ed. Especial, 17 jun. 1954.

<sup>18</sup> WOLOSZYN, André Luís. *Inteligência Militar: o emprego pelo Exército Brasileiro e sua evolução*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

<sup>19</sup> MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A F.E.B. pelo seu comandante*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

<sup>20</sup> SANTOS, Álvaro Alves dos. *Jornal o Ex-combatente*, Associação Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção Minas Gerais, 1950.

<sup>21</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 70-71.

<sup>22</sup> SOUZA LIMA, op.cit., p. 66.

<sup>23</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 77-79.

<sup>24</sup> MORAES, 1984, op.cit., p.246.

<sup>25</sup> Ibid., p. 294.

<sup>26</sup> Ibid., p. 309.

<sup>27</sup> Ibid., p.316.

# Abril no Rio da Prata: asilados brasileiros, 1894<sup>1</sup>

Carlos Alves Lopes <sup>a</sup>

**Resumo:** A implantação da República nos Estados Unidos do Brasil em 1889 viria a despoletar um conjunto de conflitos internos. Contestada a governação republicana quase desde os primórdios do Governo Provisório, onde se acrescentaram graves perturbações nos Estados e no Congresso Nacional da República Federal dos Estados Unidos do Brasil, que levaria o país a mergulhar numa guerra civil, denominada Revolução Federalista de 1893-95. Após a capitulação da Esquadra Revoltosa dentro da baía de Guanabara a 13 de Março de 1894, o Comandante Augusto de Castilho ficou envolvido numa situação de protecção humanitária com a retirada de mais cinco centenas de homens de uma situação inevitável de encarceramento e de possíveis represálias atrozes. As decisões tomadas contribuíram para gerar um conflito diplomático com o Brasil e vários constrangimentos ao longo da viagem. É sobre a passagem desses asilados pelo Rio da Prata que focamos o artigo e damos a conhecer um pouco da sua história.

**Palavras-chave:** Buenos Aires; Revolta da Armada brasileira; asilados Brasileiros; Augusto de Castilho.

## INTRODUÇÃO

A chegada dos asilados brasileiros a Buenos Aires a 25 de Março de 1894 foi uma consequência da capitulação da Esquadra de Dentro das forças revoltosas, no âmbito do que ficou conhecido como a 2<sup>a</sup> Revolta da Armada bra-

sileira<sup>2</sup>, ocorrida na baía de Guanabara, Rio de Janeiro.

O contra-almirante Saldanha da Gama<sup>3</sup>, depois de esgotadas todas as possibilidades para manter a luta contra as forças governamentais do Presidente Floriano Peixoto, não mais lhe restou do que capitular a 13 de Março de 1894 e fugir para bordo das corvetas portugue-

---

<sup>a</sup> Auditor de Defesa Nacional de Portugal



sas: *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*, que se encontravam integradas numa força naval internacional fundeada na baía de Guanabara.

Durante o transporte destes asilados brasileiros ocorreram vários episódios, uns mais ou menos graves, e que, para além das consequências para as relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, viriam também a marcar uma situação de quase ruptura nas relações diplomáticas entre a Argentina e Portugal.

## **DA CHEGADA A BUENOS AIRES AO INCIDENTE DIPLOMÁTICO**

Depois da capitulação dos revoltosos que se encontravam dentro da Baía de Guanabara e de um impasse negocial sobre os seus destinos, a 18 de março a força naval portuguesa, composta pelas corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*, rumou em direcção à Argentina com 518 asilados<sup>4</sup> brasileiros a bordo.

Seguiram-se 8 e 10 dias de navegação costeira em condições de acomodação exíguas para as guarnições e passageiros, sem comunicação com terra, mas onde as condições climáticas e de mar foram favoráveis até à chegada a Buenos Aires.

A corveta *Afonso Albuquerque* chegou primeiro, no dia 25 de março, e a *Mindelo* dois dias depois. Os dois navios fundearam posteriormente no ancoradouro de Quilmes no seguimento de uma ordem de quarentena sanitária, após a visita médica das autoridades locais.

Foi então que teve início o ciclo de acontecimentos que marcaram a permanência do comandante Augusto de Castilho<sup>5</sup> na Argentina e a actividade do representante diplomático de Portugal em Buenos Aires, o Visconde António de Faria.

Augusto de Castilho estava impedido de desembarcar os asilados brasileiros, face às instruções recebidas de Lisboa, que ordenavam que os mesmos fossem obrigatoriamente transportados para



território português. Contudo, a sobrelotação a bordo das suas duas corvetas, impossibilitavam a travessia do Atlântico em condições de segurança, o que obrigaria a esperar por uma alternativa de transporte para os mesmos.

Não poderá passar despercebido a indicação que os asilados só podiam ser desembarcados ou transferidos para território português. Esta instrução levará à inclusão do vapor argentino *Pedro III*<sup>6</sup> no embarço diplomático que viria a surgir entre a Argentina e Portugal, conforme veremos mais à frente.

A presença dos asilados brasileiros junto a Buenos Aires, causaria na comunidade de emigrados, refugiados e amigos brasileiros pró-federalistas<sup>7</sup> residentes na cidade, fortes sentimentos de apoio. Entre os portugueses residentes em Buenos Aires, incluía-se Samuel Benchimol, da firma Benchimol & Sobrinhos de Buenos Ayres, um dos armadores do vapor *Cidade do Porto*<sup>8</sup> que, em situações anteriores, já tinha demonstrado a sua vontade de auxiliar os revolucioná-

rios federalistas. Foi este grupo, também designado por Comité de Salvação, que delineou um plano para resgatar os asilados brasileiros que se encontravam retidos a bordo das corvetas portuguesas. Para tal, decidiram utilizar as facilidades que eram oferecidas pelos transportes regulares fretados pelo Visconde de Faria para o abastecimento dos navios portugueses e o fácil acesso que os mesmos ofereciam para comunicarem livremente com os asilados<sup>9</sup>.

À demora para encontrar uma solução de transporte até Lisboa e à movimentação do Comité de Salvação dos asilados, juntava-se a pressão psicológica devida ao confinamento num espaço tão restrito e à degradação da saúde os asilados. Esta situação potenciou, inclusivamente, a morte de dois asilados, na sequência dos ferimentos recebidos em combate em Niterói e de um terceiro por tuberculose, todos na corveta *Afonso de Albuquerque*<sup>10</sup>. É de realçar que as questões relativas à segurança da guarnição e dos asilados na força naval portuguesa eram complica-



das, uma vez que a jurisdição portuguesa sobre os asilados não abrangia espaços extraterritoriais, ou seja, fora de bordo. Sobre as embarcações que acostavam às corvetas, as forças portuguesas não tinham a possibilidade de intervir sem causar, no mínimo, um embaço diplomático.

Do lado das autoridades argentinas existia uma vigilância constante sobre os navios que entravam, ou se mantinham fundeados, para evitar contágios de doenças como a febre amarela, cólera ou a malária. Para tal, o Departamento Nacional de Higiene da Argentina contava com um lazareto fixo na ilha de Martín García e de dois lazaretos flutuantes, os navios-hospital *Rosetti* e *Rodolfo del Viso* (ex. *Singapore*) para as quarentenas mais graves. Adicionalmente, utilizavam a canhoneira *Pilcomayo*<sup>11</sup> para vigilância do espaço marítimo de quarentena<sup>12</sup>, em especial, para os navios provenientes de portos infectados, como no caso do porto brasileiro do Rio de Janeiro<sup>13</sup>.

Para o reforço da vigilância do cumprimento da quarentena por parte das corvetas portuguesas, o Governo Argentino fundeou no ancoradouro de Quilmes o cruzador *Veinticinco de Mayo*<sup>14</sup>, ao qual se juntou à canhoneira *República*<sup>15</sup>. Estes navios tinham como missão controlar o acesso de qualquer embarcação que se aproximasse das corvetas portuguesas, incluindo a verificação da existência de uma autorização específica por parte do Departamento Nacional de Higiene para a realização de comunicações, carga e descarga de mantimentos e outros abastecimentos<sup>16</sup>.

A 4 de Abril o quadro alterou-se radicalmente. Por um lado, foi reconhecido a bordo da corveta *Mindelo* um surto de febre amarela e, por outro, os asilados tiveram a notícia da existência da disponibilidade de um transporte marítimo, que iria partir de Lisboa para os vir recolher<sup>17</sup>. Estas notícias esmoreceram as expectativas dos asilados de virem a conseguir desembarcar em Buenos Aires, como era sua intenção.



O surto de febre amarela a bordo<sup>18</sup> dos navios portugueses levou o Governo Argentino a emitir uma nota diplomática onde propôs duas hipóteses à força naval portuguesa: o desembarque dos asilados brasileiros infectados no lazareto da ilha de Martín García ou, a saída das corvetas das águas territoriais argentinas sem demora.

Dois dias depois chegou às mãos do Comandante Augusto de Castilho a resposta do Conselho do Almirantado, àquela nota diplomática, indicando que deveria sair das águas territoriais argentinas o mais rápido possível e se dirigir, assim que exequível, para um porto português ou britânico.

O Comandante Augusto de Castilho inicialmente ponderou sobre a realocização dos seus navios no ancoradouro oriental de Maldonado, no Uruguai, mas para evitar incorrer em idênticos problemas com as autoridades uruguaianas, optou por fundear as corvetas num ponto junto ao farol flutuante na Punta del Indian, a cerca de 3,5 milhas<sup>19</sup> da costa argentina<sup>20</sup>, em águas internacionais.

Simultaneamente, decorriam as negociações para a contratação de um transporte marítimo em Buenos Aires por parte das autoridades portuguesas, mas ainda iriam passar mais alguns dias de indecisões e de sucessivas não autorizações, até que, a 6 de Abril, o Visconde António de Faria encontrou uma solução. Esta solução, suportada pela pressão de uma nota diplomática, foi finalmente autorizada por Lisboa no dia seguinte, directamente pelo Ministro Hintze Ribeiro<sup>21</sup>. Tratava-se da autorização para fretar o vapor *Pedro III*.

As negociações começaram de imediato, a 8 de Abril, com o seu armador, Pedro Gartland, um homem de negócios americano radicado na Argentina<sup>22</sup> sendo, poucos dias depois, a 12 de Abril<sup>23</sup>, formalizada a contratação do navio, que previa como destino a ilha britânica de Ascensão. Durante esse o período negocial, mais concretamente a 9 de Abril, foi enviada uma força militar composta por um oficial, vinte praças e uma metralhadora<sup>24</sup> para o vapor *Pedro III*. Este destacamento deveria actuar





como brigada de vigilância e segurança do navio, o que também se enquadrava nas diligências para conversão do navio argentino num navio de transporte da Armada Portuguesa. Será interessante referir que o seu armador tinha demonstrado, no passado recente,

guesa sofre a consequência da lentidão das comunicações com Lisboa, ocorrendo mais três mortes por doença entre os asilados.

Contudo, com a chegada das instruções de Lisboa, o comandante Augusto de Castilho deu início ao processo de abastecimento das

Tabela 1 – Soluções propostas para transporte dos asilados brasileiros

Propostas	Data	Vapor	Bandeira	Autorização Almirantado	Autorização A. Castilho
Augusto de Castilho	13 de Março	<i>Cidade do Porto</i>	Portuguesa	Não	---
António de Faria	2 de Abril	<i>Norte Americana</i>	Italiano	Não	---
António de Faria	4 de Abril	2 rebocadores	Argentinos	---	Não
António de Faria	6 de Abril	<i>Pedro III</i>	Argentino	Sim	---
Conselho do Almirantado	2 de Maio	<i>Angola</i>	Portuguesa	Sim	---

Fonte: elaborada pelo autor

simpatia pelos revoltosos, tendo este mesmo navio fornecido mantimentos<sup>25</sup> para bordo dos navios revoltosos dentro da baía de Guanabara.

Ainda, parada no ancoradouro de Quilmes, a força naval portu-

corvetas. Para tal foi contratado, a 6 de Abril, o serviço da *Companhia de Navegação Nicolás Miha-novich*, em Buenos Aires, pertencente ao Cônsul do Império Austro-Húngaro nesta cidade. No âmbito do plano de abastecimento



contratado foram empregues as seguintes embarcações: o vapor *Oriente* que rebocava a lancha *Villa Colon* com 50 toneladas de carvão para a corveta *Mindelo* e o vapor *General Mitre* que rebocava a lancha *Pepino Donato*, com 30 toneladas de carvão e outros abastecimentos para a corveta *Afonso de Albuquerque*<sup>26</sup>.

A 7 de Abril o período de quarentena estipulada pelas autoridades sanitárias argentinas tinha terminado e, entre os asilados brasileiros, ficavam desfeitas as dúvidas em relação à possibilidade de um desembarque na Argentina. Perante o facto consumado da assinatura do contrato de abastecimento das corvetas, psicologicamente, parte dos asilados brasileiros, consideraram que tinham passado de “asilados” a “prisioneiros”. No entanto, face ao “chamamento para a liberdade” por parte dos brasileiros residentes em Buenos Aires, juntamente com a ideia de se terem tornado “prisioneiros”, teve início o ciclo de fugas. Para esta nova situação em muito terá contribuído o documento que o contra-almirante Saldanha

da Gama, a 8 de Abril, enviou ao comandante Augusto de Castilho<sup>27</sup>, onde se desresponsabilizava das acções que os seus subordinados tomassem a partir daquela data.

Alguns alertas já demonstravam a alteração do comportamento dos asilados brasileiros, quando no dia anterior à primeira fuga colectiva, 7 e Abril, se verificaram duas tentativas frustradas de fuga, ambas a partir da corveta *Mindelo*. A primeira a nado em direcção a terra, em que o fugitivo terá sido morto durante a mesma<sup>28</sup> e, a segunda, também a nado, mas agora em direcção à embarcação do Departamento Nacional de Higiene que se encontrava próxima. Este fugitivo foi capturado<sup>29</sup>.

Ao fim da tarde de 8 de Abril teve início a primeira fuga colectiva a partir da corveta *Mindelo*. Esta, e as fugas seguintes, foram planeadas entre os emigrados e revolucionários federalistas brasileiros em terra e os asilados brasileiros a bordo, em que a oportunidade de fuga foi delineada para o momento do final dos abastecimentos. O momento escolhido era



quando as embarcações se começavam a afastar de bordo das corvetas, aproveitando a confusão gerada pela superlotação da coberta durante a transferência de material. A esse plano, foi ainda adicionado a utilização de meios próprios contratados para transporte dos asilados: duas pequenas embarcações a vapor: a *Arielle* e a *Indiferente*, com a função de acostarem furtivamente às corvetas portuguesas, no bordo oposto ao do abastecimento, e de levar consigo o maior número de asilados possível.

Na corveta *Mindelo* um grupo de fugitivos lançou-se sobre a lancha *Villa Colón*, enquanto outros asilados brasileiros criavam distúrbios a bordo como manobra de diversão. Já ao largo, os fugitivos, no total de 32 asilados, foram interceptados pelo cruzador *Veinticinco de Mayo* e encaminhados sob escolta da canhoneira *República* até ao lazareto da ilha Martín García para desinfecção e tratamento.

Nessa mesma noite de 8 de Abril, o pequeno vapor *Arielle* aproximou-se da corveta *Mindelo* e, numa primeira abordagem, res-

gatou 12 asilados. Mais tarde, numa segunda abordagem, conseguiu resgatar mais 80 asilados<sup>30</sup>.

Em simultâneo, uma outra missão de resgate de asilados estava planeada para a corveta *Afonso de Albuquerque*, com o apoio do pequeno vapor *Indiferente*. Ao anoitecer e, aproveitando o momento em que a corveta estava a ser abastecida pelo vapor *General Mitre* e pela lancha *Pepino Donato*, quatro asilados lançaram-se ao mar. Contudo, de imediato foi lançado um escaler da corveta *Afonso de Albuquerque* com guarnição armada em perseguição. Dois desses emigrados conseguiram chegar ao *Indiferente*<sup>31</sup>, um retornou à corveta *Afonso de Albuquerque* quando não conseguiu alcançar o *Indiferente* e, o quarto, morreu afogado<sup>32</sup>.

O escaler da corveta *Afonso de Albuquerque* perseguiu ainda o pequeno vapor *Indiferente*, mas este e o vapor *Arielle* encontraram abrigo junto da canhoneira *República*, que intimou o escaler português a se retirar, com a indicação



que aquelas embarcações estavam sob sua guarda e em quarentena.

Todos os emigrados brasileiros que fugiram das corvetas foram posteriormente reunidos em quarentena no lazareto da ilha Martín García pelas autoridades de saúde argentinas e, quando terminado o período de quarentena, foram recebidos por apoiantes da oposição federalista ao Governo Brasileiro<sup>33</sup> residentes na cidade de Buenos Aires.

## 9 DE ABRIL E A PARTIDA PARA O URUGUAI

No dia seguinte, 9 de Abril, a corveta *Mindelo* que já se encontrava parcialmente abastecida e com receio de novas fugas de bordo, levantou ferro e dirigiu-se para águas internacionais, nas proximidades do farol flutuante, em frente da Punta del Indian. A corveta *Afonso de Albuquerque*, que ainda não tinha recebido um abastecimento mínimo, deixou aproximar e acostar o vapor *General Mitre* e a lancha *Pepino Donato*. Os apoian-

tes da causa federalista, aproveitaram a oportunidade da manobra para facilitar uma nova fuga, no entanto, o desenrolar da situação viria a ser diferente.

Alertados com a tentativa do dia anterior e com a informação sobre o que se tinha passado na corveta *Mindelo*, a guarnição de serviço na corveta *Afonso Albuquerque* tomou medidas activas para salvaguardar as ordens de proibição de desembarque de asilados. Estas medidas levaram a uma intervenção armada que se estendeu até dentro das embarcações argentinas, inclusivamente com a recuperação à força dos asilados brasileiros de dentro da lancha *Pepito Donato*, quando esta já se afastava da corveta *Afonso Albuquerque*. A guarnição de serviço acabou por recapturar quase todos os fugitivos, mas três conseguiram escapar a nado, sendo recolhidos por uma outra embarcação<sup>34</sup> que se encontrava ao largo. Para todos os efeitos, tratou-se de uma intervenção armada de forças navais portuguesas dentro de uma embarcação argentina (território argentino) e,



ainda mais, porque esta teve lugar dentro das águas territoriais argentinas<sup>35</sup>, o que reforçou a ideia de uma ofensa à Bandeira da República da Argentina.

Como espectável, a situação transformou-se rapidamente num incidente diplomático entre a Argentina e Portugal. O Governo argentino começou por reclamar a devolução de uma lista de 30 asilados, lista que teve várias versões e onde se chegou a reclamar 49 asilados. Contudo, na realidade, apenas se tratavam de oito asilados

números e mesmo as alterações da lista de fugitivos, uma vez que as informações comunicadas às autoridades argentinas eram provenientes do Comité de Salvação dos asilados em terra.

Foram intensas as negociações entre o representante do Governo Português, o Visconde de Faria, e o Ministro das Relações Exteriores da Nação Argentina, Dr. Eduardo Costa, até que a reclamação ficou sanada em resultado de uma nova fuga colectiva de asilados posterior, a 27 de Abril. Esta nova fuga

Tabela 2 – Fugas Concretizadas: Augusto de Castilho

Fugas	Partida Baía de Guanabara	8 Abril Argentina	9 Abril Argentina	27 Abril Uruguai	Chegada Ilha de Ascensão
<i>Mindelo</i>	267	122		---	---
<i>Afonso Albuquerque</i>	251	2	8	---	---
<i>Pedro III</i>	---	---	---	243	143
Total a bordo	518	394	386	143	

Fonte: elaborada pelo autor

que foram levados à força de bordo da lancha *Pepito Donato* para a corveta *Afonso Albuquerque*<sup>36</sup>. É compreensível a disparidade dos

ocorreu já com a força naval portuguesa em Montevideo, em que os oito asilados reclamados fugiram. Este acontecimento precipitou que



o incidente diplomático findasse em bem, com um banquete oferecido pelo Ministro ao representante diplomático português em Buenos Aires.

Terminado abastecimento e após normalizada a situação a bordo, na sequência da fuga colectiva, a corveta *Afonso de Albuquerque* zarpou para voltar a juntar à corveta *Mindelo* nesse mesmo dia de 9 de Abril.

A partir desta data, toda a questão do transporte entre a Argentina e Lisboa passou a centrar-se em torno da questão da disponibilidade do vapor *Pedro III*, que

continuava a ser preparado em Buenos Aires. O que era novo no plano de transporte dos asilados brasileiros para Lisboa, em face do agravar da situação de segurança a bordo das corvetas, foram as instruções explícitas vindas de Lisboa, para que o vapor *Pedro III* fosse escoltado pela corveta *Afonso de Albuquerque*, até que o mesmo se afastasse da zona onde os revoltosos federalistas pudessem tentar qualquer nova acção para os libertar<sup>37</sup>.

Durante este período em que a força naval portuguesa se encontrava frente a Punta del Indian, os

Tabela 3 – Localização das Esquadras

Localizações	13/Março	25/Março	6/Abril	13/Abril	16/Abril	18/Abril	28/Abril
Força Naval Portuguesa Augusto de Castilho	Brasil Rio de Janeiro	Argentina Buenos Aires Quilmes	Argentina Buenos Aires Quilmes	Argentina Punta del Indian	Argentina Punta del Indian	Uruguai Montevideo	Uruguai Montevideo
Esquadra de Dentro Saldanha da Gama	Brasil Rio de Janeiro	---	---	---	---	---	---
Esquadra de Fora Custódio de Melo	Brasil Santa Catarina	Brasil Santa Catarina	Brasil Rio Grande	Uruguai Castilho	Argentina Buenos Aires	---	---

Fonte: elaborada pelo autor



navios dos revoltosos federalistas - o cruzador *República* e os vapores armados *Uranus*, *Íris*, *Meteoro* e *Esperança* -, do contra-almirante Custódio de Melo, da denominada Esquadra de Fora, ainda operavam livremente na zona atlântica desde o Estado de Santa Catarina até ao Rio da Prata. No entanto, esta terminaria a sua última acção junto a Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, onde se viria a internar voluntariamente por não ter apoio logístico, a 16 de Abril, no porto de Buenos Aires<sup>38</sup>. Entre 15 e 16 de Abril os cinco navios do contra-almirante Custódio de Melo passaram por perto e à vista da força naval portuguesa<sup>39</sup>, em direcção a Buenos Aires, quando esta ainda estava fundeada em frente a Punta del Indian.

Entretanto, no porto de Buenos Aires, a 13 de Abril, o vapor *Pedro III* continuava acostado à espera do momento para se juntar à força naval portuguesa, que ainda se encontrava fundeada junto à Punta del Indian. Esta demora foi propositada e partiu, mais uma vez, de um plano elaborado pelas forças

federalistas, com a intenção de substituir a tripulação argentina, por uma tripulação brasileira. Para tal foi simulado um motim baseado numa alegada oposição contra mudança da bandeira argentina pela bandeira portuguesa, em conluio com o armador.

O plano obteve um sucesso parcial, pois não conseguiram proceder à substituição de toda a tripulação argentina por uma outra inteiramente brasileira, mas apenas parcialmente. Nesta nova tripulação encontravam-se alguns dos asilados que tinham recentemente fugido da corveta *Mindelo* e que, com esta manobra, conseguiram atrasar por mais algum tempo a disponibilidade do vapor *Pedro III*. O navio só viria a partir do porto de Buenos Aires a 18 de Abril, já para fundear próximo dos navios portugueses<sup>40</sup>, na baía de Montevideu, no Uruguai.

Com a chegada do contra-almirante Custódio de Mello a Buenos Aires colocava-se uma situação preocupante, resultante do dinamismo motivacional que a sua presença poderia imprimir aos



simpatizantes e activistas convictos da causa federalista aí residentes.

Com esta nova situação, era de esperar mais acções de resgate de asilados brasileiros de bordo das corvetas portuguesas, em que o distanciamento resultante da relocalização da força naval portuguesa de Buenos Aires para Punta del Indian, em pouco iria limitar a possibilidade de uma eventual comunicação entre os dois líderes da 2ª Revolta da Armada da Marinha Brasileira.

A questão da segurança dos asilados e da sua retenção a bordo, à data era a maior preocupação do comandante Augusto de Castilho, o que terá levado à decisão de aguardar pela disponibilidade do vapor *Pedro III* em Montevideo. Na madrugada de 18 de Abril, a corveta *Afonso de Albuquerque* suspendeu da posição na Punta del Indian seguida pela corveta *Mindelo*, tendo ambas posteriormente e, nesse mesmo dia, fundeado na baía de Montevideo, Uruguai. O vapor *Pedro III* só chegou à baía de Montevideo no final da tarde de 19 de Abril, já arvorado como transporte

da Armada Portuguesa<sup>41</sup>. Daí, esta força irá largar para Portugal, mas isso são outras histórias...

## CONCLUSÃO

O comandante Augusto de Castilho teve de gerir uma situação de emergência humanitária na baía de Guanabara que o levou até Buenos Aires, onde foi autorizado pelas autoridades argentinas a aguardar por uma solução de transporte para os asilados brasileiros. No entanto, uma outra situação de segurança, com implicações diplomáticas, acabaria por surgir. Não será difícil reconhecer que a sua passagem pela Argentina terá sido um dos momentos mais complexos da sua carreira como Oficial da Marinha.

A República Argentina, ao encontrar-se geograficamente próxima e fronteira ao Brasil, foi estrategicamente utilizada como retaguarda das forças federalistas, contra o Governo de Floriano Peixoto e, como tal veio a demonstrar-se, um teatro de operações muito inse-





guro para a missão que foi imposta a partir de Lisboa.

Abril no rio da Prata foi um pesadelo para o Comandante Augusto de Castilho, mas, também, a última grande missão da Marinha Portuguesa na Argentina, antes da implantação da República em Portugal, em 1910.

## BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Adriana. El Rol de los Lazaretos en el Control de el Cóler y la Fiebre Amarilla: Buenos Aires 1870-1915. *História Revista*, v. IX, n.2, pp.287-317, Jul.-dez. 2004.

CASTILHO, Augusto de. *Portugal e Brasi, Conflito Diplomático III: Correspondência Oficial Agosto 1893 a Maio de 1894*, Coleção Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1894.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: Intervenção estrangeira na revolta da Armada*, Série História Diplomática. Brasília: FUNAG, 2017.

FREIRE, João. *Augusto Castilho e a Revolta da Marinha Brasileira*

*em 1893-94*. Lisboa, Academia de Marinha, 2018.

LIMA, Joaquim Quelhas. *Normas Gerais e Regras Práticas de Direito Internacional Marítimo*, Parte 1. Lisboa: Estado Maior Naval, 1940.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes. *O mais esquisito dos espectáculos: a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes. Um conflito diplomático entre Argentina e Portugal em torno dos brasileiros asilados em 1894: um exercício de história cruzada. *Dimensões – Revista de História da UFES*, v.. XXXV, jul.-dez. 2015, pp. 147-174.

VILLAR, Frederico. As Revoluções que eu vi. *Revista Marítima Brasileira*, Ano LXIV, n. 4, 5 e 6, out.-nov.-dez. 1944, pp.293-314.

XAVIER, Mateus Fernandez. A Revolta da Armada: a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, v. XIII, n.1, 2017, pp.173-200.



## Fontes Primárias:

Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico, Portugal, Lisboa – PT/BCM-AH.

Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

---

<sup>1</sup> Texto em Português europeu, conforme original enviado pelo autor.

<sup>2</sup> 2ª Revolta da Armada brasileira, Rio de Janeiro 1893-94.

<sup>3</sup> Contra-almirante Saldanha da Gama, depois de aderir à revolta em dezembro de 1893 ficou como comandante da Esquadra de Dentro da baía de Guanabara, quando parte da mesma (Esquadra de Fora) se fez ao mar sob o comando do contra-almirante Custódio de Mello.

<sup>4</sup> SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes. *O mais esquisito dos espectáculos: a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014, p.164.

<sup>5</sup> Augusto de Castilho (1841-1912), à data capitão-de-fragata terminou a sua carreira como major-general da Armada quando da implantação da República em 1910. Em face do conflito diplomático com o Brasil viria a ter de

---

responder em Tribunal Militar de Marinha pelos seus actos. Viria a ser ilibado de qualquer culpa. Posteriormente chegou a ser nomeado Ministro da Marinha e Ultramar em 1908.

<sup>6</sup> Navio de transporte argentino a vapor de 3.000t

<sup>7</sup> PT/BCM-AH/Livro 910/Conselho de Guerra de Augusto de Castilho (1894), Vol. I, pp. 253-4. Também designados como *comitê de salvação dos emigrados* para referir o grupo de pessoas que arquitetaram as fugas dos asilados brasileiros.

<sup>8</sup> CASTILHO, Augusto de. *Portugal e Brasi, Conflito Diplomático III: Correspondência Oficial Agosto 1893 a Maio de 1894*, Coleção Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1894, pp. 90-92.

<sup>9</sup> PT/BCM-AH/910/Conselho de Guerra de Augusto de Castilho (1894), Vol. VI, apêndice n.4, p.24.

<sup>10</sup> VILLAR, Frederico. As Revoluções que eu vi. *Revista Marítima Brasileira*, Ano LXIV, n. 4, 5 e 6, out.-nov.-dez. 1944, pp.293-314, p.308.

<sup>11</sup> Canhoneira *Pilcomayo* (1876), 420t, 1x 279mm/14 Armstrong 26,5t MLR (estriado).

<sup>12</sup> SANTOS JÚNIOR, 2014, op.cit., p. 128.

<sup>13</sup> ALVAREZ, Adriana. El Rol de los Lazaretos en el Control de el Cóler y la



Fiebre Amarilla: Buenos Aires 1870-1915. *História Revista*, v. IX, n.2, pp.287-317, Jul.-dez. 2004, p. 300.

<sup>14</sup> Cruzador-protegido *Veinticinco de Mayo* (1885), 3.500t, 1 x 1 – 209mm/32 MRK L/35, 8 x 1 – 120mm/37 SK L/40, 12 x 1 – 47mm/37 SK L/40, 1 - 450 TT (bow), 2 x 1 - 450 TT.

<sup>15</sup> Canhoneira *República*, classe *Pilcomayo*.

<sup>16</sup> SANTOS JÚNIOR, 2014, op.cit., p. 128-136.

<sup>17</sup> FREIRE, João. *Augusto Castilho e a Revolta da Marinha Brasileira em 1893-94*. Lisboa, Academia de Marinha, 2018, p.96.

<sup>18</sup> Referido por SANTOS JÚNIOR (2015), p.159, e FREIRE (2018), p. 95.

<sup>19</sup> Cf LIMA, Joaquim Quelhas. *Normas Gerais e Regras Práticas de Direito Internacional Marítimo*, Parte 1. Lisboa: Estado Maior Naval, 1940, p.13, as águas territoriais brasileiras e argentinas na época eram reconhecidas internacionalmente com uma extensão de três milhas, mas no caso das águas territoriais uruguaios esse limite estendia-se às 5 milhas, havendo legislação e acordos especiais para as zonas costeiras do Rio da Prata.

<sup>20</sup> PT/BCM-AH/910/Conselho de Guerra de Augusto de Castilho (1894), Vol. VI, apêndice n.4, p.27.

<sup>21</sup> Hintze Ribeiro (1849-1907), advogado e político foi Presidente do Conselho de Ministros (1893-1897), durante o reinado de D. Luís I.

<sup>22</sup> Homem de negócios em Buenos Aires Pedro Gartland, ou Peter Gartland, encontrava-se radicado na Argentina após o final da Guerra Civil Americana. Este dedicou a sua actividade a investimentos financeiros com interesses na área do transporte marítimo e esteve ligado à empresa *Tranvía a Vapor del Oeste*, inicialmente com o transporte urbano em carris com tracção animal e a partir de 1892 com tracção eléctrica.

<sup>23</sup> PT/BCM-AH/910/Conselho de Guerra de Augusto de Castilho (1894), Vol. VI, Apêndice n.4, p.23. É também referido em João Freire (2018), p.91. O transporte *Pedro III* era um navio grande para a sua época, de quase 3.000 toneladas de deslocamento e 110 metros de comprimentos, registado na praça de Buenos Aires. O seu capitão de bandeira era o cidadão argentino Francisco Nadalá.

<sup>24</sup> FREIRE, op.cit., p.97.

<sup>25</sup> Aviso n. 1958, de 26 de Outubro de 1893, emitido pelo Ministério dos Negócios da Marinha, do Brasil, onde se indica que o vapor argentino *Pedro III*, terá fornecido gado de pé à esquadra revoltosa e contactado os cruzadores *Trajano* e *Aquidaban*. O posterior Aviso n. 1678, de 31 de Outubro con-



firma a existência do abastecimento. Fonte: Relatório apresentado ao Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Contra-Almirante João Gonçalves Duarte em 1894, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1894, Anexo 1, pp. 48-50.

<sup>26</sup> Cf SANTOS JÚNIOR, 2014, op.cit., p. 164, a 9 de Abril, Nicolás Mihanovich enviou uma segunda carta para o Visconde de Faria onde repetia algumas informações de forma detalhada. Referia que o empresário e cônsul do Império Austro-Húngaro indicava o carregamento de 40.000 quilos de carvão para a corveta *Afonso de Albuquerque*.

<sup>27</sup> SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes. Um conflito diplomático entre Argentina e Portugal em torno dos brasileiros asilados em 1894: um exercício de história cruzada. *Dimensões – Revista de História da UFES*, v. XXXV, jul.-dez. 2015, pp. 147-174, p. 63.

<sup>28</sup> VILLAR, op.cit., p. 310.

<sup>29</sup> SANTOS JÚNIOR, 2014, op.cit., p.163.

<sup>30</sup> Cf SANTOS JÚNIOR, 2015, op.cit., p. 159, e FREIRE, op.cit., p. 304-305.

<sup>31</sup> PT/BCM-AH/910/Conselho de Guerra de Augusto de Castilho (1894), Vol. VI, Apêndice n.4, p.326. Refere o relatório do Segundo-Tenente Jayme

da Fonseca Monteiro para o Comandante Francisco de Paula Teves. 08.04.1894.

<sup>32</sup> PT/BCM-AH/910/Conselho de Guerra de Augusto de Castilho (1894), Vol. VI, Apêndice n.4, p.25.

<sup>33</sup> Santos Júnior (2015), p. 163-64. Refira-se que de acordo com João Freire (2018) é indicado o número de 105 homens no total.

<sup>34</sup> SANTOS JÚNIOR, 2015, op.cit., p. 163.

<sup>35</sup> As exigências argentinas sobre a entrega dos refugiados capturados a bordo do *Pepito Donato* acabaram por cair e o diferendo foi posteriormente resolvido pela via diplomática com o representante de Portugal.

<sup>36</sup> CASTILHO, op.cit., p. 246.

<sup>37</sup> FREIRE, op.cit., p.96.

<sup>38</sup> XAVIER, Mateus Fernandez. A Revolta da Armada: a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, v. XIII, n.1, 2017, pp.173-200, p. 185.

<sup>39</sup> PT/BCM-AH/910/Conselho de Guerra de Augusto de Castilho (1894), Vol. VI, Apêndice n.4, p.28.

<sup>40</sup> Corrêa da Costa (2017), p. 199.

<sup>41</sup> PT/BCM-AH/910/Conselho de Guerra de Augusto de Castilho (1894), Vol. VI, Apêndice n.4, p.31.

# Batalha de Charleroi: do Plano Schlieffen ao massacre de Tamines

Carlos Roberto Carvalho Daróz<sup>a</sup>

**Resumo:** A Grande Guerra (1914-1918), posteriormente nomeada Primeira Guerra Mundial, colocou em lados opostos as principais potências mundiais. Iniciada com uma questão localizada nos Bálcãs, os antagonismos e pressões latentes desde meados do século XIX na Europa resultaram em uma “guerra total”, onde nações em armas se enfrentaram no primeiro conflito da era industrial. Nos primeiros movimentos da contenda, atendendo a um planejamento de guerra pré-estabelecido para subjugar a França, o Exército Alemão invadiu o Luxemburgo e a Bélgica, países neutros, ampliando a escalada do conflito. A invasão da Bélgica em 1914 resultou, entre outras, na Batalha de Charleroi, quando franceses e belgas tentaram resistir ao avanço alemão. Em Tamines, pequena vila contígua a Charleroi, os alemães desencadearam um dos muitos massacres contra a população civil belga. O presente artigo resulta de pesquisa historiográfica e de campo nas cidades de Charleroi e Tamines, e tem como objetivo analisar a batalha e o papel desempenhado pelas forças militares alemãs no massacre.

**Palavras-chave:** Primeira Guerra Mundial, crimes de guerra, Plano Schlieffen, Batalha de Charleroi.

## INTRODUÇÃO

Quando a Grande Guerra<sup>1</sup> foi deflagrada em agosto de 1914, após a crise que se estabeleceu na Europa com o assassinato do herdeiro do Império Austro-húngaro e de sua esposa em Sarajevo<sup>2</sup>, um

mecanismo de antagonismos e alianças militares foi desencadeado, dando origem a um conflito generalizado entre os países europeus e que se expandiria para uma guerra em nível mundial.

Os planos de guerra elaborados pelo Estado-Maior Geral ale-

---

<sup>a</sup> Coronel de Artilharia. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



mão, na transição dos séculos XIX para o XX, previam a invasão da Bélgica, um país neutro, com o objetivo finalístico de conquistar Paris em 40 dias, abrindo espaço para a Alemanha atuar em uma guerra de duas frentes, uma após a outra, primeiramente contra os franceses, no oeste, e depois contra os russos, no leste.

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar o contexto geopolítico que levou à invasão da Bélgica em 1914 nos primeiros movimentos da guerra, bem como estudar questões relativas à Batalha de Charleroi e aos crimes de guerra perpetrados pelo Exército Alemão em seu avanço.

## **AS ALIANÇAS POLÍTICO-MILITARES**

Em 1914, as seis principais potências da Europa encontravam-se divididas em duas alianças que se alinhavam em lados opostos política e militarmente: Grã-Bretanha, França e Rússia formaram a Tríplice Entente; enquanto Alemanha, Áustria-Hungria e Itália

constituíram a Tríplice Aliança. Essas alianças não foram a única causa da Grande Guerra, mas desempenharam um papel importante na aceleração da escalada da Europa em direção ao conflito.

Depois de uma série de vitórias militares entre 1862 e 1871, o chanceler prussiano Otto von Bismarck formou um estado alemão com base em diversos principados e reinos, em torno dos valores e referências da Prússia. Após a unificação da Alemanha, Bismarck temia que as nações vizinhas, particularmente a França e a Áustria-Hungria, pudessem agir para destruir seu país. Nesse sentido, visualizou uma cuidadosa série de alianças e decisões no âmbito da política externa que estabilizassem o equilíbrio de poder na Europa. Sem elas, ele acreditava, outra guerra continental seria inevitável<sup>3</sup>.

Bismarck sabia que uma aliança com a França não era possível por causa do persistente antagonismo na região da Alsácia-Lorena, província que a Alemanha havia conquistado depois de derrotar os franceses na Guerra Franco-



Prussiana (1870-1871). A Grã-Bretanha, enquanto isso, seguia uma política de não engajamento e relutava em aderir a quaisquer alianças europeias<sup>4</sup>.

Bismarck voltou-se para a Áustria-Hungria e para a Rússia. Em 1873, foi criada a Liga dos Três Imperadores, prometendo apoio mútuo durante a guerra entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia. A Rússia se retirou do acordo em 1878, e a Alemanha e a Áustria-Hungria formaram a Aliança Dual em 1879<sup>5</sup>. O acordo estabelecia que as partes se ajudariam mutuamente se a Rússia as atacasse, ou se ajudasse outra potência em guerra com qualquer um dos dois países.

Em 1882, a Alemanha e a Áustria-Hungria fortaleceram seus laços formando a Tríplice Aliança com a Itália. Todas as três nações prometeram apoio caso alguma delas fosse atacada pela França. Se algum membro se encontrasse em guerra com duas ou mais nações ao mesmo tempo, a aliança viria em seu auxílio. A Itália, a mais fraca das três, insistiu em uma cláusula

adicional, tornando nulo o acordo caso algum dos membros da Tríplice Aliança fosse o agressor. Pouco depois, a Itália assinou um acordo com a França, prometendo apoio se a Alemanha a atacasse<sup>6</sup>.

Bismarck pretendia evitar travar uma guerra em duas frentes, o que significava fazer algum tipo de acordo com a França ou com a Rússia. Devido às relações difíceis com a França, assinou o que chamou de "tratado de resseguro" com a Rússia, garantindo que ambas as nações permaneceriam neutras se uma estivesse envolvida em uma guerra com terceiros<sup>7</sup>. Se essa guerra fosse com a França, a Rússia não tinha obrigação de ajudar a Alemanha. No entanto, este tratado persistiu apenas até 1890, quando foi autorizado a caducar pelo governo que substituiu Bismarck, embora os russos tivessem interesse em mantê-lo. A medida geopolítica foi vista como um grande erro pelos sucessores de Bismarck.

Tão logo Bismarck foi alijado do poder, sua política externa cuidadosamente elaborada começou a desmoronar. Ansioso para expandir



o império de sua nação, o *kaiser* Wilhelm II seguiu uma política agressiva de militarização. Alar-madas com o crescimento naval da Alemanha, a Grã-Bretanha, a Rússia e a França fortaleceram seus próprios poderios. Enquanto isso, os novos líderes eleitos da Alemanha mostraram-se incompetentes em manter as alianças de Bismarck, e a nação logo se viu cercada por potências hostis.

A Rússia celebrou um acordo com a França em 1892, explicitado na Convenção Militar Franco-Russa. Os termos eram fluidos, mas vinculavam ambas as nações a apoiarem-se mutuamente caso estivessem envolvidas em uma guerra. Ele foi projetado para combater a Tríplice Aliança. Grande parte da diplomacia que Bismarck considerava fundamental para a sobrevivência da Alemanha foi desfeita em poucos anos, e a nação mais uma vez enfrentou ameaças em duas frentes.

Preocupada com a ameaça que as potências rivais representavam para suas colônias, a Grã-Bretanha começou a costurar alianças pró-

prias. Embora não tivesse apoiado a França na Guerra Franco-Prussiana, as duas nações prometeram apoio militar uma à outra, na Entente Cordiale de 1904. Três anos depois, a Grã-Bretanha assinou um acordo semelhante com a Rússia. Em 1912, a Convenção Naval Anglo-francesa uniu militarmente ainda mais a Grã-Bretanha e a França<sup>8</sup>.

Diante do assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro Franz Ferdinand e sua esposa, as grandes potências da Europa reagiram de modo tal que levaram a uma guerra em grande escala no prazo de poucas semanas.

## **O PLANO SCHLIEFFEN E A INVASÃO DA BÉLGICA**

Na transição dos séculos XIX para o XX, a Alemanha desenvolveu um plano de guerra elaborado pelo chefe do Estado-Maior Geral Alfred von Schlieffen<sup>9</sup> – o Plano Schlieffen –, que previa a guerra faseada em duas frentes: uma contra a França e, muito provavelmente, contra a Grã-Bretanha, na frente





ocidental e, simultaneamente, contra a Rússia, na frente oriental. Completado em 1905, o plano baseava-se em um ataque alemão ao norte da França, cruzando os territórios da Bélgica e dos Países Baixos, passando ao longo da fronteira fortificada da França e descendo até Paris. Mesmo aposentado, Schlieffen continuou aperfeiçoando seu plano, tendo feito uma última revisão em dezembro de 1912, pouco antes de sua morte. Seu sucessor como chefe do Estado-Maior Geral, o general Moltke,<sup>10</sup> reduziu a linha de avanço, eliminando os Países Baixos, que Hitler devolveria ao plano em 1940. Como a possibilidade de uma guerra com a Rússia tornava-se cada vez mais provável, o Plano Schlieffen modificado emergiu como um recurso essencial para evitar a guerra em duas frentes, conseguindo assim uma dupla vitória<sup>11</sup>.

No dia 24 de julho, o governo belga anunciou que, em caso guerra, o país permaneceria neutro, no entanto, o governo belga mobilizou suas forças armadas uma semana mais tarde, quando um estado de

alerta elevado (*Kriegsgefahr*) foi proclamado na Alemanha. No dia 2 de agosto, o governo alemão enviou um ultimato à Bélgica, exigindo que o país, assim como o grão-ducado de Luxemburgo, autorizasse a passagem de suas tropas. Os belgas se recusaram, apoiados no Tratado de Londres, de 1839, pelo qual Grã-Bretanha, Áustria, Prússia, França e Rússia tinham concordado que a Bélgica formava perpetuamente um Estado independente e neutro<sup>12</sup>, e os britânicos e franceses asseguraram o apoio militar à Bélgica<sup>13</sup>.

O governo alemão declarou guerra à Bélgica no dia 4 de agosto, e suas tropas cruzaram a fronteira, dando início à Batalha de Liège. O planejamento militar na Bélgica levou os 1º, 2º e 3º Exércitos alemães a cruzarem o território belga, em um movimento de envolvimento para invadir a França. A Bélgica resistiu, apoiada pelos franceses e britânicos, e, como retaliação, os alemães perpetraram inúmeras atrocidades contra a população civil<sup>14</sup>.

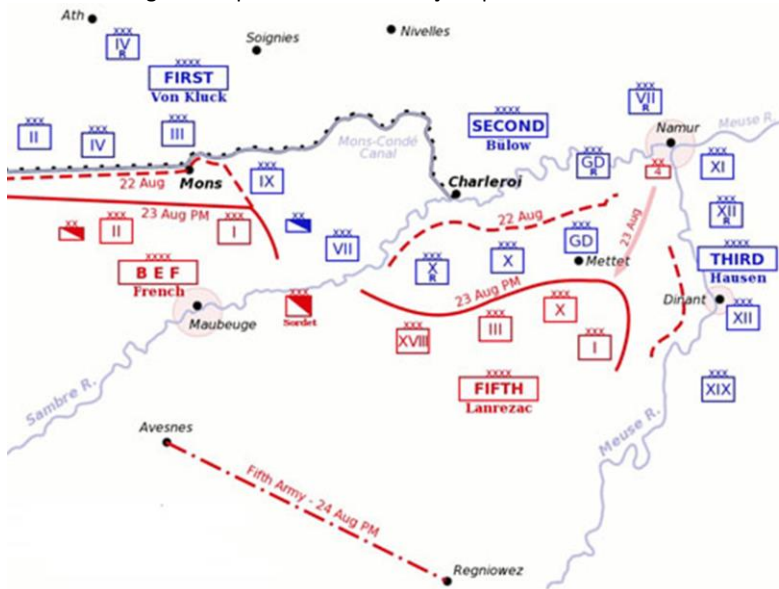


## A BATALHA DE CHARLEROI

Inserida nos primeiros movimentos da Grande Guerra em 1914, a Batalha de Charleroi desenvolveu-se entre 21 e 23 de agosto de 1914, pelo confronto do 5º Exército francês com os 2º e 3º Exércitos

deslocou-se pelo interior do território belga com o propósito de impedir a marcha alemã vinda do oeste. Por sua vez, o 2º Exército alemão ingressou na Bélgica por Maubeuge, junto à fronteira francesa, em um movimento giratório centrado nas Ardenas, avançando na direção

Fig. 1 – Mapa mostrando as forças oponentes em Charleroi



Fonte: Wikimedia

alemães. Reagindo à invasão e respeitando os compromissos assumidos anteriormente entre Paris e Bruxelas, o 5º Exército francês

sul-sudoeste com o objetivo de ultrapassar o Rio Meuse.

A oeste do 5º Exército, na cidade de Mons, posicionou-se a



Força Expedicionária Britânica (*British Expeditionary Force* - BEF), que também ocorreu em socorro da Bélgica e estabeleceu contato com o 1º Exército alemão, do coronel-general Alexander von Kluck. A sudoeste do 5º Exército encontrava-se o 4º Exército francês, do general de Langle de Cary.

O Rio Sambre, principal tributário do Meuse, é um dos mais importantes da Europa Ocidental. O rio flui inicialmente do sudoeste para o nordeste e, depois, em Charleroi, torna-se mais sinuoso e segue gradualmente para o oeste até Namur, onde deságua no Meuse. Toda a região banhada pelo rio era, em 1914, densamente povoada, especialmente nas proximidades de Charleroi, onde a indústria vinha se desenvolvido celeremente<sup>15</sup>. O rio era militarmente um obstáculo pouco significativo devido ao grande número de pontes que o atravessam e a sua pouca profundidade. A defesa era mais viável por meio da ocupação das elevações que dominavam o rio e suas pontes ao norte e ao sul. As edificações, casas e obstáculos de todo tipo

obscurciam a visão e facilitavam o progresso de uma operação ofensiva.

No século XIX, o Império francês atribuiu grande importância a Charleroi, tornando-a comuna, cidade principal do distrito e do departamento, bem como sede de um tribunal de primeira instância. Foram criados na cidade escritórios para impostos diretos, subsídios e conservação de hipotecas. Charleroi viu a chegada de advogados, funcionários públicos, comerciantes, artesãos e industriais em seu território<sup>16</sup>. Charleroi continuou sendo uma cidade modesta, porém sua população aumentou de 3.900, em 1803, para 4.500 em 1809. A cidade era habitada principalmente por uma população liberal.<sup>17</sup>

Charleroi foi palco de uma importante batalha durante as Guerras Napoleônicas, em 1815. Quando as primeiras colunas militares francesas chegaram a Beaumont, na noite de 13 de junho, estava chovendo há vários dias e as estradas ficando intransitáveis. No dia seguinte, Napoleão Bonaparte chegou a Beaumont com a intenção



de ir até Charleroi e atravessar o Sambre, para dar combate aos prussianos. Três colunas estavam prontas para marchar na direção norte para cruzar o Sambre em Marchienne-au-Pont, Charleroi e Châtelet.

Em Jamioulx, na manhã do dia 15, Napoleão ordenou a seus soldados que atravessassem o rio. A progressão em direção a Charleroi foi pontuada pelos combates contra as tropas prussianas posicionadas ao sul da cidade e as vanguardas francesas. Por volta das seis horas da manhã, os primeiros tiros foram ouvidos ao lado de Couillet, Mont-sur-Marchienne e Marcinelle<sup>18</sup>. Os prussianos recuaram, mas fogos ainda foram trocados quando os franceses chegaram a Charleroi às 11 horas, investindo sobre a represa de Marcinelle. A Ponte de Sambre estava obstruída por barricadas, impedindo que os franceses avançassem. Em seguida, a ponte foi atacada, liberando o acesso à Ville-Haute. As tropas inimigas recuaram em direção a Gilly. Napoleão não estava longe,

deixou Jamioulx e seguiu para Charleroi, conquistando a cidade. A vitória em Charleroi abriu o caminho para Bruxelas<sup>19</sup>.

Com a criação do Estado belga em 1830, após a Revolução da Bélgica contra o domínio dos Países Baixos, na qual a população de Charleroi participou ativamente, a economia local se desenvolveu graças à expansão de antigas indústrias e à instalação de novos meios de produção, bem como ao desenvolvimento de estradas e das comunicações<sup>20</sup>.

Em razão de sua localização, apoiada no Rio Sambre e densamente povoada, em 1914 consistia uma posição defensiva estratégica relevante, guarnecida pelos soldados franceses e belgas, diante do avanço alemão.

A batalha de Charleroi envolveu expressivas forças de combate francesas e alemãs. As principais grandes unidades que se confrontaram foram o 5º Exército francês (este reforçado por unidades belgas), e o 2º Exército alemão.



O 5º Exército, conhecido como Exército de Paris, era liderado pelo general Charles Lanrezac e estava organizado com os:

- I Corpo (general d'Esperney);
- III Corpo (general Sauret);
- X Corpo (general Deforges); e
- XVIII Corpo (general De Mas-Latrie)<sup>21</sup>.

No plano oposto, o 2º Exército alemão posicionado diante de Charleroi era comandado pelo coronel-general Bernhard von Bülow (Fig. 2). A força germânica estava estruturada para o combate com os:

- VII Corpo (general Von Einnen);
- X Corpo (general Von Emmich);
- Corpo de Guardas (general Von Plettenberg);
- VII Corpo de Reserva (general Von Zwehl);
- X Corpo de Reserva (general Von Kirchbach); e
- Corpo de Guarda de Reserva (general Von Gallwitz)<sup>22</sup>.

As forças alemãs superavam em muito as francesas, tanto em

Fig. 2 – General Bernhard von Bülow, comandante do 2º Exército alemão e vencedor da Batalha de Charleroi



Fonte: Illustrierte Geschichte des Weltkrieges

número, quanto em poder de fogo, especialmente no que dizia respeito à artilharia.

No dia 20 de agosto, o 5º Exército francês avançou para o norte, coberto pelo Corpo de Cavalaria Sordet, com dois corpos de exército em primeiro escalão: o III e o X, enquanto o I corpo cobria o flanco direito. A força de ataque principal alcançou o Sambre entre Charleroi e Namur e preparou-se para conquistar as pontes, enquanto o I Corpo se estabeleceu ao longo do Meuse. O 5º Exército formou, assim, uma posição defensiva que compreendia um ângulo reto em



seu limite nordeste, incluindo a cidade de Dinant, onde foi atacado pelo 3º Exército alemão.

O 2º Exército alemão, por sua vez, avançou também protegido pela Cavalaria, com dois corpos de exército em primeiro escalão: o X e o Corpo de Guardas. No dia seguinte, a vanguarda alemã se reuniu nas pontes da região de Taminnes, Arsimont e Auvélais. Diante da ameaça de os alemães conseguirem cruzar o rio, os franceses desceram das alturas que dominavam o Sambre para combater diretamente nas pontes. O terreno era difícil, pois a área bastante industrializada e densamente povoada impedia o emprego eficaz da artilharia de campanha. Os alemães foram inicialmente repelidos, mas logo conseguiram estabelecer cabeças de ponte na margem sul do Sambre, apesar das tentativas francesas de desalojá-los.

Em 22 de agosto, os dois corpos franceses reforçados pelas 37ª e 38ª divisões (Zuavos e atiradores argelinos do Exército da África) tentaram contra-atacar e retomar as pontes, mas a ação não logrou êxi-

to. Essas contraofensivas, realizadas de acordo com a doutrina francesa em vigor, a *offensive à outrance*<sup>23</sup>, produziram muitas baixas, sem nenhum resultado objetivo, renunciando o que seriam os campos de batalha da Grande Guerra. Os franceses descobriram da pior forma possível a eficácia das metralhadoras e da artilharia pesada alemã. O segundo escalão alemão tentou, então, invadir Charleroi<sup>24</sup>.

Na manhã de 23 de agosto, os III e X Corpos franceses, gravemente afetados pelo fracasso de sua contraofensiva, ocuparam uma posição defensiva nas alturas ao sul do Sambre. O I Corpo francês estabeleceu contato com as tropas de flanco do 3º Exército alemão ao longo do Meuse e tentou evitar que o rio fosse atravessado, particularmente na região Dinant, sem sucesso.

Ao mesmo tempo, a Força Expedicionária Britânica, posicionada a oeste do 5º Exército francês, enfrentou o 1º Exército alemão em Mons, mas foi obrigada a se retirar<sup>25</sup>.



Assim, ambos os flancos do 5º Exército francês foram ultrapassados pelos alemães. Ameaçado de ser envolvido e perder a totalidade de seu exército, no dia 24 de agosto o general Charles Lanrezac ordenou uma retirada geral ao longo da linha Avesnes-Regniowez e depois La Capelle-Hirson-Charleville, com o reduto de Maubeuge à esquerda e a floresta das Ardenas à direita, em uma tentativa de manter a iniciativa, o que não se configurou. Ainda que derrotado, pelo menos conseguiu se retirar em boa ordem e não perdeu seu exército.

## MASSACRE EM TAMINES

No contexto da invasão da Bélgica, a força invasora alemã perpetrou diversos massacres contra a população civil, motivados pela inesperada e tenaz resistência belga e pelo mito dos “franco-atiradores”<sup>26</sup> entre a população civil. Em diversas cidades belgas, civis foram reunidos e fuzilados pelo Exército alemão, e, na Batalha de Charleroi, não foi diferente. Na pequena vila de Taminés, contígua

à cidade industrial, mais de 600 cidadãos belgas foram massacrados pelos alemães.

Enquanto o general Von Kluck, comandante do 1º Exército alemão se concentrava em Mons, objetivando conquistar Paris, o General Von Bülow, à frente do 2º Exército, continuou sua rota em direção ao baixo Sambre, na direção de Namur e Charleroi. Em 12 de agosto, Von Bülow chegou em Huy e, no dia 20, em Andenne, onde mandou fuzilar 200 civis<sup>27</sup>. No dia seguinte, ele seguiu para Taminés, pequena vila 15 quilômetros a leste de Charleroi, onde enfrentou a oposição da 19ª Divisão de Infantaria francesa e de um contingente do X Corpo francês, além de remanescentes da Guarda Civil belga desdobrada em Charleroi.

Por volta das 6 horas da manhã, uma patrulha de cinco ulhanos<sup>28</sup> alemães chegou em Taminés pela estrada para Ligny. Um dos soldados alemães foi ferido por um tiro disparado por um francês e, uma hora mais, um pelotão de 30 ulhanos, acompanhado por ciclistas, chegou à área de combate, ao



mesmo tempo em que outras tropas se apresentaram como reforços.

Por volta das 13h00, travou-se um combate ao lado de Auvelais, Velaines e Arsimont. Os franceses e alemães se enfrentaram em duelos de artilharia, com as baterias alemãs posicionadas em Velaine e Alloux. Os franceses, foram superados pela artilharia pesada alemã, mas tentaram, na medida do possível, cumprir missões de contrabaterie a partir de Tamines e Arsimont<sup>29</sup>.

Na margem francesa, as pontes sobre o Sambre em Tamines, Auvelais e Farciennes foram guardadas a partir da estação ferroviária de Tamines. Pequenos contingentes foram posicionados com o propósito de retardar o avanço alemão<sup>30</sup>.

Protegendo-se atrás de civis, que serviram como escudos humanos, os alemães atravessaram o Sambre no final da tarde, enquanto outros civis retiraram sacos de areia, barricadas e outros equipamentos e veículos que estavam obstruindo as pontes. Diante de um intenso contra-ataque desencadea-

do pelos franceses, os alemães se retiraram, à custa de pesadas baixas. Como represália, no início da noite Tamines viu chegar um fluxo constante de soldados alemães que atearam fogo a muitas casas da vila<sup>31</sup>.

Por volta das 2 horas da manhã, os alemães investiram novamente contra a ponte defendida pelos franceses em Tamines, sob o intenso fogo de artilharia desfechado por ambos os lados. Os civis decidiram seguir para o centro da aldeia para se protegerem dos incêndios que assolavam suas casas, enquanto os franceses abandonaram a localidade na direção do sul. Nos combates em Tamines, cerca de 600 soldados alemães foram postos fora de ação.

Enquanto a batalha se desenvolveu do outro lado da ponte e os franceses recuavam, os civis belgas foram reunidos pelos alemães, separados em grupos homens, mulheres e crianças<sup>32</sup>. Muitos deles foram aprisionados na igreja Notre-Dame des Alloux, onde se viram diante da contingência de serem baleados ou queimados vivos na





edificação. Em outra parte da vila, os alemães reuniram um grupo de 150 pessoas, que continuou a crescer em número no dia seguinte. Na igreja, por volta das 19 horas, e depois de terem separado mulheres e crianças e as transferido para um prédio próximo, um oficial alemão anunciou que alguns seriam fuzilados<sup>33</sup>. Cerca de 600 homens foram levados para fora da igreja na direção da Praça Saint-Martin, contígua e diretamente voltada para o Sambre. Três sacerdotes que acompanhavam o grupo foram insultados e espancados com coronhadas pelos alemães<sup>34</sup>.

Um pelotão de fuzilamento apontou contra os civis alinhados, enquanto um oficial acusou-os de terem matado soldados alemães. Às 20 horas soou a ordem, dada por silvo de apito, e os cidadãos de Tamines foram sumariamente fuzilados. Algumas pessoas conseguiram saltar para o rio, conseguindo sobreviver.

O pelotão de fuzilamento foi dispensado, mas foi substituído por um grupo de soldados com braçadeiras da Cruz Vermelha vindos da

igreja, supostamente soldados do Serviço de Saúde. Estes estavam armados com fuzis, baionetas, tacos, eixos e outras armas improvisadas. Muitos feridos, reconhecendo as braçadeiras, pediram ajuda a esses "enfermeiros que vieram para ajudá-los"<sup>35</sup>. O abade Donnet, testemunha do massacre, observou que

[...] houve duas partes distintas na operação. Primeiro de tudo, eles começaram a matar indiscriminadamente, no amontoado de corpos [...] subiram, passaram por cima dos mortos, dos feridos, dos moribundos, e atacaram tudo o que parecia ser uma alma viva. [...]. Na segunda fase, os homens e soldados da ambulância [...] usaram todos os tipos de instrumentos. Antes de tudo, a baioneta: eles a empurraram para todos os lados, para o monte de carne humana; alguns foram trespassados sob vários cadáveres [...]. Também atingiram com as pontas de seus fuzis; alguns tinham grandes toros de madeira, barras de ferro: eu vi alguns novamente e os encontrei no dia seguinte ao da carnificina, todos cobertos de carne, cérebro e sangue. Finalmente, também ouvi os feridos serem atingidos



com chicotes. [...] Aqui chegamos, se me permitem dizer, ao auge da crueldade. Os soldados operaram aos pares; apreenderam as vítimas uma a uma, examinaram se estavam vivas, depois as eliminaram com golpes de baioneta violentos e repetidos. [...] Depois, [...] jogaram-nas no Sambre<sup>36</sup>.

Emile Leroy, morador de Tamines, também sobreviveu a esses soldados do “Serviço de Saúde” encarregados de acabar com os feridos. Mais tarde, narrou sua terrível experiência:

[...] o primeiro golpe atravessou meu braço esquerdo, o segundo, mais furioso, passou por baixo de meu peito e foi graças a um caderno no bolso, que, furado de um lado para o outro, meu coração não foi atingido. Recebi um terceiro golpe no flanco direito, depois do qual, temendo que os golpes me atingissem no rosto ou no estômago, com um esforço sobre-humano, me virei. Exasperado, sem dúvida, meu carrasco lançou um golpe terrível com sua arma. Penetrou o lado esquerdo do meu pescoço abaixo da artéria carótida, atravessando parte da minha garganta e saindo abaixo do

meu queixo. Senti o ferro se movendo muito bem na ferida, toquei-o até mesmo com a mão. Tendo retirado sua arma da ferida, o bruto me ofereceu o “golpe de misericórdia” e me deu um golpe tremendo com a coronha de seu fuzil na parte de trás de meu pescoço; então ele me abandonou, sem dúvida, acreditando que eu estava morto. Ele estava enganado, eu ainda estava vivo e ainda tinha minha presença de espírito. No entanto, estava perdendo muito sangue; temendo atrair novamente a atenção, não ousei fazer qualquer movimento. Por um esforço supremo de vontade, porém, consegui, usando precauções, amarrar meu lenço de bolso ao redor do pescoço para tentar estancar o fluxo de sangue, pois estava perfeitamente ciente de que a ferida era a mais grave das que já havia recebido. Mal terminei quando de repente ouvi os selvagens voltando; era noite e mesmo assim via muito bem que eles estavam armados com pedaços de madeira. Por sua vez, atacavam novamente na pilha [...], podia ouvir os golpes quebrando os crânios. Por meio de pequenas lâmpadas elétricas, eles inspecionavam suas vítimas, e aqueles que reclamavam eram pegos na mão e jogados no Sambre



[...]. Foi então que, de repente, senti a bota de um desses bandidos tocando meu rosto, ele estava ali parado ao meu lado [...]. Depois de alguns minutos de espera que pareceram um século, ele se foi [...] <sup>37</sup>.

Os sobreviventes de Tamines concordam que o massacre durou cerca de uma hora. Afastado do grupo, o abade Donnet foi deixado para morrer ao lado de duas sentinelas alemãs, mas conseguiu sobreviver. Jogados nas águas do Sambre, vários homens conseguiram nadar em direção às fazendas próximas ao local da carnificina; alguns auxiliaram os que estavam em pior situação, que reclamavam e gemiam.

No dia seguinte, ao amanhecer, os alemães tiveram que decidir o que fazer com os sobreviventes. Eles tinham duas opções: levá-los para Fleurus, não muito longe de Tamines, ou reconstituir um pelotão de fuzilamento. Depois das 9h30 da manhã, os remanescentes da população que haviam permanecido na igreja de Alloux foram obrigados a avançar em dois grupos separados: mulheres e crianças

de um lado, homens do outro. A coluna dos homens se dirigiu sem saber o que os esperava para a Praça Saint-Martin, ao sul do vilarejo. O grupo de mulheres e crianças seguiu posteriormente, para o mesmo lugar. Quando chegaram, os primeiros homens ficaram espantados ao descobrir alguns sobreviventes do massacre, bem como os cadáveres baleados ou encontrados carbonizados na aldeia e amontoados na localidade <sup>38</sup>.

Quando as mulheres e seus filhos chegaram, a praça estava lotada de soldados alemães e puderam testemunhar o terrível espetáculo dos homens exalando um odor terrível, devido à sua condição física e à temperatura particularmente quente do verão. Sob a ameaça das baionetas, permaneceram até por volta do meio-dia, quando, finalmente, chegaram alguns oficiais superiores, de carro e a cavalo, e uma mesa foi montada para eles comerem e beberem. Em seguida, os soldados alemães se revezaram à mesa, onde, muito embriagados, jogaram suas garrafas vazias nos sobreviventes e es-



pectadores. No início da tarde, levando uma mensagem da sede, os oficiais ordenaram que os homens fuzilados fossem enterrados não muito longe do local de execução. Cerca de quarenta voluntários, a quem haviam sido dadas ferramentas, começaram a cavar um poço de 10 metros de comprimento e cerca de 6 metros de largura<sup>39</sup>.

Uma nova equipe foi então responsável por colocar os cadáveres no poço e, a fim de acelerar a manobra, alguns sobreviventes do fuzilamento foram chamados para ajudar a enterrar os mortos. Às 17 horas, os alemães finalmente libertaram os reféns remanescentes. Em Tamines, os feridos mais graves foram tratados pelas freiras dos conventos das Irmãs da Providência e da Imaculada Conceição.

Entre 21 e 23 de agosto de 1914, das 613 vítimas, 315 homens haviam sido baleados, 40 afogados, 13 carbonizados, 31 morreram por outras causas, e 24 morreram em consequência dos eventos. 40 civis que morreram tinham menos de 21 anos de idade. Cerca de 300 casas foram queimadas. A justificativa

oficial alemão para o massacre foi que civis belgas haviam disparado contra os soldados alemães, o recorrente mito dos franco-atiradores.

Esvaziada da grande maioria de sua população, Tamines foi sistematicamente saqueada. A pequena vila detém o triste recorde de 40 vítimas com menos de 21 anos executados na Grande Guerra, a maioria homens<sup>40</sup>. Nos primeiros vinte dias da guerra na Valônia, 5 mil civis foram mortos e 15 mil residências destruídas.

## **A MEMÓRIA DA BATALHA**

Charleroi hoje é uma cidade industrial, articulada por via ferroviária a menos de uma hora de Bruxelas. Por ter sofrido o peso do avanço alemão em agosto de 1914 e experimentado o massacre no distrito de Tamines, a memória sobre a Grande Guerra e suas vítimas é bastante presente. Diversos espaços de memória corroboram o passado de sofrimento da população cidade<sup>41</sup>.



De acordo com Pierre Nora, um lugar de memória, em todos os sentidos da palavra, pode variar desde o objeto mais material e concreto, localizado geograficamente, até o objeto mais abstrato e intelectualmente construído. Pode, portanto, ser um monumento, uma personagem, um museu, um arquivo, ou mesmo um símbolo, um lema, um evento ou uma instituição<sup>42</sup>. Compreensivelmente, Charleroi e Tamines possuem hoje diversos espaços de memória ligados à batalha, em um esforço memorialístico que começou imediatamente logo após o final da Grande Guerra.

No rescaldo do conflito, as comunas encorajadas por seus habitantes decidiram erguer monumentos para honrar suas vítimas. Os primeiros monumentos simples apareceram por volta de 1919, e, logo em seguida, memoriais foram construídos em cemitérios ou necrópoles militares, mas não só isso. Monumentos, desde a simples placa até os mais majestosos, foram erguidos nos campos de batalha onde os soldados tombaram, mas

também no ambiente onde viviam: as vítimas, nas praças públicas, nas ruas, nas escolas, nas estações ferroviárias. Enquanto alguns memoriais foram assinados por grandes artistas, outros resultaram de uma produção anônima e coletiva<sup>43</sup>. Estudaremos alguns deles por sua relevância.

Um dos mais importantes monumentos de Charleroi é o memorial de guerra comumente conhecido como "Aos nossos Mártires"<sup>44</sup>, que honra a memória das vítimas dos dois conflitos mundiais (Primeira e Segunda Guerras Mundiais). Após o encerramento da Grande Guerra, as autoridades de locais decidiram erguer um monumento em homenagem às vítimas da guerra. Inicialmente, deveria estar localizado no cruzamento da Rue de la Montagne e das avenidas Audent e de l'Yser; área completamente devastada quando as tropas alemãs chegaram em agosto de 1914. O trabalho de fundação foi realizado ali, mas os comerciantes, com receio de o monumento não ser devidamente destacado, foi posicionado na Ville-Haute no



fundo da Avenue de Waterloo<sup>45</sup>, uma das vias mais importantes da cidade.

Outra referência significativa na cidade é o monumento Franco-Belga, erigido no local onde quatro civis foram baleados pelos alemães em 22 de agosto de 1914, e que honra a memória dos soldados belgas e franceses que caíram em Marchienne-au-Pont, ou morreram ali em consequência de seus ferimentos. Inaugurado em 21 de agosto de 1921, o memorial também serve de cripta e é cercado por um espaço verde com a aparência de um jardim francês. Os portões de acesso são decorados com o brasão Marchienne, nas cores francesas, azul-branco-vermelho. Os nomes das vítimas: 87 belgas e 11 franceses encontram-se gravados em destaque. Os restos mortais de 20 soldados belgas e franceses jazem na cripta do monumento<sup>46</sup>.

Em 24 de dezembro de 1921, duas placas comemorativas foram inauguradas por iniciativa da administração dos trabalhadores ferroviários, carteiros, telefonistas e operadores de telégrafos, seladas

no saguão principal da estação ferroviária Charleroi-Sud. As duas placas rememoram os nomes dos funcionários e profissionais dessas categorias que morreram por seu país, seja na frente, nas prisões alemãs, diante de pelotões de fuzilamento, ou covardemente assassinados durante o avanço do inimigo em agosto de 1914. Se prestam homenagem àqueles que perderam a vida, evocam também a memória daqueles que permaneceram em seus postos de trabalho na ferrovia, aplicando seus esforços e conhecimento para ajudar a mobilizar o exército belga e enviar homens, armas e logística para a frente de batalha<sup>47</sup>.

Outro espaço de memória existente em Charleroi é o *Musée des Chasseurs à Pied* (Museu dos Caçadores a Pé), uma das principais instituições museológicas e de pesquisa para compreender a história militar contemporânea da Bélgica<sup>48</sup>. O museu encontra-se localizado na Caserne Trésignies, atualmente ocupada por organizações civis e que foi, até 1976, a guarnição de vários regimentos de Caça-



dores a Pé. O nome "Trésignies" foi dado em memória ao cabo León Trésignies, herói da Grande Guerra, miliciano do 2º Regimento de Caçadores a Pé<sup>49</sup>. Organizado sob o título "o preço da liberdade", o museu mostra de forma didática como foi a atuação da infantaria leve do Exército Belga nos conflitos desde a revolução que consolidou o país até os dias atuais<sup>50</sup>.

No parque Rainha Astrid, região central Charleroi, encontram-se dois monumentos importantes que rememoram a Grande Guerra. O primeiro homenageia os combatentes dos 1º e 4º Regimentos de Caçadores a Pé, unidades de infantaria belgas baseadas na cidade, e contém a seguinte inscrição: "Em memória de todos que durante a Primeira Guerra Mundial tombaram pela liberdade e pela democracia"<sup>51</sup>. Também ali se encontra um monumento homenageando os pombos-correios, aves que contribuíram para a vitória dos Aliados no conflitos. É relevante pontuar que, em diversas cidades belgas e francesas, existem monumentos dedicados a esses animais, impor-

tantes vetores de comunicações militares na época do conflito.

O Cemitério *Charleroi Nord* foi estabelecido desde o final da década de 1890 no distrito de Faubourg. À esquerda da entrada encontra-se o cemitério militar da *Commonwealth*<sup>52</sup>; ao fundo, no canto sudoeste, estão os túmulos dos soldados franceses que morreram em Charleroi durante a Grande Guerra. Além destes, há várias sepulturas honrando soldados e veteranos belgas<sup>53</sup>. A quadra da *Commonwealth* contém 285 sepulturas de soldados que tombaram na guerra, seja no combate inicial, em agosto de 1914, ou como prisioneiros de guerra. 169 britânicos, 18 canadenses, 79 australianos, 1 neozelandês, 1 sul-africano, 2 indianos e 15 alemães estão sepultados ali<sup>54</sup>.

Em Tamines, vila onde ocorreu o massacre perpetrado pelos alemães, após a visita do Rei Alberto em 13 de março de 1919, foi decidida a construção de um monumento homenageando os cidadãos fuzilados. O escultor bruxelense Louis Mascrée criou a homenagem, que foi inaugurada na Place



des Martyrs em 22 de agosto de 1926, na presença do Príncipe Leopold. Em maio de 1940, no entanto, com a Bélgica novamente sob ocupação, os alemães o dinamitaram. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o monumento foi reconstruído e inaugurado em 12 de agosto de 1951<sup>55</sup>.

## REFLEXÕES FINAIS

O avanço alemão contra o Luxemburgo e a Bélgica inaugurou a guerra mundial na Europa. O conflito entre o Império Austro-Húngaro e a Sérvia expandiu-se, envolvendo as mais importantes potências mundiais e atingiu um patamar global.

A Bélgica, um país pequeno e dependente de apoios externos conseguiu, apoiada pelos franceses e britânicos, resistir por pouco tempo ao avanço alemão, mas prejudicou a execução do Plano Schlieffen. Sua resistência, no entanto, resultou no embrutecimento do Exército Alemão, que perpetrou diversos massacres contra a popu-

lação civil, particularmente entre os habitantes da Valônia.

A Batalha de Charleroi foi travada de acordo com a tática de ataque frontal vigente à época e consoante com a doutrina militar francesa. Apesar dos esforços e da iniciativa, o Exército Francês, apoiado pelos belgas, foi rapidamente superado pelos alemães, que possuíam poder de combate muito superior. As deficiências da doutrina francesa tornaram-se evidentes, em particular a *offensive à outrance*, que provocou muitas baixas sem que houvesse ganhos estratégicos ou táticos correspondentes.

Tal postura destacou o equilíbrio e a complementariedade necessários entre o fogo e movimento, demonstrando a incapacidade do Exército Francês de organizar uma operação defensiva eficaz. Os alemães tornaram evidente sua superioridade tática, particularmente no método de progressão coordenada e no emprego das metralhadoras. Sua superioridade material em artilharia pesada foi estabelecida, superando os canhões de tiro rápido franceses de 75 mm,





uma arma inovadora que era eficaz, rápida e flexível no uso, porém com alcance limitado.

O General Lanrezac, por sua vez, ordenou a retirada do 5º Exército francês no momento exato. Envolvido em seus flancos pelos alemães, sua posição defensiva rapidamente se tornou insustentável, e suas tropas, apesar de muito debilitadas, mantiveram boa disciplina e espírito de luta, e recuaram em boa ordem. Essa retirada, embora tenha sido uma derrota tática, configurou-se em um trunfo estratégico, na medida em que contribuiu para a manutenção do núcleo do 5º Exército.

Os alemães prosseguiram cumprindo o Plano Schlieffen, tentando conquistar Paris nos primeiros 40 dias da guerra, o que não se configurou, em parte devido à resistência da Bélgica e de seus aliados franceses e britânicos. A ofensiva alemã prosseguiu, até ser contida pelos franceses na Batalha do Marne, que barrou as tropas alemãs e assegurou Paris. O resultado do fracasso da ofensiva alemã foi a estabilização das linhas de

combate, imobilizando a guerra na Frente Ocidental e conduzindo à “guerra de trincheiras”, geratriz da carnificina que se estendeu pelos próximos quatro anos da guerra.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Simon. *Mémoire d'une "Cité martyre"*: le massacre de Tamines du 22 août 1914. Leuven: Université Catholique de Leuven, 2001.

ANDENNE VILLE MARTYRE. *Le cimetière des fusillés*. Disponível em <<https://ville-martyre.andenne.be/project/le-cimetiere-des-fusilles/>>. Acesso em 25 fev. 2022.

BIBLIOTHECA DIGITALIA SAMBREVILLE. *Horreur de la Guerre (Croix-Rouge), massacre de Tamines, le 22 août 1914 - 637 victimes*. Disponível em <<https://bibliotheca.sambreville.be/thematiques/histoire/guerre-14-18/archives/horreur-de-la-guerre-croix-rouge-massacre-de-tamines-le-22-aout-1914-637-victimes>>. Acesso em 24 fev. 2022.

BURY, J.P.T. *The New Cambridge Modern History: the shifting balance of world forces 1898–1945*.



Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

CRON, Hermann. *Imperial German Army 1914–18: organisation, structure, orders-of-battle*. Solihull: Helion, 1937.

DER BAGDASARIAN, Nicholas. *The austro-german rapprochement, 1872–1879: from the Battle of Sedan to the Dual Alliance*. Cranbury: Fairleigh Dickin son University Press. 1976.

DIERICK, François. *Histoire(s) & patrimoine de Charleroi*. Disponível em <<http://www.charleroi-decouvert.be/pages/index.php?id=503>>. Acesso em 27 fev. 2022.

EVERARD, Jean. *Monographie des rues de Charleroi*. Charleroi: Collins, 1959.

FRANÇOIS, Aurore; VESENTININE, Frédéric. Essai sur l'origine des massacres du mois d'août 1914 à Tamines et à Dinant. *Cahiers d'Histoire du Temps Présent*, Bruxelles, CEGES-SOMA, n. 7, 2000, p. 51-82.

GILBERT, Martin. *A primeira guerra mundial: os 1.590 dias que transformaram o mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

HAMILTON-WILLIMS, David. *Waterloo: new perspectives, the great battle reappraised*. London: Arms & Armour Press, 1993.

HASQUIN, René-Pierre Hasquin. *De Charnoy-village à Charleroi-Métropole*. Bruxelles: Labor, 1969.

HEALEY, Gordon. *The anglo-french military and naval conversations, 1906-1912: a study in pre-war diplomacy*. 1952. 150 f. Dissertação (Mestrado em Artes). North Texas State College, Denton. 1952.

HISTOIRE(S) & PATRIMOINE DE CHARLEROI. *Les débuts et la fin du village de Charleroi*. Disponível em <<https://www.charleroi-decouvert.be/pages/index.php?id=411>>. Acesso em 24 fev. 2022.

HORIZON 14-18. *Bataille de Charleroi*. Disponível em <<https://horizon14-18.eu/charleroi.html>>. Acesso em 25 fev. 2022.

HORNE, John; KRAMER, Alan. *German Atrocities, 1914: a history of denial*. Newhaven: Yale University Press, 2001.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.



LES MONUMENTS AUX MORTS. Belgique (Namur), Tamines. Disponível em <<https://monumentsmorts.univ-lille.fr/monument/37968/tamines-place/>>. Acesso em 27 fev. 2022.

MUSÉE DES CHASSEURS À PIED. *Histoire et Architecture de la caserne d'infanterie de Charleroi*. Disponível em <<https://www.chasseurs-a-pied-belges.be/musee/musee.htm>>. Acesso em 27 fev. 2022.

NAËRT, M. C. et all (org.). *Les armées françaises dans la Grande guerre*, v. 1 Paris: Imprimerie nationale, 1936.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PALMER, Alan. *Bismarck*. Brasília: Editora UNB, 1982.

SAMBRE-MARNE-YSER. *Bataille de Charleroi (21-23 août 1914)*. 2006. Disponível em <<http://www.sambre-marne-yser.be/>>. Acesso em 23 fev. 2022.

SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. São Paulo: Contexto, 2015.

THE ECONOMY around 1914: overview. *RTBF*, Bruxelles. Disponível em <[https://www.rtf.be/ww1/topics/detail\\_the-economy-around-1914-overview?id=8356024](https://www.rtf.be/ww1/topics/detail_the-economy-around-1914-overview?id=8356024)>. Acesso em 25 fev. 2022.

THIERS, Marie-Joseph-Louis-Adolphe. *Histoire de l'Empire: faisant suite à l'Histoire du Consulat*, t. 4. Paris: Lheureux, 1867.

TOMASZEWSKI, Fiona. *Triple Entente or unholy alliance ? Official russian attitudes toward Britain and France, 1906 to 1914*. 1992. Tese (Doutorado em Filosofia) – McMaster University, Hamilton. 1992.

VELAERS, Jan. Albert I, King of the Belgians. *1914-1918 International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em <[https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/albert\\_i\\_king\\_of\\_the\\_belgians#:~:text=Albert%20and%20his%20government%20refused,t he%20conduct%20of%20the%20war.](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/albert_i_king_of_the_belgians#:~:text=Albert%20and%20his%20government%20refused,t he%20conduct%20of%20the%20war.)>. Acesso em 24 fev. 2022.



<sup>1</sup> De acordo com Lawrence Sondhaus, “em setembro de 1914, em declarações citadas pela imprensa norte-americana, o biólogo alemão e filósofo Ernst Haeckel fez a primeira referência registrada ao conflito como ‘Primeira Guerra Mundial’ [...]. O rótulo de ‘Primeira Guerra Mundial’ só se tornaria corrente depois de 1939, quando a revista Time e uma série de outras publicações popularizaram seu uso como corolário da expressão ‘Segunda Guerra Mundial’.” No presente trabalho, utilizaremos a expressão corrente da época Grande Guerra. Ver SONDHUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. São Paulo: Contexto, 2015.

<sup>2</sup> O arquiduque Franz Ferdinand da Áustria, herdeiro presuntivo do trono austro-húngaro, e sua esposa, Sofia, duquesa de Hohenberg, foram assassinados em 28 de junho de 1914 pelo estudante nacionalista sérvio-bósnio Gavrilo Princip, enquanto visitavam por Sarajevo, a província capital da Bósnia-Herzegovina.

<sup>3</sup> KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

<sup>4</sup> PALMER, Alan. *Bismarck*. Brasília: Editora UNB, 1982.

<sup>5</sup> DER BAGDASARIAN, Nicholas. *The austro-german rapprochement, 1872–1879: from the Battle of Sedan to the*

Dual Alliance. Cranbury: Fairleigh Dickin son University Press. 1976.

<sup>6</sup> TOMASZEWSKI, Fiona. *Triple Entente or unholy alliance ? Official russian attitudes toward Britain and France, 1906 to 1914*. 1992. Tese (Doutorado em Filosofia) – McMaster University, Hamilton. 1992.

<sup>7</sup> BURY, J.P.T. *The New Cambridge Modern History: the shifting balance of world forces 1898–1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

<sup>8</sup> HEALEY, Gordon. *The anglo-french military and naval conversations, 1906-1912: a study in pre-war diplomacy*. 1952. 150 f. Dissertação (Mestrado em Artes). North Texas State College, Denton. 1952.

<sup>9</sup> Alfred von Schlieffen (1833-1913) foi chefe do Estado-Maior Geral alemão e desenvolveu o plano de ataque (Plano Schlieffen) que os exércitos alemães utilizaram, com modificações significativas, na deflagração da Grande Guerra.

<sup>10</sup> Helmuth Johannes Ludwig von Moltke (1848-1916), conhecido como "Moltke, o jovem", para diferenciá-lo do seu tio, o marechal de campo Helmuth Karl Bernhard von Moltke, foi chefe de Estado-Maior Geral da Alemanha entre 1906 e 1914.

<sup>11</sup> Muito antes do início do conflito, o Estado-Maior Geral alemão havia elaborado o Plano Schlieffen, o qual



estabelecia que em um cenário de guerra da Alemanha contra inimigos em duas frentes (França, no Ocidente, e Rússia, a Leste), deveria ser desfechado um rápido ataque contra os franceses, antes que os russos pudessem mobilizar seu imenso exército. Tal planejamento previa um amplo movimento de envolvimento através dos Países Baixos, Luxemburgo e Bélgica, tendo como objetivo prioritário a conquista de Paris no mais curto prazo possível. Ver LINDEMANN, Thomas. *L'idéologie de l'offensive dans le plan Schlieffen*, 2005. Disponível em <<http://www.institut-strategie.fr/>>. Acesso em 24 fev. 2022.

<sup>12</sup> GILBERT, Martin. *A primeira guerra mundial: os 1.590 dias que transformaram o mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

<sup>13</sup> VELAERS, Jan. Albert I, King of the Belgians. 1914-1918 *International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em <[<sup>14</sup> HORNE, John; KRAMER, Alan. \*German Atrocities, 1914: a history of\*](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/albert_i_king_of_the_belgians#:~:text=Albert%20and%20his%20government%20refused,the%20conduct%20of%20the%20war.></a>. Acesso em 24 fev. 2022.</p></div><div data-bbox=)

denial. Newhaven: Yale University Press, 2001.

<sup>15</sup> THE ECONOMY around 1914: overview. RTBF, Bruxelles. Disponível em <[https://www.rtbf.be/ww1/topics/detail\\_the-economy-around-1914-overview?id=8356024](https://www.rtbf.be/ww1/topics/detail_the-economy-around-1914-overview?id=8356024)>. Acesso em 25 fev. 2022.

<sup>16</sup> HISTOIRE(S) & PATRIMOINE DE CHARLEROI. *Les débuts et la fin du village de Charleroy*. Disponível em <<https://www.charleroi-decouvrir.be/pages/index.php?id=411>>. Acesso em 24 fev. 2022.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> HAMILTON-WILLIMS, David. *Waterloo: new perspectives, the great battle reappraised*. London: Arms & Armour Press, 1993.

<sup>19</sup> THIERS, Marie-Joseph-Louis-Adolphe. *Histoire de l'Empire: faisant suite à l'Histoire du Consulat*, t. 4. Paris: Lheureux, 1867.

<sup>20</sup> HASQUIN, René-Pierre Hasquin. *De Charnoy-village à Charleroi-Métropole*. Bruxelles: Labor, 1969.

<sup>21</sup> NAËRT, M. C. et all (org.). *Les armées françaises dans la Grande guerre*, v. 1 Paris: Imprimerie nationale, 1936.

<sup>22</sup> CRON, Hermann. *Imperial German Army 1914-18: organisation, structure, orders-of-battle*. Solihull: Helion, 1937.



<sup>23</sup> A *offensive à outrance* é uma expressão utilizada para descrever a doutrina do exército francês de 1911 a 1914. O princípio no nível estratégico era atacar sempre que possível, enquanto que no nível tático era investir sobre o adversário, buscando o combate corpo a corpo. A doutrina cairia por terra devido aos avanços tecnológicos verificados na Grande Guerra, especialmente a metralhadora e a artilharia, que produziram baixas sem precedentes em conflitos anteriores.

<sup>24</sup> SAMBRE-MARNE-YSER. *Bataille de Charleroi (21-23 août 1914)*. 2006. Disponível em <<http://www.sambre-marne-yser.be/>>. Acesso em 23 fev. 2022.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> O mito dos franco-atiradores era particularmente forte entre as tropas alemãs e seus líderes desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870. Foi, inclusive, descrito em manuais sobre a arte da guerra: por exemplo, os autores do manual *Kriegsgebrauch im Landkriege*, publicado em 1902 pelo Estado-Maior Geral alemão, exortavam os oficiais e tropas a serem extremamente severos no tratamento a ser dado aos franco-atiradores. O mesmo argumento foi levantado pelos alemães em Dinant, para justificar o assassinato de 647 cidadãos belgas, cerca de 8,5% da população da cidade.

<sup>27</sup> ANDENNE VILLE MARTYRE. *Le cimetière des fusillés*. Disponível em <<https://ville-martyre.andenne.be/project/le-cimetiere-des-fusilles/>>. Acesso em 25 fev. 2022.

<sup>28</sup> Um uhlano é um soldado de cavalaria armado com lança nos exércitos eslavos e germânico, semelhante ao lanceiro nos exércitos franceses.

<sup>29</sup> BIBLIOTHECA DIGITALIA SAMBREVILLE. *Horreur de la Guerre (Croix-Rouge), massacre de Tamines, le 22 août 1914 - 637 victimes*. Disponível em

<<https://bibliotheca.sambreville.be/thematiques/histoire/guerre-14-18/archives/horreur-de-la-guerre-croix-rouge-massacre-de-tamines-le-22-aout-1914-637-victimes>>. Acesso em 24 fev. 2022.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> ALEXANDRE, Simon. *Mémoire d'une "Cité martyre": le massacre de Tamines du 22 août 1914*. Leuven: Université Catholique de Leuven, 2001.

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> FRANÇOIS, Aurore; VESENTININE, Frédéric. Essai sur l'origine des massacres du mois d'août 1914 à Tamines et à Dinant. *Cahiers d'Histoire du Temps Présent*, Bruxelles, CEGES-SOMA, n. 7, 2000, p. 51-82.

<sup>35</sup> Ibid.



---

<sup>36</sup> HORIZON 14-18. *Bataille de Charleroi*. Disponível em <<https://horizon14-18.eu/charleroi.html>>. Acesso em 25 fev. 2022.

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> Ibid.

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> Apesar da intensidade do ataque alemão e das vítimas em Charleroi e Tamines, pude verificar em pesquisa de campo que a memória da Grande Guerra em Charleroi é mais difusa do que em Dinant, onde 647 civis foram fuzilados pelos alemães e as recordações das atrocidades são muito vívidas, decorridos cem anos do evento.

<sup>42</sup> NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

<sup>43</sup> DIERICK, François. *Histoire(s) & patrimoine de Charleroi*. Disponível em <<http://www.charleroi-decouvrir.be/pages/index.php?id=503>>. Acesso em 27 fev. 2022.

<sup>44</sup> *A nos martyrs*

<sup>45</sup> DIERICK, op.cit.

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Pesquisa de campo realizada pelo autor em 12 de fevereiro de 2022.

---

<sup>49</sup> MUSÉE DES CHASSEURS À PIED. *Histoire et Architecture de la caserne d'infanterie de Charleroi*. Disponível em <<https://www.chasseurs-a-pied-belges.be/musee/musee.htm>>. Acesso em 27 fev. 2022.

<sup>50</sup> Pesquisa de campo realizada pelo autor em 12 de fevereiro de 2022.

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Comunidade britânica.

<sup>53</sup> EVERARD, Jean. *Monographie des rues de Charleroi*. Charleroi: Collins, 1959.

<sup>54</sup> Pesquisa de campo realizada pelo autor em 12 de fevereiro de 2022.

<sup>55</sup> LES MONUMENTS AUX MORTS. Belgique (Namur), Tamines. Disponível em <<https://monumentsmorts.univ-lille.fr/monument/37968/tamines-place/>>. Acesso em 27 fev. 2022.

# Aqui não é lugar de mulher (?): mulheres nas guerras

Maria Carolina Loss Leite <sup>a</sup>

**Resumo:** A ideia desse artigo é refletir sobre a presença de oficiais<sup>1</sup> dentro das Forças Armadas no Brasil e além dele. Ao longo do tempo, profissionais mulheres marcaram a história mundial, onde lutaram bravamente por aquilo que acreditavam. Espírito de corpo e honra, conceitos caros no ramo militar, são características visíveis naquelas que sempre estiveram no chamado mundo militarizado, seja em combate, seja como voluntárias. Através de uma bibliografia pertinente, tentei analisar, brevemente e de forma sociológica, a existência de profissionais mulheres dentro das Forças e o que isso tende a nos mostrar quanto às características de um bom guerreiro.

**Palavras-chave:** Forças Armadas, mulheres na guerra, estudos de gênero.

## INTRODUÇÃO

Falar em guerras sempre foi sinônimo de heroísmo em torno do gênero masculino. Diversas batalhas e lutas ao redor do mundo trouxeram nomes de militares vencedores e vencidos, aguerridos ou covardes, nações mais ou menos potentes. Mas há uma única característica similar entre todos os eventos: a presença massiva de protagonistas homens. E acredito que isso não seja culpa do acaso.

Dentro dessa lógica, o uso de termos como “militarismo” e “militarização”<sup>2</sup> se sobressaem. O primeiro tem a ver com uma ideologia focada para resolver problemas através de crenças, valores e suposições que empregariam a força e a ameaça através do uso da violência. Já o segundo seria, então, a implementação de tal ideologia no sentido de armar, planejar, ameaçar e aplicar soluções baseadas em uma cultura, organização e operação militar. Ambos os termos estão

---

<sup>a</sup> Socióloga.





voltados para uma virilidade e masculinidade exacerbada em que a figura de uma mulher jamais poderia se enquadrar. Ao menos, de forma idealizada.

Pretendo, neste trabalho, abordar como conflitos bélicos são, ainda, vistos sob uma ótica masculina, onde mulheres não possuem lugar. Entretanto, através de uma bibliografia oportuna, mostrarei que elas estiveram sempre presente nesses ambientes. Desde os tempos de nossa Independência, por exemplo, nossas oficiais mostraram que são tão (ou mais) guerreiras que os soldados. Mas, infelizmente, a história não fez sua parte e a tentativa de apagamento de nossas heroínas predomina até hoje. Por isso, trazer os feitos realizados pelas oficiais - brasileiras, mas não apenas por elas - dentro de contextos de guerras é construir uma história real e verdadeira, não deixando apenas que parte dela seja contada: a que prioriza o guerreiro masculino.

## **AS HEROÍNAS DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: O INÍCIO**

Poucos sabem da existência de nossas Heroínas da Pátria: mulheres que lutaram para expulsar invasores de nossas terras desde os tempos mais remotos. Corpos femininos de diversas cores e etnias no intuito de proteger não apenas suas existências, mas seus ideais. E diversas delas estão perpetuadas em uma excelente iniciativa localizada no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves – uma obra de Oscar Niemeyer -, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, desde 7 de setembro de 1989: o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O monumento com páginas de aço gigantescas expõe nomes de personalidades merecedoras de destaque que fizeram história. Integrantes do Senado e da Câmara de Deputados aprovam, através de uma lei, os nomes para que recebam a honra de serem incluídos em tal Livro. Cada personagem nacional que lá está é tido como peça fundamental para o entendimento



da História do Brasil, incluindo a História Militar.

Talvez a primeira a realizar tais façanhas corajosas tenha sido a indígena, e também uma das Heroínas da Pátria, de etnia potiguara, Clara Camarão, ou Maria Clara. Nascida no Rio Grande do Norte, foi a responsável por expulsar os invasores holandeses em meados do século XVII, liderando uma tropa feminina. Em 1646, os holandeses tentaram invadir o povoado de Tejucupapo, em Pernambuco, mas foram recebidos por uma resistência de mulheres fortemente armada de arcos, tacapes e uma arma inteligente: água fervida com pimenta. Além de terem recebido um banho de água fervendo, o vapor, ao ser levado pelo vento, acabou irritando os olhos dos invasores, que acabaram debandando. Por conta desse feito, o exército de Clara Camarão foi convocado para a primeira Batalha de Guararapes, em 1648. Por conta disso, nossa guerreira recebeu o título de “Donna” de Filipe IV, oferecido para a alta nobreza e a notáveis chefes militares e a comenda de hábito de

Cristo, dada, até então, apenas a homens.

Outra Heroína da Pátria foi Maria Felipa de Oliveira. Sem a história nos dizer se foi uma escrava, se foi alforriada ou se já nasceu livre, a baiana nascida na Ilha de Itaparica também lutou pela Independência do Brasil. A marisqueira, capoeirista e líder das “vedetas da praia” se informava sobre a Guerra da Independência enquanto jogava capoeira e andava pela zona do porto. Seu grupo - armado com peixeiras e pedaços de paus com espinhos - chegou a queimar mais de 40 barcos portugueses com tochas feitas com a palha do coco. Além disso, as mulheres se utilizavam da sedução para atrair os portugueses que, após serem embebedados, eram despídos. E ao invés de receberem o que “esperavam”, levavam uma surra dessas guerreiras de cansação - uma planta que provocava uma sensação de queimação na pele -, expulsando, dessa forma, os invasores da Ilha. Pelas nossas tradicionais falhas históricas, ninguém sabe o que aconteceu com Maria após os conflitos. Seu



atestado de óbito foi encontrado, datando sua morte em 4 de julho de 1873, em Maragogipe.

A Heroína da Pátria, e cearense de Tauá, nascida em 8 de maio de 1848, Antônia Alves Feitosa, mais conhecida como Jovita Feitosa ou a “Joana D’Arc brasileira”, é tida como a primeira mulher a tentar se alistar em nossas Forças Armadas. Sua pretensão era lutar na Guerra do Paraguai após saber das atrocidades que por lá aconteciam, em especial com as mulheres brasileiras. Mas, em uma época em que mulheres sequer votavam (1865), não havia espaço para Jovita (ou qualquer outra mulher) nos campos de batalhas. Após ser ridicularizada pela ideia de que gostaria de se alistar, decidiu vestir-se de homem para tal façanha, haja vista que mulheres não poderiam participar de tais atividades.

Sem pestanejar, cortou sozinha suas madeixas e escondeu seus seios. O disfarce funcionou e Jovita foi aceita, sendo incorporada na seção do Exército Brasileiro denominada “Voluntários da Pátria”, que recebia homens dispostos a

lutar na Guerra do Paraguai. E como sabia atirar, sentiu-se à vontade na missão. Entretanto, uma mulher desconfiou daquele “soldado”, haja vista que percebeu as orelhas furadas; resolveu “apalpar o moço” e descobriu os seios escondidos. Jovita, então, foi encaminhada para uma delegacia, lamentando o fim de sua empreitada, na qual estava disposta a lutar por sua nação. Por conta disso, recebeu a patente de sargenta, que mais tarde lhe foi tirado através de uma carta recebida do Ministério da Guerra, já que mulheres não eram aceitas em combates, sendo convidada a trabalhar como enfermeira, negando tal posição e decidindo retornar ao Ceará.

Por ter forjado ser um soldado, seu pai, sentindo-se desonrado, não permitiu seu retorno para casa. A única opção foi viajar até o Rio de Janeiro para tentar uma nova vida, já que estava frustrada por não ter conseguido integrar nas Forças do Exército. Por não possuir nenhum dinheiro e morando em uma cidade estranha, acabou se prostituindo para poder sobreviver.



Acabou conhecendo um engenheiro do País de Gales que estava a trabalho na cidade - William Noot -, já romantizando construir uma família juntos.

Infelizmente, em 9 de outubro de 1867, após receber uma carta de seu amado informando que estaria voltando à sua terra natal, a jovem, desiludida com sua existência, acabou cravando um punhal em seu peito dentro do escritório de William. Ao lado do corpo, deixou uma carta: “Não culpem a minha morte a pessoa alguma. Fui eu quem me matei. A causa só Deus sabe”. Jovita Alves está como homenageada no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria e em 2019, um grande historiador<sup>3</sup> lançou um livro trazendo fatos e um pouco mais sobre esta heroína brasileira.

A baiana Maria Quitéria (ou Maria Quitéria de Jesus Medeiros), nascida em 27 de julho de 1792, conhecida como a “soldada Medeiros”, mesmo tendo guerreado sempre de forma profissional e exemplar, faleceu - em 21 de agosto de 1853 - praticamente cega e esquecida por todos. Apenas em 1953,

cem anos depois, algumas homenagens foram feitas: o Ministro da Guerra, à época, ordenou que todos os quartéis e unidades do Exército Brasileiro exibissem o quadro pintado em 1920 pelo italiano Domenico Failutti.

Em 1996, foi congratulada como a Patrona do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro. Entretanto, isso não foi o suficiente para ter seu devido reconhecimento dentro da organização brasileira. Tardamente, foi reconhecida, também, como uma Heroína da Pátria, haja vista que Maria Quitéria foi uma combatente de guerra e não uma oficial de natureza complementar.

A baiana Anna Justina Ferreira Nery, ou simplesmente Ana Néri (ou Anna Nery), nascida em 13 de dezembro de 1814, ao saber que seus filhos deveriam ir lutar na Guerra do Paraguai, em 1865 decidiu que iria junto, de forma voluntária. Como era de família abastada, construiu com recursos próprios uma enfermaria-modelo em Assunção, no Paraguai, para cuidar dos soldados feridos, inclusive



perdendo um de seus filhos, o qual morreu lutando para defender o local.

Ao final da Guerra, D. Pedro II condecorou Anna por sua bravura e coragem. Vários poemas citavam Anna, a qual passou a ser chamada de “mãe dos brasileiros” e por conta de seus feitos na guerra frente aos feridos, acabou tornando-se a Patrona da Enfermagem brasileira. Faleceu em 20 de maio de 1880, por conta de uma pneumonia. Anna Nery foi a primeira mulher a ser homenageada no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria.

Anita Maria de Jesus Ribeiro, também conhecida como Anita Garibaldi, nascida em 30 de agosto de 1821 em Laguna, Santa Catarina, parecia ter seu destino traçado desde seus 14 anos, quando casou-se com um sapateiro: ter filhos e cuidar da família e do lar, como sempre se espera de uma mulher. Porém, em 1839, com quase 18 anos, conheceu um homem que a fez largar tudo e seguir com ele em sua vida de batalhas: Giuseppe Garibaldi.

Lado a lado, em 1836, lutaram no Rio Grande do Sul com os farroupilhas (1835- 1845). Já em Curitiba, foi presa, conseguindo escapar e se reencontrar com Garibaldi. Meses após, já em Mostras, fugiu de uma tropa do Império com seu filho de 12 dias nos braços. Acreditando em ideais de justiça, ambos lutavam por este tipo de causa: no Uruguai, em 1841, brigavam contra a ofensiva argentina. Em 1848, na Itália, auxiliaram na reunificação do país.

Anita recebeu homenagens por lá, e por aqui também, com estátuas e sendo chamada de “a Heroína de Dois Mundos” e seu marido, o “Herói”. No Brasil, Anita faz parte do Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria. Morreu, muito jovem, em 4 de agosto de 1849, em Ravena, atualmente, Itália, e, mesmo grávida do seu quinto filho, lutou contra a invasão de Roma pelos austríacos.

Em Laguna, sua cidade-natal, há uma estátua em sua homenagem, bem como o Museu Casa de Anita, que conta sobre sua vida. Lá também existe um grupo de mulhe-



res responsáveis por divulgar a vida e as façanhas desta guerreira: as “Guardiãs de Anita”. Às vésperas de seu bicentenário, o comércio local homenageou a heroína com manequins expostos em vitrines vestidos com trajes usados por ela. Também em sua homenagem, o híbrido de uma rosa - símbolo das comemorações criado pelo botânico italiano Giulio Pantoli - foi inspirado na figura de Anita Garibaldi.

Na Itália, os direitos de reprodução da rosa são do Museu Renzi, o qual franqueou a autorização para que o espaço CulturAnita - local que preserva suas histórias - pudesse clonar e distribuir o híbrido no Brasil e na América do Sul. Os brotos da planta foram trazidos ao final de 2018 para o Brasil para se adaptarem à realidade climática do país, feito pelo botânico Leonardo Borges, de Laguna. Em agosto de 2020, iniciaram-se os plantios das primeiras rosas geradas em Imbituba, Laguna e Tubarão, cidades do sul do Brasil.

## **GUERRA: SUBSTANTIVO FEMININO, SIGNIFICADO MASCULINO**

Quando pensamos em ambientes em conflito, imaginamos sempre a dor, o sofrimento e o medo da morte rondando a todos e todas. Mas, tais emoções são, sempre, pensadas através do viés masculinizante, onde não cabe aos homens demonstrá-las, mas, apenas senti-las para que gerem mais coragem e força, dentro de um espírito guerreiro. E falar em guerras é falar de situações de desumanização de um grupo perante outros, sendo um local muito cruel. Mas, sua crueldade é ainda maior com as mulheres que por ela passam, seja trabalhando como uma combatente, seja como vítimas diretas, sendo este o motivo de não se perguntar para elas sobre tais acontecimentos sob o risco de sabermos a real dimensão de um combate. As guerras podem ganhar diferentes formas quando contadas pelas mulheres sob seus prismas, seja no Haiti, Afeganistão, Ucrânia, Partição da Índia, seja nas favelas e periferias



brasileiras, por aquelas que perdem seus entes na incompreendida “guerra às drogas” diariamente.

Através de relatos de a participação de mulheres soviéticas na Segunda Guerra Mundial e de narrativas das sobreviventes que estiveram no *front*, a ideia de igualar, literalmente, as profissionais femininas aos masculinos apareceram ao longo das falas das oficiais russas, bem como o apagamento frente aos seus gêneros: Vera Vladimirova Chevaldicheva disse que em um dada situação, para comemorar, colocou seus brincos e se apresentou no seu turno, sendo repreendida com a frase “[...] Tire esses brincos imediatamente! Que soldado é esse?<sup>4</sup>”.

Já, em outro momento, a oficiala Yekaterina Budanova foi descrita por um piloto como sendo “[...] alta, mantinha o cabelo cortado [...] e em seu macacão de voo quase não se destacava dos companheiros<sup>5</sup>”.

Em outro relato, Taíssia Pietróvna Rudenko-Cheveliona, a primeira mulher a ocupar um posto de oficiala de carreira na Marinha

de Guerra soviética foi noticiada na imprensa inglesa como uma “criatura incompreensível - nem homem nem mulher”, alegando que ela, uma “*lady* com adaga<sup>6</sup>” não se casaria com ninguém. Mas, a oficiala da reserva não apenas casou-se como acumulou as funções de mãe e avó.

Os estudos sobre a participação russa na Segunda Guerra em batalhões formados por mulheres, incluindo as “Bruxas da Noite<sup>7</sup>” (*nachthexen*, em alemão) - nome dado pelos nazistas por eles associarem seus voos rasantes noturnos a bruxas em suas vassouras voadoras -, demonstraram que a perseguição aos corpos femininos era constante, não apenas pelos opositores, mas pelos próprios parceiros de profissão. Dúvidas sobre seu profissionalismo eram frequentes em relação às oficiais, que literalmente deram suas vidas por sua pátria. Trocas inexplicadas de comando, com a justificativa de que havia intrigas entre a chefe e suas oficiais, se parecem mais com uma forma de apagamento de gênero baseada em uma rivalidade feminina que pro-



priamente uma preocupação com a liderança em si, justamente porque tais mudanças eram sempre a favor de um oficial e não de outra mulher militar.

Constatou-se ser inegável que a participação das oficiais não apenas surpreendeu como demonstrou a força e a coragem de jovens combatentes, onde o espírito de corpo e a honra falavam mais alto, mesmo nas condições mais adversas, tanto da guerra quanto do clima. A fala do major Valentin V. Markov, nomeado para ocupar o cargo de Marina Raskova, tida como a lenda da aviação soviética, morta sem ter ido a combate em um trágico acidente de avião, nos leva a enxergar o quão profissional são as mulheres militares, principalmente em guerras. Em suas palavras, que antes se dizia contra a ocupação feminina do meio militar, o major mudou de opinião após ter tido a responsabilidade de comandar as “mulheres de Raskova” (vale lembrar que o oficial se casou com Galina Dzhunkovskaya, uma das Heroínas da União Soviética, após o fim da guerra):

É difícil imaginar quão difíceis as condições eram para essas mulheres. Quase todas foram derrubadas e, após a hospitalização, voltavam e voavam bravamente. As mulheres do meu regimento eram muito disciplinadas, cuidadas e obedientes às ordens [...]. Eles nunca se queixaram e foram muito corajosos. Se eu comparar minha experiência de comandar regimentos masculino e feminino, era mais fácil comandar as mulheres, que tinham o forte espírito de corpo de uma unidade aérea.<sup>8</sup>

O *ethos* militar traz consigo a masculinidade hegemônica, onde a bravura, a coragem e a agressão de um mundo masculinizado se opõem ao suposto mundo do pacífico e do frágil, tidos como do ambiente feminino. O mito das amazonas pode nos demonstrar essa oposição: essas guerreiras chegavam a decepar um seio para poderem usar o arco de forma melhorada, controlavam a sua reprodução e não se casavam, sendo vistas como o oposto do arquétipo das gregas. Por conta disso, eram tidas como





párias da sociedade, vivendo nas fronteiras, ficando suas imagens sempre associadas com as de mulheres não femininas. E, por conta disso, podiam ser tidas como legítimas guerreiras.

Em vários depoimentos de oficiais soviéticas, apareceram relatos alegando que o Exército soviético não estava preparado para receber as mulheres combatentes, haja vista que os uniformes e os calçados eram os mesmos dados aos oficiais (geralmente dois ou três números maiores dos números que elas vestiam), bem como sequer foram disponibilizados apetrechos do mundo feminino - como absorventes, calcinhas e outros. Uma das oficiais, Lydiá Litvyak<sup>9</sup>, só pode ter seu corpo reconhecido anos após sua morte - em 1979 - por conta de estar usando uma *lingerie* feita com a seda de um paraquedas russo.

Em relação a serem reconhecidas por sua bravura e profissionalismo pelo governo soviético, tais estudos apresentaram que algumas militares foram presenteadas pelo Rei George VI da Inglaterra com

relógios de ouro e dedicatórias do próprio rei, mas sequer foram lembradas pelo governo de seu país. Ainda, em diversas passagens, ficou demonstrado que as mulheres respeitavam seus colegas de trabalho, dentro de um profissionalismo esperado, o que na grande maioria das vezes, isso não ocorria do lado masculino. E apesar de terem lutado bravamente e atendido aos requisitos de um mundo militarizado - como honra, respeito e espírito de corpo -, a grande maioria delas não foi tida como uma Heroína da União Soviética, uma grande condecoração nacional.

Ao falar de gênero no ramo militarizado, pesquisas já mostraram que as profissionais militares em missão de paz ainda são vistas como pessoas a serem protegidas ao invés de profissionais em locais de conflito. Durante a missão no Haiti, entre os anos de 2004 e 2014 - a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) -, percebeu-se que as construções simbólicas produzidas sobre homens e mulheres transformam o homem em referência, pos-



suidor da cultura e da identidade militar, enquanto a mulher seria a representante da natureza, do cuidado e da diferença, havendo, portanto, uma hierarquização de valores permeada por relações de poder, inseridas historicamente no contexto social.

Ao longo desses estudos, um dos oficiais entrevistados da Escola de Formação de Complementar do Exército (EsFCEX) alegou que uma mulher, ao ingressar nas Forças Armadas, perderia o seu “verniz”. Em outra situação, uma cadete da Força Aérea Brasileira alegou que, para se sentir inserida entre os seus colegas homens, permitia que lhe dissessem que não era mais uma mulher e que não tinha mais feminilidade. Ou seja, a fim de atingir a sua aceitação no grupo, a cadete “apagou” o seu gênero para poder ser tida como uma “igual”.

Fotos apresentando as militares brasileiras na MINUSTAH atendendo crianças como médicas ou dentistas, sempre sorridentes e bem apresentadas (cabelos presos, batons e brincos discretos), representavam uma realidade ideal, mas

nunca aquela em situações de conflito armado ou simplesmente em meio à população, agindo de forma natural e com a sua aparência cotidiana. As oficiais, ainda, precisavam provar que eram capazes de realizar as tarefas que lhes eram dadas com as mesmas desenvolturas de um oficial masculino. Uma tenente afirmou que elas eram mais cobradas e colocadas mais à prova que seus colegas do sexo oposto.

Podemos perceber que há a aplicação do *script* sexuado de carreira também dentro do ramo militarizado, onde a ascensão profissional feminina demora mais que a de seus colegas homens. Muitas vezes, as oficiais são levadas a abandonar os seus sonhos pessoais - como maternidade ou estudos - em prol de uma oportunidade na carreira. Percebe-se que as profissionais devem sempre mostrar sua disponibilidade de tempo para comprovar sua competência, diferentemente de seus colegas masculinos. Logo, o *script* sexuado de carreira age como uma barreira para a progressão feminina também no referido ramo, bem como a falta



de credencial para as oficiais também atua como tal, no que diz respeito ao trabalho realizado por mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, trouxe um pouco sobre a participação de mulheres em ambientes de guerras em seus países. Brasileiras ou não, encararam com bravura, coragem e profissionalismo os momentos em que as emoções estavam afloradas, sob todos os aspectos: medo, raiva, paixão, amor. E o espírito de corpo de todas elas, mesmo sendo questionadas o tempo todo sobre suas atividades, demonstrou que as mulheres militares são tão boas, ou até melhores, que seus colegas masculinos quando o assunto é combater e defender seus ideais.

Um bom exemplo de preservação da história de uma de nossas guerreiras está sendo feito através de um grupo formado por mulheres de Laguna, no sul do Brasil: o “Guardiãs de Anita”. De forma voluntária, e ligadas ao espaço CulturAnita, o grupo teve a inicia-

tiva de incluir no contexto escolar local a história e feitos desta guerreira. Através do projeto “Boneca Anitinha nas Escolas”, a história está sendo apresentada aos jovens meninos e meninas que, após conhecerem um pouco da trajetória de uma de nossas heroínas, esperam que seus professores e professoras continuem explorando sua trajetória.

Além disso, as “Guardiãs” também fazem correções na história de vida de Anita, para que todos saibam, de forma mais fidedigna, sobre suas realizações e atos de bravura.

Assim como Anita, Marina Raskova e algumas outras oficiais soviéticas foram agraciadas com homenagens: o corpo da própria Marina foi sepultado nas muralhas do Kremlin, na Praça Vermelha, além de ruas e praças de Moscou e Kazan terem recebido seus nomes a fim de homenageá-las. Entretanto, não vemos este tipo de ação sendo tomada para outras de nossas heroínas históricas. A história de Jovita Alves, pioneira na entrada - mesmo que de forma clandestina -



nas Forças Armadas brasileiras, deveria fazer parte desde a mais tenra idade de nossas crianças. E outros nomes como Clara Camarão, Anna Nery, Maria Quitéria e tantas outras que fizeram de seus atos de coragem uma razão de viver.

Importante ressaltar que, mesmo sendo tardiamente, todas as mulheres brasileiras aqui citadas foram homenageadas no “Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria”, sendo Anna Néri a primeira delas. Assim, suas histórias ficarão perpetuadas para aqueles que tiverem interesse em conhecê-las.

As mulheres, desde sempre, fizeram parte das Forças, em especial no Brasil, de forma voluntária. Sempre combateram e respeitaram os princípios de ordem e disciplina. Enquanto homens fogem dos alistamentos, nossas brasileiras abrem mão de sua vaidade e de suas famílias para honrar a sua pátria. Honra, disciplina e espírito de corpo, categorias caras ao ramo militar, são vistas em combatentes femininas desde antes de sermos Brasil.

A contribuição feminina no meio militar se dá de outras formas, mas também no sentido de trazer disciplina, aprendizado - e porque não - heroísmo: em 1990, a professora de *ballet* Mercedes Ferrero, juntamente com a Capelania Militar do Exército Brasileiro, iniciava uma atividade filantrópica, levando o conhecimento sobre a religião católica e aulas de *ballet* para as meninas e meninos da região da Ilha de Bom Jesus da Coluna, localizada no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

Assim, nascia o *Ballet Brasil*. Há mais de trinta anos, o projeto, que também oferece reforço escolar aos pequenos e pequenas sohnadoras, permite que jovens da mais tenra idade até a fase adulta possam passar um pouco mais longe de suas realidades violentas e mortais. Levado por três voluntárias atualmente - as professoras Wanda e Maria Cristina, juntamente com a professora de *ballet*, Mercedes -, o projeto conta, ainda, com o apoio de ex-alunas, hoje atuantes como professoras (Luana e Elaine), além do professor Luan.



Historicamente, somos levados a pensar que, ao se falar de ambientes em conflito, onde as emoções estão afloradas, pensamos, apenas, nas emoções vividas e apresentadas pelas mulheres sejam elas ex-combatentes ou vítimas, apagando que os homens que lá se encontram também são seres humanizados, que sentem e sofrem as mais diversas sensações humanas, justamente por estarem - homem ou mulher - em locais desumanizados por conta de tal situação.

E esse é o grande perigo de uma história ser contada apenas por um dos lados, seja ele o vencido ou o vencedor, mas sempre por homens, pois o risco de apagarmos grandes feitos realizados por mulheres guerreiras, e heroínas de suas próprias trajetórias, é enorme, com chances de, talvez, nunca mais recuperar lembrança alguma.

Por fim, a ideia de usar uma bibliografia com autoras e pesquisadoras serviu para mostrar que há mulheres que escrevem sobre guerras e militarismo de forma séria e comprometida com os fatos e com

a história. Através de uma breve análise sociológica foi apresentado, aqui, que a profissional militar, mesmo tendo sempre que se mostrar mais disponível e tendo que provar seu profissionalismo - diferentemente de seus colegas homens - a fim de evitar que dúvidas pairarem sobre seu trabalho, é, acima de tudo, competente, honrada e disciplinada, adaptando-se, na grande maioria das vezes, a uma realidade masculina ao longo de vários anos. Profissionais que não fogem de suas lutas. Jamais.

## **BIBLIOGRAFIA**

ADICHIE, Chimamanda N. *Sejam todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BERGO, Maria Cristina L.; SANTOS Luana. De Ballet Brasil na Ilha de Bom Jesus para Projeto Social Ballet Brasil da Ilha de Bom Jesus - um pouco desta história! In: FERREIRA, Maristela da S.; SOUZA, Ana Beatriz R. FERREI-



RA; SOBRINHO, Antônio (Orgs.) *Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria e do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2020, p. 284-332.

CARVALHO, José Murilo. *Jovita Alves Feitosa: Voluntária da pátria, voluntária da morte*. São Paulo: Chão Editora, 2019.

CLARA Camarão, a primeira heroína indígena do Brasil. 14 abr. 2021, Câmara dos Deputados. Disponível em <<https://plenarinho.leg.br/index.php/2021/04/primeira-heroina-indigena-brasil>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

DARÓZ, Carlos; DARÓZ, Ana. *Bruxas da Noite: as aviadoras soviéticas na Segunda Guerra Mundial*. São José dos Campos: Somos Editora, 2018.

EM GAROPABA, Rosa de Anita será plantada segunda-feira, com presença da bisneta de Anita. 15 fev. 2020, *CulturAnita – Instituto Cultural Anita Garibaldi*. Disponível em <<https://institutoculturanita.webnode.com/news/em-garopaba-rosa-de-anita-sera-plantada-segunda->

[feira-com-presenca-da-bisneta-de-anita/>](#). Acesso em: 7 mar. 2022.

FUTURO preservado com as Guardiãs de Anita. 29 jul. 2021. *Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Disponível em <<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/especiais/reportagens/futuro-preservado-com-as-guardiaes-de-anita#:~:text=O%20grupo%20C3%A9%20formado%20por,%E2%80%9CBoneca%20Aninha%20nas%20Escolas%E2%80%9D>>. Acesso em: 7 mar. 2022.

KRASKA, Peter B. Militarization and Policing – Its Relevance 21st Century Police. *Policing Advance Access*. p. 1-13. 13 dez. 2007. Disponível em: <<https://cjmasters.eku.edu/sites/cjmasters.eku.edu/files/21stmilitarization.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

LEITE, Maria Carolina Loss. *Profissionalismo e diferença de gênero na Defensoria Pública do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IESP - UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

LEITE, Maria Carolina Loss. Dia de uma voluntária da pátria. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 mar.



2022. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/03/dia-de-uma-voluntaria-da-patria.shtml>>. Acesso em: 8 mar. 2022.

70 MULHERES que mudaram o mundo. In: *Dossiê Super Interessante*. Revista Super Interessante, edição 408-A, outubro 2019.

SOUZA, Duda P. S; CARARO, Aryane. Maria Felipa de Oliveira. In: *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil*. São Paulo: Seguinte, 2017.

SOUZA, Duda P. S; CARARO, Aryane. Maria Quitéria. In: *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil*. São Paulo: Seguinte, 2017.

SOUZA, Duda P. S; CARARO, Aryane. Ana Néri. In: *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil*. São Paulo: Seguinte, 2017.

TARDIN, Elaine B. S. *Guerreiras da paz? A incorporação da mulher no Exército brasileiro e sua atuação na MINUSTAH (2004-2014)*. Tese de Doutorado em Sociologia Política, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense

Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

---

<sup>1</sup> Ao longo deste trabalho, irei me referir às patentes de forma flexionada, justamente para marcar o gênero: oficiais, generalas, soldadas e assim por diante.

<sup>2</sup> KRASKA, Peter B. Militarization and Policing – Its Relevance 21st Century Police. *Policing Advance Access*. p. 1-13. 13 dez. 2007. Disponível em: <<https://cjmasters.eku.edu/sites/cjmasters.eku.edu/files/21stmilitarization.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo. *Jovita Alves Feitosa: Voluntária da pátria, voluntária da morte*. São Paulo: Chão Editora, 2019.

<sup>4</sup> ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 238.

<sup>5</sup> DARÓZ, Carlos; DARÓZ, Ana. *Bruxas da Noite: as aviadoras soviéticas na Segunda Guerra Mundial*. São José dos Campos: Somos Editora, 2018, p. 89.

<sup>6</sup> ALEKSIÉVITCH, op.cit., p. 255.

<sup>7</sup> DARÓZ; DARÓZ, op. cit., p.122.

<sup>8</sup> Ibid., p. 119.

<sup>9</sup> Ibid., p. 94.

# O gigante benevolente: o corolário Rio Branco à Doutrina Monroe

Esley Rodrigues Teixeira <sup>a</sup>

**Resumo:** A assunção de José Maria da Silva Paranhos Júnior ao cargo de Ministro das Relações Exteriores foi a coroação de seus esforços em Washington e Berna em prol da delimitação de nosso território. Na função por decênio, desenharia, com a força da pena e sem poder contar com largo poder militar em plena Era dos Impérios, uma visão ímpar do mundo utilizando-se de poucos meios materiais de poder de forma dissuasória para impedir invasões e desrespeitos à nossa soberania, ao mesmo tempo em que pregava o consenso. O presente artigo em por objetivo compreender o legado do Corolário Rio Branco em nossa política externa. Utiliza-se o método de revisão bibliográfica. Como resultado apresenta-se o corolário Rio Branco à Doutrina Monroe, que tão importante foi ao Brasil para evitar invasões e se projetar internacionalmente. Conclui-se que a política externa nacional precisa manter este padrão de atuação, necessitando, contudo, aumentar o peso da variável militar.

**Palavras-chave:** Barão do Rio Branco, Doutrina Monroe, Defesa, relações internacionais.

## INTRODUÇÃO

A política externa do Brasil foi forjada pela união do pensamento dos principais líderes do partido conservador (Saquarema) e do ambiente diplomático que se apresentou durante os anos. Côns-cios da grandeza do Brasil e das

necessidades que se apresentavam durante o fim do Império, tanto por parte de Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguay) quanto por José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco). O filho do último viria a enfrentar ambiente muito pior, com forças armadas dilapidadas materi-

---

<sup>a</sup> Capitão de Corveta fuzileiro naval. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.





almente pelas prioridades governamentais da recém-criada República conjugada aos problemas disciplinares que acabaram por dar ensejo aos Revoltas da Armada, do Batalhão Naval e da Chibata e ao famigerado evento de Canudos. Além do conhecido imperialismo europeu, o Barão precisou lidar com o imperialismo norte-americano, bastante insuflado pelo Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, com o qual justificou não apenas as já realizadas conquistas, mas a expansão pela América Central dos Estados Unidos e sua “função divina” de democratizar, liberar e pacificar o mundo.

Sabendo-se inferior militarmente, coube a José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) contextualizar a política exterior saquarema aos ditames da Era dos Impérios. Tendo servido como Consul em Liverpool e Embaixador em Berlin, o Barão conheceu de perto as ameaças que se impunham ao Brasil, lutando pelas nossas fronteiras com a Argentina e a França antes de ser recebido no Clube Naval em 1902 como novo

Ministro. Neste cargo, seria o grande artífice da definição territorial nacional, encarando potências imperialistas que se valiam do “fardo do homem branco” ou de seu “destino manifesto”. Rio Branco, utilizando-se magnanimamente do *uti possidetis* de Alexandre de Gusmão, permitiu ao Brasil, de forma pacífica, garantir o território herdado do Império. Com efeito, duas foram as ferramentas de que se utilizou o Barão. A primeira se resume numa junção dos já mencionados *uti possidetis* com a Doutrina Saquarema. A segunda foi o apoio ao liberalismo, dada a fraqueza em que mergulharam as Forças Armadas após a queda de Pedro II, sobretudo em foros internacionais, como fica patente na Segunda Conferência da Haia. Estas duas vertentes sinalizariam aos futuros diplomatas do Brasil o norte da derrota de seus navios.

O presente artigo tem por objetivo apontar a interpretação de José Maria da Silva Paranhos Jr. sobre a Doutrina Monroe, o que acabou por tornar-se um verdadeiro corolário, que pretendia usar o



poder militar dos Estados Unidos em nosso benefício, ao mesmo tempo em que se pregava como “gigante benevolente” a liderança das nações de terceira grandeza, ou seja, as que não dispunham de meios materiais de poder em escala suficiente para contrapor-se às grandes potências. Utilizar-se-á como metodologia a revisão bibliográfica. Conclui-se que o pensamento de Rio Branco, amálgama da política saquarema e do ambiente internacional, para o papel do Brasil como líder dos pequenos e comparável aos grandes, o “Gigante Benevolente”, ainda perdura na política externa nacional.

## **POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA**

A história do Brasil é permeada de ações de suas forças armadas em prol da defesa de sua soberania e da delimitação de suas fronteiras. Atuando mais como defesa que como ataque, como sói ser em tropas de poderes continentais<sup>1</sup>, Exército Brasileiro (EB), Marinha do

Brasil (MB) e, mais tarde, a Força Aérea Brasileira (FAB) percorreram larga derrota para garantirem, no porto seguro, um lugar de deferência perante a população brasileira e a comunidade internacional. Apesar dos nobres feitos realizados pelos Fuzileiros Navais em Caiena, por ocasião de sua tomada em 1809, e pela Marinha e Exército Imperiais durante a Guerra do Paraguai<sup>2</sup>, foi no século XX com as duas Guerras Mundiais em que boa parte das lembranças populares dos sacrifícios despendidos pelos valentes marinheiros da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) e da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi forjada. Tendo sido o único país latino americano a participar da guerra contra o Segundo Império Alemão, e tendo enviado cerca de vinte e cinco mil soldados para os campos de batalha da Itália contra o Terceiro, o Brasil despontou como grande “promessa a potência”, sobretudo após a recusa, pelo congresso dos EUA em se permanecerem associados à Sociedade das Nações, esperança logo



perdida após o governo Arthur Bernardes<sup>3</sup>.

Os diversos conflitos ocorridos durante o período colonial podem ser vistos como um reflexo das políticas europeias<sup>4</sup>, com movimentos franceses, portugueses e espanhóis de idas e vindas, particularmente na fronteira sul de nosso território. Os diversos tratados firmados em decorrência de bipartições globais (*Intercætera* e Tordesilhas) e das guerras europeias (Utrecht, Madri, Santo Idelfonso e Badajoz) mexeram constantemente nas fluidas fronteiras entre as colônias, vindo, mais tarde, a serem motivos de disputas diplomáticas que viriam a envolver o filho de um político do Império,

José Maria da Silva Paranhos Júnior. Em um deles, a fronteira sul pendia em litígio para com a Argentina. Noutra, a França discutia a

validade dos tratados antes estabelecidos.

Coube ao Barão pacificar as questões, garantindo que as fronteiras fossem finalmente estabelecidas através de atos jurídicos válidos e reconhecidos internacionalmente.

Característica constante destes eventos foi a falta de utilização do

*hard power* nacional. Confiando plenamente na acurácia intelectual de Rio Branco, o Brasil não projetou, em ambas as questões, nenhum meio material de poder para forçar arbítrios favoráveis, ou constranger governos a acatar deci-

Fig. 1 - José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, o maior diplomata da República brasileira



Fonte: MRE



sões monocráticas. Mesmo na questão argentina, fez-se valer claramente a voz do diplomata sobre a do general. Pesam neste quesito, certamente, questões logísticas, orçamentárias e políticas: quanto à logística, destacamos a falta de corredores e meios de escoamento de militares para as regiões deflagradas, bem como a falta de capilaridade na distribuição das tropas em território nacional<sup>5</sup>; o problema orçamentário arrastar-se-ia durante toda a história do Brasil, e a discussão *guns x butter* jamais sairia do debate político; no ponto da política, é difícil acreditar que em plena Era dos Impérios, com grandes eventos ocorrendo pelo globo<sup>6</sup>, o Brasil, visto como um território a ser conquistado<sup>7</sup>, teria condições de utilizar suas forças armadas contra a França, poder europeu que, à época, investia largamente em seu Poder Naval<sup>8</sup>.

O gênio rio-branquense se eleva muito além da expansão e solidificação das fronteiras terrestres: finaliza em si o desejo portucaleense de se delimitar as terras a eles pertencentes no solo ameri-

cano, definindo a extensão territorial e os direitos à exploração das riquezas. Se na época colonial as lutas entre colonos portugueses e espanhóis suscitava ou refletia o embate entre as metrópoles, na Era Rio Branco as potências europeias, ávidas pelo aumento do mercado consumidor e da expansão das jazidas de suas matérias primas, não apenas ameaçavam-se através da expansão de exércitos e do poder naval como também enviavam suas forças de forma imperialista ao hemisfério meridional. Rio Branco, não se eximindo do uso do poder militar, dotou o país da cultura original à época de recorrer ao estudo e à erudição para aplacar conflitos lindeiros, fugindo do recurso da guerra. Conhecedor da história das gentes, sabia, como poucos ainda o sabem, que não havendo um fim jurídico e internacionalmente aceito de determinada lide, o objetivo nacional de retomar áreas em litígio apenas aguardará o momento propício para implantar a dominação pelas armas e julgar como fato pacífico o *fait accompli*<sup>9</sup>.



A Guerra Fria viria a delimitar não só as esferas de influência como também a área de atuação dos países. Caberia ao Brasil desvencilhar-se das amarras com que prenderam a iniciativa do 3º mundo, por meio, primeiramente, de um pragmatismo equidistante durante o Regime de Getúlio Vargas, e depois, de uma política externa independente (PEI) durante a gestão de Santiago Dantas no ministério das Relações Exteriores (MRE). O pragmatismo varguista não conseguiu ser retomado durante o conflito ideológico entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas a PEI foi logo adotada pelo presidente Geisel com sua política externa pragmática e responsável. Este pragmatismo responsável perdura até o dia de hoje, com ligeiras ressalvas, como marca incontestada da capacidade técnica e competência profissional de nosso corpo diplomático.

Fica clara, portanto, a diferença existente entre a maior propensão ao uso das armas na época do Império (refletida nas questões do

Prata) frente ao Brasil republicano pós Rio-Branco, devendo-se isso não apenas aos litigantes de outrora serem mais fracos militarmente (mesmo com o Exército Imperial com menos da metade de tropas do paraguaio ao início do conflito, a capacidade de mobilização era bem maior por parte do Brasil, o que ficou bem claro já após a Batalha do Riachuelo) mas também ao ambiente externo pelo qual passava o mundo.

Mesmo com a atuação nos dois conflitos globais, o “pacifismo” brasileiro entrou em voga. Apesar de haver o Brasil conseguido ter papel relevante na primeira e segunda década do século XXI em missões de paz ao assumir o comando das tropas no Haiti e Líbano<sup>10</sup>, observa-se um retorno lento e gradual ao estado de coisas observado no século anterior. Longe das operações de paz e delimitado em suas fronteiras por quesitos políticos e financeiros, as forças armadas brasileiras apenas “projetam poder” por meio de exercícios regionais e observadores militares. Fica patente que o motivo disto



está intrinsecamente ligado à falta de meios materiais de poder, sobretudo os diretamente ligados à capacidade expedicionária das forças armadas, particularmente os navios. O “pacifismo” de nossas relações exteriores passou de uma lenda para uma cultura, influenciando até mesmo no debate *guns x butter*. Esta cultura, infelizmente, influencia as decisões orçamentárias para a participação do Brasil em Missões de Paz, carro chefe da Organização das Nações Unidas, colocando em risco o papel das forças armadas como promotoras da política externa nacional.

Em complemento a esta crise de posicionamento, as forças armadas têm sido largamente utilizadas em atividades de emprego limitado da força<sup>11</sup> e ações benígnas<sup>12</sup>, sobretudo em apoio à defesa civil<sup>13</sup> e garantia da lei e da ordem<sup>14</sup>, resuscitando sua antiga vocação de tropa de *gendarmeria*, retirando, pouco a pouco, a letalidade que deve ser intrínseca à Expressão Militar do Poder Nacional. A compreensão de que os militares devem ser parte dos esforços sociais *lato*

*sensu* é uma tendência também observada em diversos lugares do mundo<sup>15</sup> sendo, portanto, visível em outras partes do mundo como na contenção e controle da imigração ilegal nos países mediterrâneos e no combate ao narcotráfico no Caribe e América Meridional. No entanto, a de se perceber que para uma utilização estratégica, a letalidade das Forças Armadas é essencial, e que ela se deve, sobretudo, a um conjunto de fatores interligados, abarcando desde a academia, passando pela indústria e chegando aos exercícios e adestramentos<sup>16</sup>, fruto de uma Grande Estratégia pensada nos mais altos níveis. Os ensinamentos da história, os legados de nossos estadistas e as querelas populares contemporâneas devem ser, portanto, o ponto de partida para se desenhar as Forças Armadas do futuro. Neste cômputo, sobeja de importância os escritos e o pensamento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, que devem ter sempre tidos como base de nossa estratégia como país.

No Brasil, cabe salientar, a política externa e a de defesa sempre



concorreram de forma complementar. Como ocorre em poderes continentais, as Forças Armadas sempre tiveram um papel muito mais defensivo que ofensivo, cabendo-lhes a manutenção territorial e o controle de revoltas intestinas. Não à toa, as maiores batalhas de nossa história foram realizadas em nosso território ou em nossas franjas<sup>17</sup>, o que nos faz bastante correlatos aos poderes continentais como Rússia, China e Índia. A histórica dificuldade em projetar poder militar é também uma deficiência logística, que acometeu os poderes continentais, fazendo-os confiar bastante na palavra de seus diplomatas. A Rússia, por exemplo, após Waterloo fez de seu imperador o representante no Congresso de Viena (o único chefe de estado, enquanto Reino Unido, França e Áustria eram representados por Castlereagh, Talleyrand e Metternich, respectivamente) e Stálin, vendo-se isolado pela ideologia comunista, precisou, por questão defensiva, conquistar metade do continente europeu. Diferente dos poderes marítimos, nos quais a diplomacia

e o poder militar andam paralelos, em poderes continentais se observa a complementariedade. Por esta razão pode-se observar claramente como o Barão do Rio Branco se sobrepôs nas questões lindeiras da França, Argentina e Bolívia, este último envolvendo todas as potências europeias e norte-americana associadas ao *Bolivian Syndicate*, mesmo não prescindindo em seus cálculos da ajuda da força militar, como gostaria que o fossem, precisando focar sua atuação, sobretudo, em uma diplomacia de prestígio<sup>18</sup>.

Rio Branco sabia, portanto, da grande fraqueza em que se encontrava o Brasil, sobretudo após as divisões nas Forças Armadas em decorrência da indisciplinada Revolta da Armada e do vexatório evento de Canudos. Com a Marinha e o Exército sem condições de valer-se contra investidas de monta, e conhecedor da potencialidade europeia, Paranhos Jr. tinha convicção que a benevolência do discurso externo (liderar os mais fracos contra os mais fortes, pregar por maior nível de resoluções pacíficas, defender a soberania dos



países mais dependentes...) era essencial para esconder o estado interno das coisas. A Conferência da Haia foi deveras importante para o *debut* desta repaginação da política exterior saquarema, temperada, agora, pela fraqueza militar e pelas ameaças contidas no ambiente externo. A liderança do Cone-Sul seria, portanto, parte intrínseca desta nova estratégia.

Neste íterim se encaixa a aproximação pragmática com os Estados Unidos da América, em pleno plano expansionista pela América Central e Pacífico, permitindo tanto uma diferenciação “superior” com relação à Argentina, quanto proteção contra investidas imperialistas<sup>19</sup>. Ao mesmo tempo, pretendia Rio Branco liderar os países do Cone Sul por meio da amostra da proeminência brasileira na região, que acabou culminando no Tratado entre Argentina, Brasil e Chile (ABC), consubstanciado em 1915, após sua morte. Sendo assim, valeu-se Rio Branco, ao mesmo tempo, da Doutrina Monroe da “América para os Americanos” e da concepção saquarema par

a política externa do Império do Brasil.

## A AMÉRICA DO SUL PARA OS BRASILEIROS

A expansão territorial portuguesa durante o período colonial foi marcada pela descoberta de riquezas e acidentes capitais que impediriam ou dificultariam o avanço dos desbravadores. A imensidão desconhecida para o oeste, os rios, montanhas e lagoas, as doenças endêmicas, feras e índios dos “sertões” acabaram por delimitar o território conhecido, transformando drasticamente, já no Tratado de Madri (1750), o desenho do mapa do Brasil. Chama a atenção, já nesta época, o pouco recurso bélico de Portugal em relação ao Reino de Espanha, sendo utilizado para o embate Alexandre de Gusmão, que introduziu o conceito do *uti possidetis*. Sabendo da potência dos territórios em litígio, a estratégia de Gusmão foi provar a ocupação prima dos portugueses, argumento que, século e meio mais





tarde, Paranhos Jr. utilizaria amiúde.

O expansionismo norte-americano, diferente do bandeirante, viria como fruto de seu “destino manifesto”, sua grandeza inata, a qual seus pais fundadores tanto recorriam. A suposta superioridade norte americana teria o dever de redimir o continente, e talvez o globo, justificando expansão fronteiriça e política dos Estados Unidos, o que muito bem fez durante a conquista do Texas sob os presidentes Póke e Tyler, e na conquista e expulsão dos espanhóis na guerra que fagocitou Filipinas, Porto Rico, Cuba, Havaí e Samoa. A Doutrina instituída por James Monroe ao congresso norte-americano em 1823 estipulava, com uma linguagem “idealista e de altos princípios”, que a atuação norte-americana deveria pautar-se em valores como “liberdade, democracia e paz”<sup>20</sup>.

Dentro do contexto em que se encontrava, a Doutrina Monroe representou uma resposta ao imperialismo europeu do século XIX, gerando uma narrativa que permi-

tiu aos Estados Unidos expandir-se sem a interferência europeia. Ao fim do século XIX (1899), Rudyard Kipling publicaria seu famoso *The White Man's Burden*, justificando a captura de terras dominadas por pessoas “metade demônios, e metade crianças”. E, em 1904, o presidente Theodore Roosevelt transmitiria ao congresso sua interpretação da Doutrina Monroe: prevenir as ameaças europeias no hemisfério ocidental, e agir de forma corretiva para impedir que países latino-americanos não cumprissem com suas obrigações monetárias para com potências do velho mundo<sup>21</sup>.

É exatamente neste contexto que se insere a passagem de Rio Branco pelo Ministério das Relações Exteriores: o auge do imperialismo austral, ao mesmo tempo em que se seguia o fim do Concerto Europeu, instituído pelo Congresso de Viena. Ávidos por conseguirem mercados consumidores e produtores de matérias primas, criarem bases em pontos estratégicos de globo e aumentarem o orgulho nacional através da projeção de



poder<sup>22</sup>, os europeus mergulharam em uma nova etapa de imperialismos. O crescimento econômico norte-americano, sua cultura marítima instituída pelo Almirante Alfred Thayer Mahan, que motivou a conquista e estabelecimento de bases em pontos estratégicos, e o aumento dos empréstimos aos latino-americanos, combinada à Doutrina Monroe, faziam da América Latina o ambiente natural para o expansionismo norte-americano, como foi muito bem realizado sob os presidentes McKinley, Roosevelt, Taft e Wilson (1897-1921)<sup>23</sup>.

O antigo desejo de se construir uma comunidade de povos latino-americanos jamais foi “profetizada” por Rio-Branco, mas assim pensava o diplomata e estadista quando percebeu a necessidade de uma profícua e duradoura aliança entre os Estados Unidos e o Brasil para impedir uma conquista que, vislumbrava, as Forças Armadas nacionais não conseguiriam impedir. Sua visão de incutir na recém-criada república as virtudes e tradições saquaremas o fez eterno, seja por seus escritos, seja por sua face

a decorar as notas de vinte mil cruzeiros, apelidadas afetivamente de “um barão”<sup>24</sup>. Adaptando a concepção saquarema de política externa<sup>25</sup>, o Barão foi capaz de utilizar-se do *uti possidetis* de Alexandre de Gusmão, ao mesmo tempo que interpretou a Doutrina Monroe sob seus interesses, quais sejam a proteção do território brasileiro de possíveis investidas europeias e norte-americanas. Foi exatamente esta capacidade “anfíbia”<sup>26</sup> de Rio Branco que o fez, e o faz, o patrono da diplomacia brasileira<sup>27</sup>, tendo desenhado uma doutrina ainda hoje utilizada.

Em sua época, o perigo de intervenção europeia nos assuntos regionais era bastante real, quando os imperialismos do Velho Mundo aos poucos espriavam-se pelo hemisfério Sul. No início do século XIX, a Ásia assustada via China e Japão submergirem frente às canhoneiras europeias e norte-americanas<sup>28</sup>; a África enfrentava outra onda de expansão europeia; e o subcontinente indiano trocava de mãos. Mesmo assim, a América Latina, em que pese uma pequena



rusga fiduciária entre Venezuela e alguns reinos europeus, manteve-se relativamente soberana em seus domínios, refletindo não apenas os interesses orientais que inundavam os gabinetes das empresas e governos europeus, como também a alta estima em que se tinha o Barão<sup>29</sup>.

A cosmovisão de Paranhos Jr. no que tange ao papel do Brasil no Cone Sul está diretamente relacionada com sua experiência como diplomata tanto em Liverpool, onde serviu como cônsul, quanto em Berlim, como embaixador. O Poder Naval estava diretamente relacionado às necessidades defensivas do Brasil<sup>30</sup>, e o Barão aos poucos foi compreendendo o papel da Marinha dentro da estratégia nacional. Não se pode esquecer que fora sua ideia a aquisição dos dois primeiros encouraçados brasileiros<sup>31</sup>, batizados, no início do século XX, com os nomes dos dois estados que se apossaram da política nacional: Minas Gerais e São Paulo<sup>32</sup>. O tamanho continental do Brasil, sua condensação populacional e a pequena capilaridade de suas tropas davam ao país caracte-

rísticas que ameaçavam tanto uma invasão bem sucedida quanto a eclosão de espíritos separatistas.

Era imprescindível, portanto, que houvesse uma Marinha e um Exército capazes de rechaçar invasões (defesa), garantir a indivisibilidade nacional (segurança), e dissuadir os demais países de requerer territórios (dissuasão). A hegemonia regional brasileira seria, portanto, ponto forte da estratégia nacional de projeção de poder, posto ser decisiva nacionalmente (forças prontas para intervir em movimentos separatistas), regionalmente (impedir a incursão de aventureiros em nosso território) e internacionalmente (com a dissuasão de possíveis intervenções seja no território, seja no Cone-Sul). De concepção “ratzeliana”, o entendimento de Rio Branco quanto ao aproveitamento da terra e da soberania das fronteiras tomou-lhe grande tempo, desde antes de sua assunção como Ministro das Relações Exteriores em 1902, tendo Argentina e França como inaugural, estendendo-se durante toda sua estadia na cadeira, com a paci-



ificação e delimitação das fronteiras de “Bolívia (1903), Equador (1904), Guiana Inglesa (1904), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909)”<sup>33</sup>.

Esta mudança de paradigma entre o que estava em voga e o que ora se impunha representou nova direção nos rumos da política externa brasileira frente aos imperativos que se apresentavam após a proclamação da república, a revolta da Armada e a Guerra de canudos. Com boa parte dos próceres do império mortos ou já fora da vida pública, a assunção do Barão ao cargo de ministro por um antigo conselheiro do império (Rodrigues Alves) foi como uma modernização da política saquarema, cujas bases continuaram incólumes desde finda a Guerra do Paraguai: abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e favorecimento da estabilidade política regional<sup>34</sup>.

Além disso, a aliança entre Brasil e EUA seria de grande valia para dissuadir europeus de tentarem expandir suas jazidas de matérias primas e mercado consumidor

no continente americano. Apoiando-se na Doutrina Monroe, Rio Branco desenvolveu uma interpretação bastante original de “entorno estratégico”, permitindo ao Brasil bater-se com potenciais inimigos e vencê-los sem dispor de um único tiro. Cabe que se lembre que, mesmo após a pacificação dos problemas fronteiriços, a França, vencida pelo arbítrio, continuou a fazer fronteira ao norte, e dispor de considerável poder naval em seus territórios no Caribe. Já em 1905, Rio Branco deixava clara sua preocupação com a falta de um poder naval adequado a dissuadir possíveis tentativas de invasão por potenciais imperialistas<sup>35</sup>, consolidando uma estratégia naval bastante alinhada ao de poderes continentais, qual seja a de garantir a defesa litorânea, mais do que a expansão marítima<sup>36</sup>.

Com efeito, a concepção saquarema de relações exteriores esteve sempre presente no pensamento do Barão, herdado da proximidade que teve em sua vida com o pai e seus amigos conservadores. A manutenção da ordem



interna é ponto essencial para que haja maior possibilidade de projeção regional e, conseqüentemente, de prestígio internacional. Mesmo com Zeballos como *nêmesis* e a corrida armamentista com a Argentina<sup>37</sup>, bastante influenciada pelos acontecimentos europeus, a hegemonia no Cone Sul nunca saiu dos cálculos de Paranhos Jr., no que fora antecedido pelo Visconde do Uruguai e do Rio Branco. Mesmo assim, a hegemonia militar precisava refletir o respeito dos demais, nunca o medo puro de um imperialismo infundado<sup>38</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é difícil divisar a importância da esfinge de Rio Branco para a formação da “cultura” da política externa nacional. Focado em ferramentas pacíficas para projetar poder e defender interesses, Paranhos Jr. foi o grande herói nacional que aumentou o território, serviu ao Brasil desinteressadamente, e construiu um verdadeiro patrimônio doutrinário no que tan-

ge à sua visão de postura do Brasil no cenário internacional.

O Brasil, como poder continental clássico, passou por diversos problemas logísticos, sobretudo quanto ao transporte de suas tropas pelo território continental que apresenta. Seja no início da Guerra do Paraguai, seja durante os problemas com a Bolívia, a logística brasileira (nisso incluindo as funções recursos humanos, manutenção transporte e saúde) sempre representaram o grande calcanhar de Aquiles das forças armadas. Independentemente do responsável por isso (se divisões políticas ou se má gestão), o caso é que os mesmos problemas que se apresentaram à Rússia Czarista também se apresentaram ao Brasil Imperial.

Rio Branco, compreendendo bem as limitações que se lhe impunham, observou que a utilização da força não caberia a um país como o Brasil, foco de possíveis intervenções por conta de suas riquezas inatas, e não possuidor de forças militares dissuasórias. Interpretando a Doutrina Monroe com as luzes saquaremas, o Barão foi o grande



responsável por delimitar os objetivos nacionais permanentes do Brasil, garantindo-lhe a hegemonia regional ao mesmo tempo que requisitava o prestígio internacional. Acreditando ser responsabilidade do Brasil o equilíbrio regional, Rio Branco foi o grande artífice de políticas que apenas vingariam anos (séculos) mais tarde (ABC, Mercosul, Unasul, Prosul), impedindo a prevalência dos Estados Unidos na região, ao mesmo tempo em que incentivava um alinhamento pragmático, como observado durante os períodos Vargas, Geisel e FHC.

Para uma maior participação brasileira no concerto das nações, a variável militar se torna peça imprescindível, sendo deveras importante que haja maior integração entre os diversos setores nacionais em prol do desenvolvimento de doutrina e tecnologia autóctone (independente, sobretudo, dos Estados Unidos), de maneira a permitir a perenidade desta união pragmática, que garantirá maior hegemonia regional e prestígio internacional.

## BIBLIOGRAFIA

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *Rio Branco, Grande Estratégia e Poder Naval*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

AMARANTE, José Carlos Albano. *A Base Industrial de Defesa Brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

BRASIL, Marinha do Brasil. *Doutrina Militar Naval*. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2017.

BROOKS, Rosa. *How everything became war and the military became everything: tales from the Pentagon*. New York: Simon & Schuster, 2016.

CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 41, n. 2, p. 59-82, 1998.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional* v. 43, n. 2, p. 130-149, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): Vencer ou Não Perder*. Porto Alegre, Brasília: Editora da Unicon, 2015.



versidade (UFRGS), Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GILDERHUS, Mark T. The Monroe Doctrine: Meanings and Implications. *Presidential Studies Quarterly* v. 36, n. 1 (March). Center for the Study of the Presidency, 2006.

HEINSFELD, Adelar. Influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 115 – 134, jan./jun. 2013.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

LAMBERTH, Andrew. *Seapower States: maritime culture, continental empires and the conflict that made the modern world*. Llandysul, Ceredigion, Wales: Gomer Press Ltd., 2018.

LINS, Álvaro. *O Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.15. Brasília: pp. 279-314, set./dez. 2014.

MACMILLAN, Margareth. *The War that ended peace: how Europe abandoned peace for the First World War*. London: Profile Books, 2014.

MELLO, Leonel Iataussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999.

PARANHOS Jr., José Maria da Silva. *Despacho Ministerial de 09 de janeiro de 1905*. Rio de Janeiro: Itamaraty, 1905.

---

<sup>1</sup> MELLO, Leonel Iataussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999, p. 37.

<sup>2</sup> Estes feitos são ainda hoje lembrados pelas ruas de várias cidades, mas despontam no nome das vias da antiga Capital Federal com seus Riachuelo, Paysandu, Voluntários da Pátria, Humaitá e 1º de Março.



<sup>3</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): Vencer ou Não Perder*. Porto Alegre, Brasília: Editora da Universidade (UFRGS), Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, p. 82.

<sup>4</sup> Os enfrentamentos europeus nas Américas teriam sua versão na África durante a Era dos Impérios, e na Ásia e Oriente Médio durante a Guerra Fria.

<sup>5</sup> As dificuldades logísticas brasileiras foram as mesmas enfrentadas por outros poderes continentais como Rússia e China durante boa parte de sua história, fato que reforça ser o Brasil um poder continental, devendo ser assim encarado durante a formulação de políticas e estratégias de defesa.

<sup>6</sup> HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 19.

<sup>7</sup> LINS, Álvaro. *O Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 2014, p. 270.

<sup>8</sup> MACMILLAN, Margareth. *The War that ended peace: how Europe abandoned peace for the First World War*. London: Profile Books, 2014, p. 51.

<sup>9</sup> Alguns casos na história são bastante conhecidos: o caso da Alsácia-Lorena (França e Alemanha), Córsega (França-Itália), Falklands (Reino Unido-Argentina) e o território da Criméia.

<sup>10</sup> O Brasil assumiu o comando do componente militar na Missão das

Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e da força tarefa marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). No Haiti a missão teve uma duração de 13 anos, sendo um grande marco das missões de paz para o Brasil. Na UNIFIL, uma fragata brasileira foi o navio-capitânia da força tarefa, comandada por um almirante brasileiro.

<sup>11</sup> Trata-se de “atividades nas quais as Forças Armadas exercerão o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o País tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental.” (Brasil, 2017; p. A-5).

<sup>12</sup> Atividades em que “nem a violência tem parte em suas execuções, nem o potencial de aplicação da força é pré-requisito” (Brasil, 2017; p. 5-1)

<sup>13</sup> Ocasões em que as forças armadas têm como missão “cooperar, mediante autorização, com os órgãos e entidades que possuem competências relacionadas com a Defesa Civil. Para isso, ficar em condições de apoiar ações preventivas, incluindo planejamentos, instrução e simulações, e de resposta a desastres, tudo com vistas a evitar ou mitigar os efeitos daquelas ocorrências; a preservar o bem-estar da população; e a restabelecer a normalidade social” (Brasil, 2017; p. 5-7).

<sup>14</sup> Ações em que caberá às forças armadas “preservar a ordem pública e a





---

incolumidade das pessoas e do patrimônio, em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no artigo 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem” (Brasil, 2017; p. 4-2).

<sup>15</sup> BROOKS, Rosa. *How everything became war and the military became everything: tales from the Pentagon*. New York: Simon & Schuster, 2016, p. 21.

<sup>16</sup> AMARANTE, José Carlos Albano. *A Base Industrial de Defesa Brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012, p. 12.

<sup>17</sup> A Marinha, por exemplo, ainda hoje exalta os feitos de seus militares nas Batalhas de Paysandu, Tonelero, Humaitá, Rachuelo. Quanto ao Exército, rimbombam os nomes de Itororó, Curupaity, Tuiutí e Lomas Valentinas. Todas travadas contra invasores ou para manter o equilíbrio (hegemonia) regional. Internamente, Canudos e Contestado, além da Farrroupilha, ainda são eventos que motivam orgulho.

<sup>18</sup> ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *Rio Branco, Grande Estratégia e Poder Naval*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 182.

<sup>19</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.15. Brasília: pp. 279-314, set.- dez. 2014, p. 289.

---

<sup>20</sup> GILDERHUS, Mark T. The Monroe Doctrine: Meanings and Implications. *Presidential Studies Quarterly* v. 36, n. 1 (March). Center for the Study of the Presidency, 2006, p. 5.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>22</sup> CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 41, n. 2, p. 59-82, 1998, p. 60.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 62.

<sup>24</sup> LYNCH, *op.cit.*, p. 282.

<sup>25</sup> A concepção saquarema se baseava na “consolidação do Estado nacional contra a anarquia a interna (os luzias/federalistas) e externas (os caudilhos platinos)”. De certa forma, esta concepção retorna, com maior ou menor intensidade, em momentos da história do Brasil, como durante a Guerra do Paraguai, o Estado Novo e parte do Regime Militar. A ideia de se utilizar o liberalismo para alcançar objetivos nacionais facilmente alcançáveis com meios materiais de poder é fruto não só da baixa adesão à iniciativas militares, como também da visão saquarema de apenas recorrer à guerra em último caso, como foi durante as intervenções no Uruguai e Paraguai.

<sup>26</sup> Diz-se por “anfíbia” pois calcava sua análise do ambiente internacional tanto na fraqueza das Forças Armadas, quanto pela necessidade de, por meio



de um discurso perolado, conseguir o prestígio necessário a impedir invasões e intervenções. Esta capacidade de coadunar realismo e liberalismo ainda hoje é utilizada pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, haja vista a constante busca por integrar as Forças Armadas em Operações de Paz.

<sup>27</sup> LYNCH, op.cit., p. 286.

<sup>28</sup> KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994, p. 25.

<sup>29</sup> LINS, op.cit., p. 308.

<sup>30</sup> Em Liverpool, as assinaturas de Rio Branco eram necessárias para a exportação e importação para o Brasil. Um dos maiores portos da Europa, Liverpool viu crescer sua demanda por algodão brasileiro durante a expansão da indústria têxtil, ao que José Maria via-se constantemente envergonhado ao ser informado de problemas de qualidade e de pesagem do algodão tupiniquim. Como embaixador no 2º Império, tendo sido recebido pelo próprio Kaiser Wilhelm II, Rio Branco pode verificar *in loco* a importância dada pela Alemanha à sua indústria naval, e como pretendiam os políticos debutar a Alemanha na indústria expansionista pela projeção de poder econômico e militar. Na crise com a Bolívia, por exemplo, compreendeu na pele como possuir um poder naval inadequado era deletério aos desígnios internacionais (Alsina Jr., 215; p.159)

<sup>31</sup> Minas Gerais e São Paulo foram os primeiros encouraçados completamente feitos de ferro. Houve, ainda na Guerra do Paraguai, navios que tinham a alcinha de encouraçado, mas que eram apenas revestidos por chapas.

<sup>32</sup> ALSINA JR., op.cit., p. 193.

<sup>33</sup> HEINSFELD, Adelar. Influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 115 – 134, jan./jun. 2013, p. 121.

<sup>34</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional* v. 43, n. 2, p. 130-149, 2000, p. 131.

<sup>35</sup> PARANHOS Jr., José Maria da Silva. *Despacho Ministerial de 09 de janeiro de 1905*. Rio de Janeiro: Itamaraty, 1905.

<sup>36</sup> LAMBERTH, Andrew. *Seapower States: maritime culture, continental empires and the conflict that made the modern world*. Llandysul, Ceredigion, Wales: Gomer Press Ltd., 2018, p. 228.

<sup>37</sup> HEINSFIELD, op.cit., p. 132.

<sup>38</sup> Conhecido o evento do bombardeio de Paysandu, ao qual, ansiava o Almirante Joaquim Marques Lisboa, se seguiria o de Montevideu, impedido pelo Visconde do Rio Branco pelo Tratado de Fevereiro, o mesmo que o fez sair do Ministério.

# Recordações familiares de uma revolução paulista que afetou a Bahia

Armando Alexandre dos Santos <sup>a</sup>

**Resumo:** O início da Primeira República brasileira foi marcado pela instabilidade política e pela alternância de poder, entre políticos de Minas Gerais e São Paulo. Em 1924, um movimento revolucionário foi deflagrado na capital paulista, objetivando pautas nacionais. O presente artigo se debruça sobre uma experiência familiar paulista, um estudo de caso no qual seus integrantes se discorrem uma narrativa sobre a experiência da guerra.

**Palavras-chave:** Memória, Revolução de 1924.

Gostaria de registrar aqui algumas recordações familiares, acerca da Revolução de 1924, utilizando como fonte principal o depoimento oral de meus tios Augusto José Guerra (1901-1980) e sua esposa Rosa Alexandre Guerra (1903-1993), muitas vezes ouvido deles na minha infância. Ambos vivenciaram de modo intenso a Revolução de 1924, porque viviam nos bairros vizinhos do Brás e do Pari, muito próximos da região central da cidade de São Paulo, que durante três semanas esteve dominada pelos revoltosos e foi objeto

de violentos bombardeios por parte das tropas legalistas.

Meu tio Augusto comerciava com joias e minha tia Rosa, professora de primeiras letras, dirigia uma escolinha no bairro do Pari, em companhia de sua irmã Joanna Alexandre dos Santos Martins (+ 1949). Meus tios residiam a uma distância de cerca de 2 km do Palácio dos Campos Elísios, sede do Governo que foi cercada pelos revoltosos. O Presidente do Estado de São Paulo, Carlos de Campos, e vários secretários de seu Governo fugiram por um túnel secreto que

---

<sup>a</sup> Professor, associado correspondente do IGHMB.



dava para uma residência próxima e conseguiram se deslocar, discretamente, para Guaiaúna, estação ferroviária que, na época, se situava nos arredores de São Paulo, e hoje se situa na região Leste do município, a cerca de 7 km do centro da cidade..

De Guaiaúna o governo dirigiu a resistência contra o movimento revolucionário, que era chefiado pelo General Isidoro Dias Lopes e do qual participaram, entre outros, os jovens tenentes Juarez Távora, Miguel Costa e Eduardo Gomes. Os revoltosos dominaram a região central da cidade desde o dia 5 até o dia 28 de julho, mas, devido à falta de apoio que esperavam de outras regiões do País, desistiram de prosseguir a luta na capital e se retiraram para o interior do Estado com suas tropas, dando início à longa marcha que ficou conhecida como a Coluna Prestes. Certos bairros como Brás, Mooca, Belenzinho, Cambuci e Perdizes foram muito atingidos durante essas três semanas.

Os episódios da Revolução foram dramáticos para minha família,

que residia próxima ao “olho-do-furacão”. Minha mãe, Layr Alexandre dos Santos (1922-2003), era menina de colo, tinha apenas dois anos quando eclodiu a revolta. As fábricas do complexo industrial Matarazzo, situadas perto de nossa casa, foram saqueadas por populares, assim como numerosas casas de comércio também situadas nas proximidades.

Meus tios contavam que, logo no início do conflito, passaram pela frente de nossa casa alguns populares que haviam saqueado uma importadora de bebidas e estavam arrastando um barril de vinho, que haviam roubado e tentavam levar para suas casas. Cansados pelo esforço, desistiram de continuar arrastando o produto do seu roubo e pediram ao meu avô que guardasse o barril para eles, no porão de nossa casa, e eles depois retornariam para levá-lo. Naquele contexto de violência, meu avô achou melhor não recusar e guardou o barril. Nunca mais reapareceram os ladrões. Meu avô não tinha como saber quem era o legítimo proprietário, para fazer a devolução regu-



lar, e não quis dar parte na Polícia, com medo de ser acusado de ser ele o saqueador e acabar pagando crime alheio... Terminada a revolução, houve alguma repressão e o barril continuou escondido, na minha casa, por longo tempo, sem

lente vinho tinto português. Durante meses, regou generosamente os almoços domingueiros da família Alexandre... Não justifico o roubo, obviamente, apenas o registro como pequeno episódio colateral, conservado nas memórias de uma

Fig. 1 – Área urbana de São Paulo bombardeada durante a Revolução de 1924



Fonte: Pinterest

que meu avô se decidisse a tomar alguma atitude. Até que por fim, depois de muitas hesitações e explicáveis escrúpulos de consciência, resolveram abri-lo e saboreá-lo, antes que se estragasse. Não havia outra solução... Era um exce-

família modesta, à margem de um acontecimento que, na época, teve grande alcance nacional.

Minha família estava decidida a permanecer em casa, apesar dos tiroteios e dos bombardeios, porque se julgava protegida pelas



grossas paredes da residência, que havia sido construída pessoalmente pelo meu bisavô Antonio Francisco de Andrade (+ 1921), tendo como auxiliar de construção minha bisavó Joanna Júlia de França (+ 1928). Era uma casa simples e muito sólida, na qual residi até os meus 18 anos de idade. Mas, certo dia, explodiu uma granada bem perto dessa casa. Um fragmento caiu no nosso quintal, junto à porta da cozinha. Esse fragmento foi conservado durante décadas, na cristaleira da sala, e quando menino muitas vezes brinquei com aquela relíquia de outros tempos.

Minha família compreendeu, então, que não havia segurança, e resolveu procurar local mais garantido. Os parentes eram muito numerosos. Meu avô Antônio José Alexandre (1869-1935) e minha avó Maria Julia de França Andrade Alexandre (1880-1970) tiveram 19 filhos, sendo minha mãe a 18ª.

A família, então, refugiou-se numa propriedade rural nas imediações de São Paulo, onde hoje se situam os bairros de Jaçanã e do Tucuruvi. Era uma região monta-

nhosa, cheia de chácaras e sítios, e ali conseguiram encontrar um proprietário que lhes alugou uma casa de campo, para se abrigarem pelo tempo que fosse necessário. A retirada do Brás, no meio do tiroteio, foi dramática, segundo contava minha tia Rosa. Ela era recém-casada e ia montada no lombo de um burrico, levando no colo dois irmãozinhos pequenos: minha mãe, que tinha dois anos, e meu tio Sylvio (1924-2000), então recém-nascido. Era o 19º e último filho do casal.

Na mesma “caravana” também foi, menina de 4 anos de idade, minha tia Wanda Alexandre Garcia, nascida em 1920 e falecida aos 100 anos de idade, em novembro de 2020. Foi a mais longeva dos 19 irmãos.

Todos esses acontecimentos eram contados com emoção e realismo a nós, nascidos muito depois. Eles entretiveram nossa infância, num tempo em que se conversava muito e se ouvia com atenção os relatos dos mais velhos.

Algumas semanas depois, puderam os meus retornar a casa. A



residência estava, felizmente, fechada, inteiramente conservada, sem marcas de tiros nem sinais de saque. Muitas casas próximas da nossa não tiveram a mesma sorte.

Fig. 2 – General Isidoro Dias Lopes, líder da Revolução de 1924



Fonte: CPDOC/FGV

Curiosamente, uma revolução que abalou tanto a população paulistana, não recebe, na historiografia geral do Brasil, grande destaque. Há mesmo que a chame de “a Revolução esquecida”. Já tenho visto listagens de movimentos insurreccionais ocorridos na Primeira República, que relacionam dezenas de greves sem maior importância,

mas omitem completamente a intenção de Isidoro.

Ainda a propósito da revolução de 1924, gostaria de registrar que o Brasil estava sendo visitado, na ocasião, pelo jovem Príncipe do Piemonte, o herdeiro da coroa da Itália. Era uma viagem promovida pelo governo fascista de Benito Mussolini, com evidentes intuítos propagandísticos, às colônias italianas da Argentina e do Brasil. O Príncipe, que depois se revelou muito crítico do fascismo e se afastou da política pró-Mussolini de seu pai, não pôde vir, como pretendia, a São Paulo, o maior foco de concentração dos imigrantes italianos, justamente porque na cidade estava ocorrendo a revolução de Isidoro Dias Lopes. O governo Federal também preferiu não acolher o visitante no Rio de Janeiro, porque julgou que, naquelas circunstâncias, não haveria segurança suficiente, mas pediu ao Governo da Bahia que fizesse as honras da casa. De fato, o visitante foi recebido com sua comitiva pelo Governo baiano, em representação do Governo Federal, com toda a pom-



pa e circunstância. Ver, a esse respeito, *A visita de Humberto de Saboia, Príncipe do Piemonte, à Bahia, em 1924*, artigo do Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (n. 466, pp. 11-272, jan./mar. 2015). Na época, a visita do príncipe italiano se revestiu de grande importância política e diplomática e marcou profundamente a sociedade baiana. Foi esse um reflexo simpático e brilhante da dramática e distante revolução paulista.

Comentário final: preferi, por uma opção metodológica, limitar-me estritamente, na redação deste artigo, à memória oral, conservada em minha família. Não quis consultar bibliografia sobre o movimento de 1924, que deixou, no final, um saldo de aproximadamente 500 mortos, sem falar em feridos e desabrigados.

Apenas para constar, porém, registro que há muitas referências à revolta de 1924 em obras memorialísticas, como, por exemplo, na de Juarez Távora (*Uma vida e muitas lutas – Memórias*, em dois volumes

– Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974 e 1977), nas de Aureliano Leite (*Dias de pavor – Pessoas e Cenas da Revolução de 1924*. São Paulo: Editora Rochéa, 1925; e *Páginas de uma longa vida*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.), na de José Carlos de Macedo Soares (*A Revolta Militar em São Paulo*. Paris: Imprimerie Paul Dupont, 1925) e na de Paulo Alfeu Junqueira Duarte (*Agora nós! Chronica da Revolução Paulista*. São Paulo: Editora S. Paulo, 1927). Estudo acadêmico mais completo sobre o movimento de 1924, somente conheço um, de autoria da Profa. Anna Maria Martínez Corrêa (*A Revolução de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1976).



# Música militar no Período Joanino: a herança da Casa dos Bragança para a música militar

João Carlos Talina <sup>a</sup>

**Resumo:** Desde os primórdios do Brasil Colônia, a música militar já estava presente no seu *ethos* musical. Com a vinda de D. João, sua Família Real e sua Corte, a cultura em geral e, em especial, a música militar, vieram a se desenvolver mais, por meio da política cultural desenvolvida por D. João.

O presente artigo aborda a música militar, sua origem, organização, influências culturais e práticas no *ethos* musical no Brasil Colonial, enfatizando as contribuições da política cultural de D. João para a música militar neste período.

**Palavras-chave:** Música militar, *ethos* musical militar, bandas de música, História do Brasil Colonial.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende trazer à luz, uma parte da vasta e inegável contribuição da política cultural-musical de D. João<sup>1</sup> para com a Música Militar em Portugal e no Brasil, em especial, legado este o qual somos herdeiros das tradições culturais da música militar portuguesa, as quais se mantiveram agregadas, posteriormente após a independência do Brasil, em 1822,

ao *ethos* musical do Exército Brasileiro.

Neste sentido, tal pesquisa, por meio das fundamentações que se seguem abaixo, através da perspectiva da Musicologia Histórica<sup>2</sup> são levantados os aspectos da Música Militar no Brasil Colonial<sup>3</sup>, bem como, em Portugal, antes da chegada de D. João, da Corte Portuguesa e da Família Real para o Brasil, em 1808 e, durante o período de sua permanência, Período

---

<sup>a</sup> Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais – Músico.



Joanino<sup>4</sup>, como também, após a sua partida para Portugal, já como D. João VI – Rei de Portugal, Brasil e Algarves, em 1821.

## OS PRIMÓRDIOS DA MÚSICA NO BRASIL COLÔNIA

### a) O *ethos* musical em terras *brasilis*: música militar, religiosa e profana.

Já no final do séc. XVIII até 1806, antes da chegada de D. João<sup>5</sup> e de sua Corte Portuguesa e, de sua Família Real, em 1808, de acordo com Souza<sup>6</sup>, a música militar no Brasil era também presente por meio de músicos executantes de tambores e pífaros, nos corpos militares pertencentes às unidades de infantaria e de artilharia, e músicos executantes de trombetas nas unidades de cavalaria, os quais eram contratados e pagos com o soldo da oficialidade:

Na cidade do Rio de Janeiro 5 Regimentos de Infantaria, (1º, e 2º Regimentos de Infantaria e três Regimentos destacados de Portugal, o de Moura, o de Bra-

gança e o Regimento de Extremoz) e 1 Regimento de Artilharia e Esquadrões de Cav<sup>a</sup> da Guarda do Vice Rei. Em Santa Catarina 1 Regimento de Infantaria. Em S. Paulo 2 Regimentos de Infantaria e 1 Regimento de Cavalaria. No Rio Grande 1 Regimento de Infantaria e 1 Regimento de Cavalaria. Na Bahia, existiam 2 Regimentos de Infantaria e 1 Regimento de Artilharia. Em Pernambuco 2 Regimentos de Infantaria e 1 Regimento de Artilharia. No Pará 2 Regimentos de Infantaria e no Maranhão 1 Regimento de Infantaria.<sup>7</sup>

Entretanto, segundo Talina<sup>8</sup> já existiam bandas de música civis no Brasil Colônia, em especial, os ternos de barbeiros<sup>9</sup>, cujo *ethos* musical era praticado nas cerimônias religiosas, cortejos, procissões, festas, enfim, a saber:

[...] a partir do séc. XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa a Cidade do Rio de Janeiro, as bandas de música militares foram formadas, organizadas como tal, nos regimentos de Primeira Linha. Portanto, tais bandas de música militares, criadas neste período, irão coexistir com as bandas de música



pré-existentes no Brasil, se relacionando mutuamente, em especial, no aspecto do *ethos* musical, quanto ao repertório, público, formação de musicistas, etc.<sup>10</sup>

Cardoso<sup>11</sup> também cita a existência de bandas de música militares nos regimentos milicianos de São Paulo, bem antes da chegada de D. João ao Brasil:

Os regimentos milicianos sediados na capital de São Paulo em 1802 eram 11 ao todo, sendo cinco de infantaria, três de artilharia e outros três de cavalaria. Desse total, apenas cinco regimentos possuíam corporação musical completa.<sup>12</sup>

Segundo Meira & Schirmer<sup>13</sup>, ambos reforçam tal fato, assegurando que existia uma banda de música militar no Regimento da Cidade de Santos, em 1773, mantida pelo desconto dos soldos dos militares desta corporação:

No regimento de Santos, por volta de 1773, diz-nos Claudio Moreira Bento (obra citada), havia “boa banda de música e expressiva verba para mantê-

la.” Essa unidade fora criada em 1766 e organizada em 1775, ficando conhecida como “Regimento Mexia” (corruptela do nome de seu comandante – tenente-coronel Manuel Messias Leite). Em 1820, com a denominação de Regimento da Província de São Paulo, recebeu banda de música e significativa dotação anual para mantê-la.<sup>14</sup>

Importante ressaltar que bem antes da criação das bandas de música militares portuguesas, com seus regimentos de Infantaria e Artilharia, já havia a presença de bandas de música no Brasil, graças à presença dos jesuítas<sup>15</sup>, os quais desenvolveram com a catequese, a musicalização e a prática musical nas cerimônias religiosas e cívicas, por meio da formação de corais, grupos instrumentais e bandas de música. Cabe citar também que existiam no Brasil, antes da chegada de D. João ao Brasil, corpos militares de 2ª Linha, as chamadas Milícias, que possuíam suas bandas de música, de acordo com Binder<sup>16</sup>, a saber:

As bandas de música militar entre nós datam de fins do século



XVIII, pelas que foram criadas nos regimentos milicianos do Recife e Olinda por ato do governador D. Tomás José de Melo, a cujo exemplo foi criada também uma no terço auxiliar de Goiana, em 1789, mantida pela respectiva oficialidade, e mediante consentimento daquele governador.

Das bandas marciais de então, nada encontramos sobre a sua particular organização; mas da de uma de um regimento de linha da guarnição da vizinha cidade da Paraíba, em 1809, constante de dois pífaros, um dos quais, Manuel de Vasconcelos Quaresma, era o mestre, duas clarinetas, duas trompas, um fagote e um zabumba, bem podemos fazer uma ideia das nossas [as pernambucanas].<sup>17</sup>

Até então, de acordo com Tinhoão<sup>18</sup>, os salários, vencimentos dos músicos das bandas de música militares, milicianas ou não, eram pagos por meio do desconto dos soldos dos militares dos seus respectivos corpos de 1ª e 2ª Linhas, existentes no Brasil:

Atraídos aos quadros militares pela sua rara qualificação, músicos civis vestiram a farda e

passaram a fazer parte do corpo de tropa, passando a comportarem-se como simples funcionários contratados, aos quais recebiam pagamentos na base de soldo de oficial.<sup>19</sup>

#### b) O processo de inserção e profissionalização militar do músico

Com o Decreto de 20 de agosto de 1802 o governo de Dom João assume a responsabilidade pelo pagamento dos militares músicos e dos instrumentos utilizados nas bandas de música da infantaria portuguesas, por meio do erário régio, e não mais o desconto nos soldos dos militares. Estabelece também, o seguinte instrumental para as bandas de música: 1 (um) Flautim; 1 (uma) 1ª Clarineta Soprano e 2 (duas) 2ª Clarinetas Soprano; 2 (duas) Trompas; Clarim; 1 (um) Fagote; 1 (um) Bombo/Zabumba; 1 (uma) Caixa de Rufo e 1 (um) Par de Pratos. Até o momento, esse é o mais antigo documento conhecido no qual os instrumentos utilizados na formação das bandas militares portuguesas são prescritos:



O Decreto de 20 de agosto de 1802 [...] evidencia o processo de inserção das bandas no Exército Português, autorizando músicos nos regimentos de infantaria na Corte e nas províncias já estava concluído nesta data. Até o momento, esse é o mais antigo documento conhecido no qual os instrumentos utilizados na formação das bandas militares portuguesas são prescritos. Observe-se que, no texto do decreto, o termo utilizado é música e não banda.<sup>20</sup>

Neste sentido, Tinhorão<sup>21</sup> aponta um processo de agregação cultural entre as bandas de música militares com as bandas de música civis, no *ethos* musical no Brasil, possibilitando assim, um processo de continuidade desde os primórdios com a música jesuítica, passando pelos Ternos de Barbeiros, bandas de música militares, até os dias atuais:

Fig. 1 –Agrupamento musical de um Regimento do séc. XVIII



Fonte: SOUZA, 2008.



A continuidade da tradição no campo da produção de música instrumental ao gosto das amplas camadas das cidades, iniciada em meados de Setecentos pelos ternos de Barbeiros com a chamada música de porta de igreja, ia ser garantida a partir da segunda metade do século XIX pelas bandas de corporações militares nos grandes centros urbanos, e pelas pequenas bandas municipais ou líras formadas por mestres interioranos, nas cidades menores.<sup>22</sup>

## A MÚSICA MILITAR NO PERÍODO JOANINO

### a) O alvorecer da música militar e do *ethos* musical militar.

A Música Militar no Brasil por meio do seu *ethos* alcançou um tempo áureo, durante a permanência de D. João, sua Corte e sua Família Real, entre 1808 a 1821, sendo assim, desenvolvido com importância, relevo, nas inúmeras cerimônias cívico-militares, como paradas, revistas, desfiles, festas reais, profanas e religiosas, que fez presente, necessária e obrigatória à participação das bandas de música

militares da Guarnição da Corte no Rio de Janeiro. Segundo Binder:

A transferência da corte para o Rio de Janeiro intensificou as comemorações das festas reais e religiosas, que também se tornaram mais suntuosas, afinal o rei compareceria pessoalmente a algumas ocasiões, exigindo pompa à sua altura. Nem todas as festas tinham o mesmo objetivo, embora conjugassem uma série de elementos, discursos e regras ditadas pelo Estado - arcos, trajetos, participantes etc. - em diferentes vozes, gestos, monumentos, dança [...]. Como veremos, as bandas militares foram uma destas vozes cerimoniais.

Até onde foi possível estabelecer, a celebração das festas reais entre 1808 a 1816 contou apenas com as bandas militares que já estavam no Rio de Janeiro em 1808. Estiveram à disposição das autoridades fluminenses entre sete e nove conjuntos. Além da banda da Brigada Real da Marinha, que viera com a corte, cada um dos quatro regimentos de primeira linha possuía seu conjunto, como já mostrado no capítulo 1. Somavam-se a estes as bandas de música do 1º e 3º Regimentos de Milícias.<sup>23</sup>



Portanto, as bandas de música militares existentes nos corpos de Infantaria e de Artilharia da Corte do Rio de Janeiro, desenvolviam seu *ethos* musical participando das atividades cívico-militares do dia a dia, na vida castrense e na sociedade do entorno, nas festas religiosas e populares, entre outras cerimônias. Segundo Binder, com o advento da chegada de D. João, este, certamente fez com que o *ethos* musical militar alcançasse um elevado grau de importância nas cerimônias, solenidades, festas, enfim, realizadas na Corte do Rio de Janeiro, em especial, por meio da participação das bandas de música militares aqui presentes:

Desta forma, a introdução ou atualização das bandas de música no Brasil, não ocorreu em razão da presença de um conjunto, a banda da Brigada Real, e sim da necessidade da corte em solenizar com a pompa adequada as festas reais que passaram a ocorrer no Rio de Janeiro. Nas festas, as bandas militares se apresentavam em vários momentos: nos bandos anuncia-

tivos, nas paradas, nos cortejos e nas noites de festa. Tocavam nas ruas e nos coretos, para a população que não era admitida no interior dos palácios e teatros. Pode-se concluir que as bandas militares foram parte importante da representação sonora oficial da casa dos Bragança no Brasil.<sup>24</sup>

De acordo com Souza, em 1810, por meio do Decreto de 27 de março deste ano, o então D. João – Príncipe Regente organiza e cria as bandas de música militares no Brasil, de caráter oficial, nos 1º, 2º e 3º Regimentos de Infantaria de Linha e, no 1º Regimento de Artilharia da Corte, na Cidade do Rio de Janeiro, custeadas pelo erário régio, institucionalizando o músico militar:

Em 1810 com esta primeira determinação sobre a organização das Bandas de música militares no Brasil, estas passaram a ter um caráter oficial, com verbas atribuídas pelo erário régio, deixando de ser pagas pelos oficiais dos respectivos Regimentos, numa modalidade que seria também aplicada ao regimento de Infantaria de Linha do



Recife da Capitania de Pernambuco, segundo a Carta Régia de 1811 que regulava o pagamento da música daquele Regimento, que deixava de ser paga pela oficialidade e passava a ser suportada pelo erário régio, tal como as Bandas da guarnição do Rio de Janeiro.<sup>25</sup>

Ainda segundo Souza, as recém-criadas bandas de música, oficialmente, nos Regimentos do Rio de Janeiro, também se integraram ativamente nas atividades culturais da Corte Portuguesa e a da Família Real, participando assim, dos diversos e inúmeros cerimoniais cívico-militares:

Após a chegada da família real foram diversas as cerimônias em que participaram os militares e as suas músicas, como registrou um dos principais cronistas da época, o Padre Luiz Gonçalves dos Santos, que descreveu as músicas marciais, as continências militares e as reais bandeiras abatidas a saudar o Regente.<sup>26</sup>

#### b) O ensino musical e a profissionalização do músico militar

Outra contribuição de transcendental importância para a for-

mação do militar músico, realizada por D. João foi feito por intermédio da Portaria de 16 de dezembro de 1815<sup>27</sup>, o qual institucionaliza o ensino de música no Exército Português, definindo o instrumental, os vencimentos e, possibilitando assim, formar e profissionalizar o Quadros de Militares Músicos, a saber:

O ensino da música foi oficialmente instituído no exército português pela portaria de 16 de dezembro de 1815 [...]. O mestre deveria ensinar a quatro soldados os instrumentos de sopro disponíveis - flautim, requinta, clarineta, clarim (trompete), trompa, trombone ou serpente. Os soldados receberiam gratificação de 120 a 200 réis diários e estariam dispensados de outros serviços.<sup>28</sup>

Segundo Souza, com o fim da Guerra Peninsular, em 1814 que acarretou a diminuição do efetivo do Exército Português, alguns fatos ocorridos no recém-criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, motivaram D. João a aumentar o efetivo militar e, consequente-





mente, o número de bandas de músicas no Brasil, por meio da Carta Régia de 19 de dezembro de 1815. No caso, a rebelião que se desencadeava na Argentina, em 1816, ameaçando as fronteiras do Sul do Brasil:

Assim, por ordem da corte que estava no Rio de Janeiro, vai seguir da metrópole para o Brasil uma força com um total de 4.831 militares com a designação de Divisão de Voluntários Reais do Príncipe. Esta divisão de tropas ligeiras era constituída por duas Brigadas e em cada uma destas Brigadas existia uma Música<sup>29</sup>, composta por e Mestres e 16 músicos num total de 18 músicos, existindo assim na Divisão um total de 36 músicos. Esta orgânica de 18 músicos em cada Brigada decorre do facto de cada Brigada ser constituída por dois Batalhões de Caçadores e segundo a organização do Exército de 1816 existir em cada Batalhão de Caçadores uma Música constituída por um Mestre e oito músicos.<sup>30</sup>

Posteriormente, a revolução Pernambucana, em 1817<sup>31</sup>, também possibilitou a vinda de forças mili-

tares de Portugal para conter a revolta, aumentando não somente o efetivo militar de combatentes, como também, de músicos militares e suas respectivas bandas de música. Neste sentido, vieram o 11º Batalhão de Infantaria, o 15º Batalhão de Infantaria e o 3º Batalhão de Caçadores, sendo que, de acordo com o Decreto de 11 de dezembro de 1817, promulgado por D. João, estas Unidades Militares deveriam ter bandas de música, de acordo com a mesma organização preconizada em Portugal, conforme da Portaria de 16 de dezembro de 1815:

Em 1817 foi definido o Regulamento da Banda de Música dos corpos militares vindos de Portugal, o Regulamento da Banda de Música, determinando que as Unidades Militares vindas de Portugal, o Batalhão de Infantaria nº 11º, o Batalhão de Infantaria nº 15º e o Batalhão de Caçadores nº 3º, sendo estabelecido que a Banda destas unidades seria constituída por um Mestre de música e por 10 músicos, podendo integrar ainda mais 6 aprendizes, sendo as-



sim permitida uma orgânica de um mestre e 16 músicos.<sup>32</sup>

Fig. 2 – Músico do Exército (Trombone) de Infantaria de Linha



Fonte: SOUZA, 2008.

Prosseguindo, ainda de acordo com Souza, D. João normatiza o padrão de efetivo de músicos nas bandas militares, bem como, cria as bandas de música nos Batalhões de Granadeiros:

O Regulamento de 1817 de organização das Bandas de músi-

ca foi posteriormente, por determinação do Príncipe Regente, aplicado a todas as Bandas de música dos corpos de infantaria de Linha do Rio de Janeiro, que assim passaram a ser constituídas por um Mestre e 16 músicos segundo o plano de 11 de dezembro de 1817, que em 1822 seria também aplicado às Bandas dos recém-criados Batalhões de Granadeiros.<sup>33</sup>

Kiefer afirma que D. João era também, verdadeiramente um mecenas musical, traço este vindo de uma tradição cultural dos seus ancestrais, D. João V e D. João IV, enfim, da Família Bragança, e que transformou a vida cultural, durante a sua estada na Cidade do Rio de Janeiro, bem como o Brasil como um todo:

D. João, o protetor das musas, provocou uma verdadeira revolução cultural no País e transformou, ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro, sede da corte, em “centro de irradiação do pensamento, da atividade mental do País”. O que as províncias possuíam de melhor, aí se concentra e o que aí se faz e se pensa é padrão de valores.<sup>34</sup>



## CONCLUSÃO

### a) A contribuição da Casa dos Bragança à música militar

Indubitavelmente, toda a estrutura da música militar criada por D. João no Brasil, antes de sua chegada em 1808, durante a sua permanência e, após a sua partida para Portugal, em 1821, ficou como base das futuras bandas de música militares do novo império que estava para surgir com a Proclamação da Independência do Brasil em 1822.

De acordo com Binder o ensino de música militar oficializado se perpetuou, na formação dos futuros militares músicos, na nova Força Terrestre que estava surgindo, o Exército Brasileiro, a saber:

Entre 1821 e 1822 Dom Pedro estendeu as providências adotadas por este decreto de 1817 a algumas unidades cariocas e, no aviso n.105 de 6 de março de 1834 [...], a regência deixou claro que tais normas valeriam para todo país. A legislação administrativa não fornece elementos que permitam avaliar a

real abrangência do ensino musical ministrado nas bandas e instituições militares. No entanto, ao regulamentarem a educação musical deixam claro a existência de um projeto no qual a música foi parte importante na formação oferecida aos aprendizes das diversas escolas da corporação.<sup>35</sup>

Cabe ressaltar, segundo Binder: também quanto ao desenvolvimento e a expansão do *ethos* musical militar no cotidiano da sociedade brasileira, durante o período em questão e, posteriormente, até os dias de hoje:

Neste período outras unidades militares do exército passaram a contar com banda de música e, talvez o mais importante, o ensino musical para crianças e jovens foi oficializado e ampliado. Além do aumento das unidades do Exército que poderiam ter banda de música, houve também uma multiplicação de conjuntos feitos pela Guarda Nacional e pelas Polícias Militares provinciais, que também colaboraram para a difusão da banda enquanto modelo de conjunto musical. Esta multiplicação de conjuntos e a atuação



continua em ocasiões festivas criou um *ethos* militar: características militares passaram a ser associadas às bandas de música em geral, e não apenas àquelas pertencentes às corporações militares. As festas oficiais e comemorações cívicas foram importantes neste processo. Além disso, as bandas militares tiveram grande atuação fora do âmbito militar ou da representação oficial, com grande penetração social, suprimindo com música atividades civis e religiosas.<sup>36</sup>

Ainda quanto ao importante desenvolvimento das bandas de música após o Período Joanino no Brasil, segundo Rezende<sup>37</sup>, faz-se também necessário citar este último, famoso musicólogo, a saber:

No séc. XIX a atividade das bandas veio a distribuir-se equilibradamente dada a diminuição da música sacra e o aumento da profana em consequência da forte influência do progresso material e da introdução de novos estilos [...]

A banda, como elemento de vinculação social e poderoso estímulo para gozos estéticos das povoações geralmente isoladas, teve em todo o séc. XIX

um papel importante em todas as cidades, vilas e lugarejos [...] Estes conjuntos viajavam contagiando com o seu entusiasmo os povos de vida pacata.<sup>38</sup>

Por fim, cabe ressaltar, que no Período Joanino, de acordo com Moraes & Saliba, D. João transformou a vida na Corte do Rio de Janeiro em um ambiente rico cultural e musicalmente, a moda europeia, com o *ethos* musical militar, religioso e profano, sendo praticado nas inúmeras atividades na Corte e fora dela:

Muitos músicos que trabalhavam para a corte em Lisboa se instalaram no Brasil, além de outros estrangeiros, atraídos pela edificação de um novo império. Durante todo o período joanino, houve no Rio de Janeiro uma intensa atividade musical, distribuída em dois setores, o da corte, onde a qualidade era imprescindível e o de fora da corte, em que a funcionalidade era festiva e mítica. [...] Arregimentar músicos, pintores e outros artífices, para algum trabalho ou para abrihantiar alguma festa em caráter de urgência foi uma medida comum nos tempos de D. João VI. Na verdade,



era necessário atender um desejo de manter a pompa e a ostentação e a visibilidade de um gosto; mas para isso era necessário que houvesse mão-de-obra suficiente.<sup>39</sup>

b) Uma síntese do legado proporcionado por D. João à música militar

Portanto, observa-se abaixo, uma síntese do legado proporcionado pela política cultural de D. João, em especial, à música militar em Portugal e no Brasil, em que, por intermédio de várias portarias, cartas régias, alvarás, ordens, são estabelecidas as bandas de música em unidades militares, seus efetivos com mestres e instrumentistas, salários, formação instrumental, ensino profissional em música, qualificação profissional, hierarquias e funções, regulamentos, uniformização, apoio logístico, atividades, quadro de músicos militares, enfim, no *ethos* musical militar no Brasil:

1) O Decreto de 20 de agosto de 1802 inseriu as bandas de música no exército português, em seus regimentos de infantaria na corte e

nas províncias, com pagamento pelo erário régio dos militares músicos, bem como, aquisição de instrumentos musicais, estabelecendo a formação instrumental para as bandas de música de 11 (onze) músicos: 1 (um) mestre e 10 (dez) instrumentistas.

2) O Decreto de 19 de maio de 1806 reorganizou o efetivo das bandas de música no Exército de Linha, com 1 (um) mestre e 8 (oito) instrumentistas.

3) A vinda em 1808, da Banda de Música da Brigada Real de Marinha para o Brasil, junto com D. João, a Família Real, a Corte Portuguesa.

4) O Decreto de 14 de outubro de 1808 autorizou a criação de bandas de música para as unidades de infantaria, de caçadores e de artilharia, com exceção das unidades de cavalaria.

5) Os Decretos de 20 de outubro e 20 de novembro de 1809 reorganizam as bandas de música, determinando a criação de bandas de música nos regimentos de infantaria e artilharia, bem como, os batalhões de caçadores, com o



efetivo de 1 (um) mestre e 8 (oito) instrumentistas.

6) O Decreto de 27 de março de 1810, criou, oficialmente, as bandas de música militares nos 1º, 2º e 3º Regimentos de Infantaria de Linha e, no 1º Regimento de Artilharia da Corte, no Rio de Janeiro, com efetivo de 12 (doze) a 16 (dezesesseis) músicos, com 1 (um) mestre. Estabeleceu também a quantia de 48\$000 réis pagos às unidades autorizadas a ter música e, a quantia de 12\$000 destinada à compra e conserto dos instrumentos musicais e enfeites dos uniformes. Cabe ressaltar que este decreto foi estendido, posteriormente, autorizando a criação de bandas de música nos Regimentos de Infantaria de Recife (PE), em 1811, no Regimento de Infantaria de Extremoz (PA), em 1812, e no Batalhão de Caçadores de Santos (SP).

7) A Carta Régia de 26 de setembro de 1811 estabeleceu o pagamento da banda de música do Regimento de Infantaria da Cidade do Recife, da Capitania de Pernambuco com o erário régio.

8) A Portaria de 3 de junho de 1813 permitiu apenas bandas de música nas unidades de infantaria e de caçadores, restringindo-as nas unidades de artilharia, regulando os vencimentos dos militares músicos em 300 (trezentos) réis diários para a gratificação do mestre e, 200 (duzentos) réis diários para os instrumentistas, bem como, soldo, pão e etapa de soldado para todos que faziam jus.

9) A Portaria de 30 de abril de 1814 ratificou os mesmos valores de vencimentos dos militares músicos, de acordo com a portaria anterior, incluindo no total da soma a parte referente ao soldo de soldado, estabelecendo que o mestre receberia 360 (trezentos e sessenta) réis diários em tempo de paz e 380 (trezentos e oitenta) réis diários, em tempo de guerra, já os músicos instrumentistas receberiam 260 (duzentos e sessenta) réis diários em tempos de paz e 280 (duzentos e oitenta) réis diários em tempos de guerra, respectivamente.

10) A Portaria de 29 de outubro de 1814 manteve a normatização para as bandas de música con-



forme a prescrição da portaria anterior, 3 de junho de 1813.

11) A Portaria de 16 de dezembro de 1815, estabeleceu bandas de música militares nas unidades em Portugal, com o efetivo de 1 (um) mestre, 10 (dez) instrumentistas e mais 04 (quatro) soldados aprendizes de música. Com o surgimento no efetivo das bandas de música do soldado aprendiz de música, institui oficialmente o ensino da música no Exército Português para a qualificação profissional militar deste quadro.

12) A Carta Régia de 19 de dezembro de 1815 estabeleceu o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, proporcionando assim, o aumento do efetivo militar, bem como, das bandas de música militares também no Brasil.

13) O Alvará de 21 de fevereiro de 1816 ratificou as duas portarias anteriores, de 3 de junho de 1813 e de 29 de outubro de 1814.

14) As Ordens do Exército de 1816, transferiu da metrópole para o Brasil a Divisão de Voluntários Reais do Príncipe, com o propósito

de debelar a revolta na Argentina, que ameaçava as fronteiras do Sul do Brasil, com uma força militar composta por duas brigadas, com 4 (quatro) batalhões de caçadores, sendo cada batalhão dotado de 1 (uma) banda de música militar, organizada, com efetivo de 9 (nove) músicos: 1 (um) mestre e 8 (oito) instrumentistas – com efetivo total de 36 (trinta e seis) músicos militares – 4 (quatro) Mestres e 32 (trinta e dois) instrumentistas.

15) Aquisição e distribuição de instrumentos musicais às bandas de música das duas brigadas da Divisão de Voluntários Reais do Príncipe, num total de 34 (trinta e quatro) instrumentos musicais: 06 (seis) clarinetas soprano, 04 (quatro) clarinetas piccolo, 2 (duas) flautas, 2 (dois) flautins, 2 (dois) fagotes, 2 (dois) trombones (trombones), 2 (um) clarins, 4 (quatro) trompas, 2 (dois) serpentões, 2 (dois) pares de pratos, 2 (dois) bombos, 2 (dois) ramos de campainhas e 2 (duas) caixas de rufo.

16) O Decreto de 11 de dezembro de 1817, estabeleceu o Regulamento da Banda de Música,



determinando que as Unidades Militares vindas de Portugal, a Divisão Auxiliadora, composta pelo 11º Batalhão de Infantaria, o 15º Batalhão de Infantaria e o 3º Batalhão de Caçadores tivessem bandas de música, de acordo com a mesma organização preconizada em Portugal, por meio da Portaria de 16 de dezembro de 1815, ou seja, passaram a ter o efetivo de 1 (um) mestre de música e por 10 (dez) instrumentistas, podendo integrar ainda mais 6 (seis) soldados aprendizes, sendo assim permitida uma banda de música orgânica com o efetivo de 1 (um) mestre e 16 (dezesesseis) instrumentistas. Neste decreto, foi criada e estruturada a hierarquia para o músico militar: mestre de música, músico de 1ª classe, músico de 2ª classe e músico de 3ª classe, mantendo também o soldado aprendiz, determinando o tipo de instrumento musical que deveria executar. Estipulou, neste sentido, a instrumentação para as bandas de música: flautim; clarineta píccolo; clarinetas sopranos; trompas; clarim; fa-

gotes; serpentão bombo/zabumba e caixa de rufo.

17) O Decreto de 28 de abril de 1818, determinou o efetivo de 1 (um) mestre e (16) dezesseis instrumentistas, nas bandas de música dos batalhões, além de 1 (um) tambor-mor e 4 (quatro) pífaros.

18) O Decreto de 4 de outubro de 1821, D. João reestruturou o efetivo de todas as bandas de música dos batalhões dos Corpos de Infantaria de Linha do Rio de Janeiro, como o efetivo de 1 (um) mestre e dezesseis (16) instrumentistas, além de 1 (um) tambor-mor e 4 (quatro) pífaros.

19) O Decreto de 18 de julho de 1822 determinou que a organização e o efetivo aplicados às bandas de música nos Corpos de Infantaria de Linha do Rio de Janeiro, constituídas por um 1 (um) mestre e 16 (dezesesseis) instrumentistas, segundo o plano de 11 de dezembro de 1817, fossem também aplicados às bandas de música nos recém-criados batalhões de granadeiros;

20) A permanência da Banda de Música da Brigada Real de Ma-





rinha no Rio de Janeiro, após a partida de D. João, a Corte Portuguesa e a Família Real para Portugal, originou posteriormente, a Banda de Música da Marinha de Guerra de D. Pedro I.

21) A vinda para o Brasil de músicos estrangeiros ligados as atividades com bandas de música, vindos para o Brasil, em especial, para o Rio de Janeiro, como José Totti, Eduard Neuphart, Sigismund Neukomm, atraídos pela política cultural de D. João.

22) A vinda de uma banda de música militar, liderada pelo famoso músico Eduard Neuphart, composta por músicos austríacos e portugueses na comitiva de D. Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil, vindos a convite de D. João.

23) O desenvolvimento do *ethos* musical militar por meio do emprego das bandas de música nos cerimoniais militares e cívicos, profanos e religiosos, na Corte do Rio de Janeiro, cuja prática musical irá se estender como um todo, no Brasil Colônia até os nossos dias.

24) A vinda das missões artísticas da França e da Áustria, as quais contribuíram para o desenvolvimento da cultura do Brasil, atendendo as demandas do *modus vivendus* da Corte Portuguesa e da Família Real de D. João, principalmente, no tocante a música em geral, bem como, a música militar; e

25) A criação dos seguintes centros culturais musicais no Rio de Janeiro: a Capela Real; a reativação e o reforço da Capela Musical da Fazenda Santa Cruz, com coro e orquestra e, a manutenção de suas atividades musicais; a criação do Teatro de S. João e do Teatro de S. Pedro de Alcântara.

### c) Coda finale

D. João foi, incontestavelmente, um verdadeiro mecenas para com os artistas e músicos em geral e, em especial, para com os músicos militares e suas bandas de música, antes, durante o Período Joanino e depois. Possuidor de uma vasta cultura, inclusive artística e musical, entre outras, veio de uma



linhagem cujos seus ancestrais, D. João IV e D. João V, foram também notáveis mecenas, em suas respectivas cortes de época, os quais contribuíram para o desenvolvimento da cultura portuguesa, projetando as suas respectivas cortes como referências de cultura em geral e musical, no mundo aristocrático europeu.

Conclui-se que foram inúmeras e importantes as contribuições realizadas por Don João, para a cultura no Brasil<sup>40</sup>, mas em especial, objeto deste artigo, para a Música Militar, neste período. Pelo fato de ter organizado e criado as Bandas de Música Militares, de forma oficial, pagas com o erário régio, equipando-as com instrumentos musicais, realizando a manutenção do instrumental, organizando e enriquecendo o seu *ethos* musical, bem como, fardando-as com uniformes de suas respectivas unidades militares, criando graduações hierárquicas, estatutos, regimentos internos para o emprego e funcionamento das mesmas, em seus Regimentos de Infantaria de Linha, bem como, no Regimento de Arti-

lharia, Batalhões de Caçadores, Batalhões de Granadeiros, enfim, fomentando assim, o *ethos* musical militar.

Ao fazê-lo, D. João instituiu, desta forma, a profissão de músico militar e fez surgir as bases do futuro Quadro de Músicos do Exército Brasileiro, sendo então, uma figura eminente de nossa história e merecedora de prestígio, honra e reverência, como também, por um futuro título de Patrono do Quadro de Músicos do Exército Brasileiro<sup>41</sup>. O nome de Don João encorpa o elenco de figuras estrangeiras eminentes de nossa história, que contribuíram de forma indelével ao nosso País, bem como, a nossa Força Terrestre. Nomes como Émilie Louis Mallet, marechal Emílio Mallet, o Barão de Itapevy, nascido em 10 de junho de 1801 em Dunkirk, França – Patrono da Arma de Artilharia; Carlos Antonio Napión - Tenente General Napión, nascido em 30 de outubro de 1757, Turim, Itália – Patrono do Quadro de Material Bélico; e o João Carlos Villagran Cabrita, tenente-coronel, nascido em 30 de dezembro de



1820, em Montevidéu, Patrono da Arma de Engenharia, já estão eternizados no *phanteon* de heróis e patronos do Exército Brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA

BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2006.

CARDOSO, André. *A música na Corte de D. João VI – 1808-1821*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CARVALHO, V. M. de. *A música militar na Guerra da Tríplice Aliança*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

HOLLER, Marcos Tadeu. *Os jesuítas e a música no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2010.

KERMAN, Joseph. *Musicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

KIEFER, Bruno. *História da música brasileira: dos primórdios ao início do século XX*. Porto Alegre: Movimento, 1997.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MARIZ, Vasco. *A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

MEIRA, Antonio Maria; SCHIRMER, Pedro. *Música militar e banda de música: origem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Estandarte, 2000.

MORAES, José Geraldo Vinci; SALIBA, Elias Thomé (orgs.). *História e música no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2010.

PASSOS, Amilton M. *A alma da tropa*. França: Divine, 2012.

REZENDE, Maria da Conceição. *A música na história de Minas Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

SOUSA, Pedro Marquês de. *História da música militar portuguesa*. Lisboa: Tribuna, 2008.

TALINA, João Carlos. A música militar no período joanino: a herança da Casa dos Bragança à música militar. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 157, 2º Quadrimestre, p. 4-14, 2021. Disponível em:



<http://www.bibliex.eb.mil.br>.  
Acesso em: 10 fev. 2022.

TALINA, João Carlos. *A Banda de Música Divisionária da FEB: Origem, formação, importância e atividades no cotidiano da FEB, no Teatro de Operações da Campanha da Itália, durante a 2ª Guerra Mundial*. Comunicação Coordenada nº 17, apresentada no VIII Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial – SENAB – 2ª GM 2019 – Atuação da FEB na Itália com seus elementos de Tropa Especial e Órgãos Não Divisionários.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

---

<sup>1</sup> Tal pesquisa, a priori, tem a sua origem no propósito de apresentar a figura de D. João VI como proposta de Patrono do Quadro de Músicos do Exército.

<sup>2</sup> KERMAN, Joseph. *Musicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

<sup>3</sup> É citado de forma geral, nesta pesquisa, o Brasil Colônia como Brasil, o qual se estendeu até 1816 quando passa a integrar o Reino de Portugal, Brasil e Algarves, tornando-se inde-

---

pendente em 1822, como Brasil Império.

<sup>4</sup> O Período Joanino, é concebido nesta pesquisa como o período de estadia de D. João, no Brasil, com a sua Corte Portuguesa, bem como, a sua Família Real, delimitado entre 1808 a 1821.

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que iremos citar, de forma geral, nesta pesquisa, o nome de D. João, pois ele chega ao Brasil com o título de Príncipe Regente e, durante o período de sua estadia aqui, de 1808 a 1822, ele assume o Reino de Portugal, Brasil e Algarves em 1816, sendo aclamado Rei de Portugal, Brasil e Algarves, em 1818 no Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> SOUSA, Pedro Marquês de. *História da música militar portuguesa*. Lisboa: Tribuna, 2008.

<sup>7</sup> *Ibid*, p. 134-135.

<sup>8</sup> TALINA, João Carlos. *A Banda de Música Divisionária da FEB: Origem, formação, importância e atividades no cotidiano da FEB, no Teatro de Operações da Campanha da Itália, durante a 2ª Guerra Mundial*. Comunicação Coordenada nº 17, apresentada no VIII Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial – SENAB – 2ª GM 2019 – Atuação da FEB na Itália com seus elementos de Tropa Especial e Órgãos Não Divisionários.



<sup>9</sup> Ternos de Barbeiros, segundo Tinhorão (1998, p. 155-175) eram grupos musicais formados por negros escravos, barbeiros de ofício, que executavam músicas nos festejos religiosos que ocorriam nas portas das igrejas, cujas atividades perduraram muito depois da chegada e instalação da Família Real e da Corte Portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro. Cf. ANDRADE, Mário de. *Dicionário musical brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989; e TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998 apud TALINA, 2019, op.cit.

<sup>10</sup> De acordo com Binder (2006, p. 27) as bandas de música pertenciam aos regimentos de 1ª Linha, os quais eram profissionais e ficava permanentemente em armas/prontidão estacionadas no Rio de Janeiro. Estas tropas eram formadas por três regimentos de infantaria e um de artilharia, segundo o decreto de 1810.

<sup>11</sup> CARDOSO, André. *A música na Corte de D. João VI – 1808-1821*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>13</sup> MEIRA, Antonio Maria; SCHIRMER, Pedro. *Música militar e banda de música: origem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Estandarte, 2000.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>15</sup> HOLLER, Marcos Tadeu. *Os jesuítas e a música no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2010.

<sup>16</sup> BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2006.

<sup>17</sup> COSTA apud BINDER, op.cit., p. 28.

<sup>18</sup> TINHORÃO, op.cit.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 178.

<sup>20</sup> BINDER, op.cit., p. 22.

<sup>21</sup> TINHORÃO, op.cit.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 177.

<sup>23</sup> BINDER, op.cit., p. 34.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>25</sup> SOUZA, op.cit., p. 26.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 26-27.

<sup>27</sup> BINDER, op.cit.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 117.

<sup>29</sup> A Carta Régia de 19 de dezembro de 1815 (SOUZA, 2008, p. 27) cita também o termo “Música” como sendo as bandas de música pertencentes às Brigadas da Divisão de Voluntários Reais do Príncipe.

<sup>30</sup> SOUZA, op.cit., p. 27.

<sup>31</sup> *Ibid.*

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>33</sup> *Ibid.*



<sup>34</sup> KIEFER, Bruno. *História da música brasileira*: dos primórdios ao início do século XX. Porto Alegre: Movimento, 1997, p. 45-46.

<sup>35</sup> BINDER, op.cit., p. 117-118.

<sup>36</sup> Ibid., p. 126.

<sup>37</sup> REZENDE, Maria da Conceição. *A música na história de Minas Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

<sup>38</sup> Franz Curt Lange apud REZENDE, op.cit., p. 693.

<sup>39</sup> MORAES, José Geraldo Vinci; SALIBA, Elias Thomé (orgs.). *História e música no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 93-94.

<sup>40</sup> Entretanto, também cabe ressaltar, as seguintes contribuições que D. João fez na Corte do Rio de Janeiro, para adequar o *modus vivendus* de sua família real, bem como, de sua corte, no Brasil: abertura dos portos às nações amigas, em 1808; criação da Imprensa Régia e a autorização para o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais em 1808; fundação do primeiro Banco do Brasil, em 1808; criação da Academia Real Militar, em 1810; abertura de algumas escolas, entre as quais duas de Medicina – uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro – por influência do médico pernambucano Correia Picanço; instalação da Real Fábrica de Pólvora no Rio de Janeiro e de fábricas de ferro

em Minas Gerais e em São Paulo; elevação do Estado do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves; vinda da Missão Artística Francesa em 1816, e a fundação da Academia de Belas Artes; mudança de denominação das unidades territoriais, que deixaram de se chamar "capitanias" e passaram a denominar-se de "províncias" (1821); criação da Biblioteca Real, em 1810; criação do Jardim Botânico, em 1811; criação do Museu Real, em 1818. Ver LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

<sup>41</sup> Embora fosse outrora, citada a figura do 2º Ten Mus Franklin de Carvalho Júnior, então Oficial Regente da Banda de Música do então 1º Regimento de Infantaria, atual 1º Batalhão de Infantaria Motorizado – Regimento Sampaio, e da Banda de Música Divisionária da Força Expedicionária Brasileira (FEB) como "Patrono do Quadro de Músicos", no Almanaque de Sargentos do Exército, entretanto, tal fato não foi "Homologado" em portaria, ou processo semelhante. O Capitão Músico Luís Barone (1900-1958) do Exército Brasileiro, avô materno do autor do presente artigo, sendo citado por Passos (2012, pg. 96-113), seria outro músico militar proeminente e contemporâneo do 2º Ten Mus Franklin, que poderia ser indicado como patro-



---

no, por ter elaborado a proposta de criação do Quadro de Músicos do Exército Brasileiro com as graduações, mas sem citações em fontes literárias, até o presente momento. Prosseguindo, também não foram observadas nesta pesquisa contribuições relevantes à música militar deste período que foi, sem dúvida alguma, a origem da música militar do Exército Brasileiro, quanto às personalidades musicais como a do Padre José Maurício Nunes Garcia (MARIZ, p. 56-64), Marcos Portugal (MARIZ, p. 66-69), Sigismund Neukomm (MARIZ, p. 72-76), Eduard Neuparth (CARDOSO, 2008, p.138), D. Pedro I (MARIZ, p. 78-85), Filipe Neri de Barcelos (CARVALHO, 2018, p. 24), cabendo também ressaltar que não houve pesquisa até o momento, bem como, propostas neste sentido que viessem a levantar fatos relevantes quanto às contribuições das personalidades acima citados para o Quadro de Músicos do Exército e, a se concretizar em tal proposta.

# O Pensamento do Poder Aeroespacial: sua correlação com a Geopolítica

João Rafael Mallorca Natal <sup>a</sup>

**Resumo:** Diversos são os conceitos de Poder Aéreo, tornado Poder Aeroespacial na medida em que os vetores de emprego deixaram a atmosfera e passaram a atuar no chamado Espaço Exterior. O presente artigo de caráter doutrinário debruça-se sobre o Poder Aeroespacial e suas interfaces com a Geopolítica. Enfatiza também o ideário e a produção de quatro destacados estudiosos brasileiros que contribuíram decisivamente para a construção do pensamento Aeroespacial em nosso País.

**Palavras-chave:** Poder Aeroespacial, geopolítica, aviação.

## INTRODUÇÃO

A Ciência denominada Geopolítica, de adoção relativamente recente, é aquela na qual, derivada da Política, da História e da Geografia, “o Estado se apresenta como um organismo vivo”<sup>1</sup>.

O termo Geopolítica foi cunhado pelo sociólogo sueco Rudolf Kjellen, em 1916, em sua obra *O Estado como forma de vida*. De acordo com Therezinha de Castro, em sua obra *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*, de 1986, é uma

“ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos”, e tem por objetivo principal “o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado”.

O militar e geopolítico alemão Karl Haushofer, por sua vez, define a Geopolítica como a “arte de guiar a política na prática”<sup>2</sup>.

Dentro do contexto geopolítico, surge então uma subdivisão desta, denominada Geoestratégia, ou seja, a relação entre a Geografia e a Estratégia. A Geoestratégia

---

<sup>a</sup> Coronel de Infantaria da Aeronáutica. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.





leva em consideração o Poder Nacional de um Estado, com vistas à consecução dos objetivos daquele Estado. O Poder Nacional, por sua vez, tem no Poder Militar uma das expressões para o atingimento daqueles objetivos.

O Poder Militar é composto por três vertentes: o Poder Marítimo, o Poder Terrestre e o Poder Aéreo, mais conhecido atualmente como Poder Aeroespacial.

O Poder Aeroespacial será estudado de forma mais pormenorizada, de vez que o objetivo deste trabalho é o de esclarecer de que maneira a Geopolítica e o Poder Aeroespacial se interrelacionam. Para tanto, foram selecionados quatro pensadores do Poder Aeroespacial, todos oficiais-aviadores da Força Aérea Brasileira (FAB) e que, em algum momento de suas carreiras, exerceram a função de Instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), centro difusor da doutrina do Poder Aeroespacial, cognominada “A Academia de Guerra da Força Aérea Brasileira”.

## **PODER AEROESPACIAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Diversos são os conceitos de Poder Aéreo, tornado Poder Aeroespacial na medida em que os vetores de emprego deixaram a atmosfera e passaram a atuar no chamado Espaço Exterior.

William Mitchell, um dos teóricos precursores do então Poder Aéreo, definiu-o como “a habilidade de fazer algo no ar ou pelo ar”<sup>3</sup>. Já Walter J. Boyne, um dos modernos pesquisadores, conceitua como Poder Aéreo “a habilidade de conduzir operações militares, comerciais ou humanitárias em determinado local, usando para tal o Espaço Aéreo como meio”. Será Poder Aeroespacial “quando exercido através do Espaço Exterior por meio de mísseis balísticos intercontinentais ou pelo uso do espaço com emprego de satélites”<sup>4</sup>.

O Poder Aeroespacial, na definição adotada pela Aeronáutica, vem a ser, então,

a projeção do Poder Nacional resultante da integração de re-



ursos de que a Nação dispõe para a utilização do espaço aéreo e do espaço exterior, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fatos de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os objetivos nacionais”<sup>5</sup>.

No âmbito do Poder Aeroespacial, tem-se ainda o chamado Poder Militar Aeroespacial, conjunto de meios de ordem militar, em especial a força aérea.

O teórico Murilo Santos, em sua obra *Evolução do Poder Aéreo*, de certa forma consagra o conceito de Mitchell, e acrescenta que o Poder Militar Aeroespacial é um fenômeno composto por três elementos, que seriam o desenvolvimento tecnológico, ou seja, o conjunto de meios aéreos, espaciais, e toda a infraestrutura que apoia tais meios; o segundo elemento seriam os recursos humanos, capacitados a dirigir e operar os meios aeroespaciais e de infraestrutura; e, finalmente, as ideias, conceitos e doutrinas que delimitem as capacidades e limitações do Poder Aeroespacial. A este terceiro elemento

do Poder Aeroespacial dá-se o nome de Pensamento ou Doutrina Militar Aeroespacial, definida especificamente como “os princípios, conceitos, normas e procedimentos relacionados ao emprego do Poder Militar Aeroespacial em tempos de paz, crise ou guerra”<sup>6</sup>.

Esse Pensamento ou Doutrina, na sua formulação, constitui-se no tema do trabalho deste pesquisador, e será esmiuçado a seguir.

## **PENSADORES BRASILEIROS DO PODER AEROESPACIAL**

Dentre os pensadores do Poder Militar Aeroespacial brasileiro, quatro dos mais destacados tiveram a oportunidade de exercer a função de instrutores da ECEMAR: tenentes-brigadeiros do ar Néelson Freire Lavanère-Wanderley, Deoclécio Lima de Siqueira, Murilo Santos e coronel-aviador Carlos Eduardo Valle Rosa.

O primeiro dos instrutores/pensadores, Lavanère-Wanderley escreveu, dentre outras,



as obras *História da Força Aérea Brasileira*, em 1966, e *Estratégia Militar e Desarmamento*, em 1969. Na primeira obra, relata o surgimento do Poder Aeroespacial no Brasil, com os seus precursores, com os primeiros *raids* aéreos, a criação das escolas de aviação, nos Afonsos e no Galeão, a participação da aviação na Revolução Constitucionalista de 1932, e a campanha da criação do Ministério do Ar, nos anos 1930. A seguir, descreve a trajetória do Correio Aéreo Nacional e a criação do Ministério da Aeronáutica e da FAB, em 1941. Segue-se um capítulo pormenorizado acerca da participação da FAB na Segunda Guerra Mundial, quer na Campanha da Itália, quer na Campanha do Atlântico Sul. A par disso, descreve e analisa momentos decisivos na FAB, como a Revolta de Jacareacanga, em 1956, a atuação da FAB no Congo, em operação de paz, entre 1960 e 1964, e encerra a segunda edição de sua obra, em 1975, com a reafirmação da glória de Alberto Santos-Dumont, à época considerado Patrono da Força

Aérea Brasileira. Essa obra é de grande valia para a compreensão acerca da formação e da consolidação do Poder Aéreo, uma vez que, nos dizeres de Eduardo Gomes, à época Ministro da Aeronáutica,

O trabalho do tenente-brigadeiro Néelson Freire Lavanère-Wanderley vem preencher uma lacuna há muito sentida por todos. Escrever a História da Força Aérea Brasileira é um mister que dignificaria qualquer de seus integrantes e que acrescenta mais uma parcela de mérito a um de seus pioneiros<sup>7</sup>.

Outro instrutor da ECEMAR que se destaca por sua produção intelectual é o Brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira. Foi autor de vasta obra, de caráter histórico e também doutrinário. Destacam-se os livros *Caminhada com Eduardo Gomes*, escrito em 1984, no qual relata significativa parte de sua carreira sob o comando do líder marechal-do-ar Eduardo Gomes, quer nas linhas do Correio Aéreo Nacional, desbravando os rincões



brasileiros, ainda no tempo da aviação “arco e flecha”, quer no Nordeste brasileiro, participando do esforço de guerra contra o Eixo, na Segunda Guerra, executando missões de patrulha antissubmarino e auxiliando Eduardo Gomes a implantar as bases e unidades aéreas da recém-ativada Força Aérea Brasileira, em meio ao conflito.

Sua outra obra, *Fronteiras*, de 1986, apresenta um caráter mais doutrinário. Nela, Deoclécio relata, após extenso trabalho de pesquisa histórica, não apenas suas experiências nas missões de patrulha antissubmarino, na guerra, mas trata de todos os aspectos da luta contra aquela ameaça, incluindo as estratégias e táticas da guerra submarina e, por outro lado, o preparo e emprego das forças brasileiras e norte-americanas que combatiam os submarinos do Eixo, nas porções Norte e Sul do Oceano Atlântico.

Todos os ataques dos submarinos do Eixo, quer alemães ou italianos, levados a efeito na costa brasileira, são relatados de forma

pormenorizada, com recurso a fontes históricas primárias.

Um aspecto importante, em relação à obra *Fronteiras*, diz respeito à evolução das táticas e das novas tecnologias de navegação e ataque, em proveito da luta antissubmarino. Nesse aspecto, cita o autor que,

O aumento do poder dos submarinos era evidente. Já aparecera o *snorkel*, um tubo respiradouro que permitia a eles permanecer a pouca profundidade por muito tempo. No campo das medidas eletrônicas, progrediram também. Desenvolviam medidas antirradar e utilizavam o efeito *doppler* para mistificar suas posições. Aumentavam a capacidade e aperfeiçoavam e reforçavam o armamento. Até meios aéreos garantiam mais segurança. Do lado das democracias livres, o mesmo acontecia. Novos aviões chegavam, com maior velocidade. Maior capacidade e armamento mais apropriado. A tática dos ataques noturnos se aprimorava. [...] Apareceu a ideia das boias sonoras que, lançadas ao mar, captavam a direção do som dos submarinos e a transmitia aos aviões, facilitando



tando a marcação da posição. Surgiram os paraquedas luminosos, o rádio altímetro e possantes faróis de ataque sob as asas. No campo dos armamentos, a grande novidade eram os foguetes de alta velocidade e cinco polegadas de diâmetro, o famoso HVAR-5 (*High Velocity Aircraft Rocket – 5*) que, lançado de avião, podia transpor a couraça dos submarinos. [...] Mas, a grande vedete de tudo era o radar. O aparecimento desse extraordinário engenho no universo da aviação veio revolucionar essa atividade humana. A sigla significa *Radio Detection and Ranging* – rádio detecção e rastreamento<sup>8</sup>.

A verdadeira maturidade do Poder Aéreo brasileiro na guerra antissubmarino, no entanto, foi alcançada em outubro de 1943, com a criação da Unidade Aérea de Treinamento Brasil-Estados Unidos (*United States-Brazil Air Training Unit – USBATU*). A missão dessa unidade, ativada pela Marinha dos Estados Unidos no setor norte-americano da Base Aérea de Natal, era o de capacitar as tripulações brasileiras com o *state of the art* da guerra antissub-

marino, treinando nosso pessoal nas mais modernas técnicas, táticas e equipamentos existentes, já citados anteriormente. Deoclécio, também em *Fronteiras*, faz um relato das atividades da USBATU, fartamente documentado, o qual nos traz uma imagem vívida da importância de tal treinamento para a consolidação do Poder Aéreo da FAB. Cita Deoclécio que,

o importante, porém, é que o objetivo que a referida unidade se propunha alcançar. No capítulo anterior, ficou clara a necessidade de uma evolução no sentido de atualizar os conhecimentos dos aviadores da FAB, a fim de capacitá-los a uma luta mais eficiente contra os submarinos inimigos, pois o avanço da tecnologia não comporta mais a improvisação do arco e flecha<sup>9</sup>.

O brigadeiro Deoclécio, em ambas as obras, contribuiu para que o pensamento e as circunstâncias que nortearam a formação inicial do Poder Militar Aeroespacial brasileiro, em plena Segunda Guerra, fossem mais bem conhecidos pelo público e difundidas no



seio da FAB. Empreendeu, inclusive, pesquisas mais avançadas sobre o Poder Aéreo na Segunda Guerra, a partir de fontes primárias. Entrevistou Mitsuo Fuchida, o principal comandante do ataque aéreo a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, e que também teve significativa participação na batalha de Midway, no ano seguinte. Na obra *Fronteiras*, Deoclécio faz o seguinte comentário sobre tal entrevista,

Os mesmos aviões que escaparam ao ataque de Pearl Harbor, foram os que, seis meses depois, a 4 de junho de 1942, massacraram os porta-aviões japoneses. E Mitsuo Fuchida, o comandante dos aviões contra Pearl Harbor, estava também em Midway e, sobre esta batalha, elaborou um precioso testemunho em livro famoso. Desejei vê-lo nesta viagem ao Japão. Havia muitos pontos a esclarecer<sup>10</sup>.

O terceiro dos instrutores da ECEMAR com significativa produção intelectual foi o tenente-brigadeiro Murilo Santos, o qual escreveu, em 1989, uma obra de

caráter doutrinário, denominada *Evolução do Poder Aéreo*, a qual se inicia com as conceituações básicas acerca desse poder. Estabelece que o Poder Aéreo (ou Aeroespacial) é composto por três elementos, conforme visto anteriormente.

Santos continua sua obra com a contextualização histórica do desenvolvimento do Poder Aéreo, iniciando pelos primórdios e pela Primeira Guerra Mundial. A seguir, tece considerações sobre as primeiras elaborações teóricas do Poder Aéreo. Nessas considerações, examina a carreira e o pensamento do general Giulio Douhet, italiano, considerado o Profeta da Guerra Aérea. Douhet codificou seus pensamentos doutrinários, a respeito do Poder Aéreo e da guerra aérea, em sua obra fundamental: *O Domínio do Ar*, publicada em 1921. Douhet é o primeiro pensador do Poder Aéreo a compreender a capacidade do avião em empreender ações de caráter estratégico, ou seja, atingir o inimigo não apenas no campo militar, mas nos demais campos do Poder Nacional,



ou seja, o econômico, o político e o psicossocial. Cita Dohuet em sua obra que,

sendo independente da superfície e podendo deslocar-se mais rapidamente do que qualquer outro meio, o aeroplano veio a tornar-se uma arma ofensiva por excelência. Movimenta-se em todas as direções com igual facilidade e alcança maior velocidade. As forças aéreas acham-se, portanto, em condições de ameaçar todo o território incluído em seu raio de ação [...] Ademais, como ele bem destaca, não se trata apenas de alcançar as forças militares dos inimigos, mas de afetar seu ânimo moral, levando a guerra até a retaguarda, fazendo assim desaparecer a já mencionada característica predominante da Primeira Guerra Mundial, que era a de circunscrever-se o Teatro de Operações a uma parcela do território, deixando a vida fluir com relativa normalidade em derredor<sup>11</sup>.

O conceito-chave de Douhet consistia na expressão Domínio do Ar ou Controle do Ar, o qual foi expresso da seguinte forma: “dominar o ar significa estar em con-

dições de impedir o voo do inimigo, ao mesmo tempo em que se garante esta faculdade para nós mesmos”<sup>12</sup>.

Murilo Santos considera que as ideias de Douhet podem ser sintetizadas da seguinte forma:

Para assegurar-se uma adequada defesa nacional, é necessário e suficiente que se tenha condições, em caso de guerra, de obter o comando do ar. O objetivo primário dos ataques aéreos não deve ser as instalações militares, mas sim as indústrias e os centros populacionais distantes do contato com as forças de superfície inimigas. A força aérea inimiga não precisa ser destruída somente no combate aéreo, mas sim a partir de suas instalações e fontes de produção<sup>13</sup>.

Nesse contexto, Douhet antecipou a existência não apenas das operações aeroestratégicas, mas igualmente das ações que viriam, no futuro, a ser denominadas Supressão de Defesas Aéreas Inimigas (SDAI), as quais iniciam todas as campanhas aéreas, na guerra moderna.



A par de Douhet, Murillo Santos relata as ideias do general William “Billy” Mitchell, do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), “defensor tenaz da organização autônoma da Força Aérea”. Mitchell, contemporâneo de Douhet, partilhava muitas de suas teorias, em especial aquelas relacionadas ao emprego estratégico da aviação; conforme Santos,

assim, acreditava na eficiência e no papel essencial do ataque aéreo a instalações industriais e atividades de que dependia o inimigo. Supunha mesmo que a ação deste pudesse ser paralisada com níveis modestos de bombardeio<sup>14</sup>.

As palavras exatas de Mitchell, a respeito da paralisação completa das atividades inimigas, utilizando-se de poucos meios aéreos, foram assim escritas:

É desnecessário que estas cidades sejam destruídas, no sentido de que toda casa seja nivelada com o chão. Basta que se consiga impedir a população de realizar suas atividades costumeiras. Um poucas bombas

de combustíveis serão suficientes<sup>15</sup>.

Murilo Santos, ainda na sua obra fundamental, *Evolução do Poder Aéreo*, traça uma visão geral da aviação entre as duas grandes guerras. A princípio, relata a experiência britânica com a criação da Real Força Aérea (*Royal Air Force – RAF*), em 1918, e de seu principal propugnador, líder e organizador: o marechal-do-ar *Sir Hugh Trenchard*. Oficial oriundo da Infantaria do Exército Britânico, Trenchard aprendeu a pilotar em 1912, com 39 anos de idade, já na patente de major. Participou da Primeira Guerra Mundial como aviador, tendo sido promovido a general ainda durante a guerra. Sua brilhante participação no conflito levou as autoridades militares britânicas a designá-lo para chefiar o processo de organização da nova força armada.

Os motivos que levaram os britânicos à criação de uma força aérea autônoma, segundo Santos, não foram ideias desenvolvidas e elaboradas por estados-maiores,





mas sim um senso de urgência, causado pelo bombardeio de Londres pelos alemães em 1917, con-substanciado no “Relatório Smuts”.

O segundo relatório do Comitê do Primeiro-Ministro, designado para examinar a organização aérea e a defesa aérea nacional contra *raids* aéreos, foi datado de 17 de agosto de 1917. O marechal de campo Jan Smuts era o presidente deste Comitê, formado para enfrentar o problema crucial surgido em decorrência dos bombardeios a Londres. Como consequência desse relatório, criou-se, no começo de 1918, a *Independent Bombing Force*, para a realização de operações aéreas estratégicas, e organizou-se mais tarde, de forma autônoma, a *Royal Air Force*. O Relatório Smuts tornou-se um documento clássico na história da evolução do Poder Aéreo <sup>16</sup>

A obra de outro importante teórico do Poder Aéreo, Alexander P. Seversky, é relatada a seguir, por Murilo Santos. Ênfase é dada à obra de Seversky, *Victory through Air Power (Vitória pela Força*

*Aérea*, na edição brasileira), a qual, publicada em 1942, tornou-se importante referência no tocante ao emprego do Poder Aéreo, no âmbito da estratégia militar. O livro de Seversky contém uma análise judiciosa acerca da Batalha da Inglaterra, na qual as forças aéreas alemã (*Luftwaffe*) e britânica enfrentaram-se, em busca do controle do ar sobre as ilhas britânicas. Face à derrota dos alemães, a interpretação de Seversky é de que a *Luftwaffe* não estava preparada para uma verdadeira campanha aeroestratégica, mas apenas para o apoio aéreo aproximado, isto é, o apoio às forças de superfície.

O Terceiro Reich tinha construído bombardeiros que eram belas máquinas voadoras, às quais se incorporavam os últimos conhecimentos aerodinâmicos. Eram de excelente construção e admiravelmente adequados à eficácia do piloto. Mas não possuíam o alcance, a necessária capacidade de carga de bombas, a blindagem, ou a potência de fogo, que os habilitasse a bombardear os objetivos, nas verdadeiras condições de conflito aéreo <sup>17</sup>.



Os demais capítulos de *Evolução do Poder Aéreo* são dedicados aos relatos acerca da atuação das forças aéreas na Segunda Guerra Mundial, na Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã, das guerras entre Índia e Paquistão e árabe-israelenses, Guerra das Malvinas e outros conflitos contemporâneos. Em todos eles, Santos reafirma a ênfase nos aspectos da evolução tecnológica da Guerra Aérea, em especial acerca do advento do radar, na Segunda Guerra Mundial, e do míssil, mais recentemente.

O último dos pensadores é o coronel-aviador Carlos Eduardo Valle Rosa. Este Instrutor exerceu suas atividades na ECEMAR no período de 2008 a 2010. Após solicitar transferência para a reserva, em 2011, tornou-se Oficial de Doutrina da antiga Primeira Força Aérea, em Natal, mais tarde Ala 10, e hoje Base Aérea de Natal. Em 2014, escreveu a primeira obra, em Língua Portuguesa, destinada a auxiliar docentes e alunos das escolas e instituições ligadas às

diversas atividades ligadas ao Poder Aeroespacial, que vem a ser o livro *Poder Aéreo: Guia de Estudos*.

A referida obra, de caráter essencialmente didático, condensa as ideias dos principais teóricos do Poder Aeroespacial, bem como detalha os princípios de guerra, à luz da guerra aérea. Tece igualmente considerações sobre as características e funções do Poder Aéreo, inclusive com uma análise comparativa entre diversas Forças Aéreas do mundo.

Mais do que uma simples manual, *Poder Aéreo: Guia de Estudos* é um verdadeiro tratado sobre os diversos aspectos da guerra aérea, com ênfase nos assuntos relacionados à Estratégia Aérea, tema de grande relevância em todos os conflitos ocorridos desde a Segunda Guerra Mundial, inclusive, e ainda controvertido, em especial no contexto do Direito Internacional dos Conflitos Armados.



## CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo esclarecer de que maneira a Geopolítica está relacionada ao Poder Aeroespacial. Iniciou-se pelos conceitos e definições de Geopolítica, Geoestratégia, e Poder Nacional. A seguir, o Poder Aeroespacial, com seus conceitos e definições, foi objeto de análise detalhada. A vida e principalmente os escritos dos principais teóricos brasileiros do Poder Aéreo foram estudados, com grande ênfase na contribuição destes na internalização e adaptação dos escritos de teóricos estrangeiros à realidade brasileira.

Cabe salientar que os pensadores cujos ensinamentos doutrinários foram expressos neste artigo não esgotam a literatura existente. Outros teóricos do Poder Aeroespacial, estrangeiros e brasileiros, já contribuíram para o rol de estudos sobre essa importante expressão do Poder Militar, e serão estudados de forma pormenorizada, em outros trabalhos.

Destarte, restou comprovada a interação entre a Geopolítica, através da Geoestratégia e sua expressão que é o Poder Aeroespacial.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Força Aérea Brasileira. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*. Brasília: Estado-Maior da Aeronáutica, 2012.

CASTRO, T. *Geopolítica: princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1986.

LAVANÈRE-WANDERLEY, N. F. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

LAVANÈRE-WANDERLEY, N. F. *Estratégia Militar e Desarmamento*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969.

ROSA, C.E.V. *Poder Aéreo: Guia de Estudos*. Rio de Janeiro: Editora Luzes, 2014.

SANTOS, M. *Evolução do Poder Aéreo*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1989.



SIQUEIRA, D. L. *Caminhada com Eduardo Gomes*. Rio de Janeiro: Editora Revista Aeronáutica, 1984.

SIQUEIRA, D. L. *Fronteiras*. Rio de Janeiro: Editora Revista Aeronáutica, 1986.

---

<sup>1</sup> CASTRO, T. *Geopolítica: princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1986, p. 28.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> ROSA, C.E.V. *Poder Aéreo: Guia de Estudos*. Rio de Janeiro: Editora Luzes, 2014, p. 26.

<sup>4</sup> Ibid., p. 27.

<sup>5</sup> BRASIL, Força Aérea Brasileira. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*. Brasília: Estado-Maior da Aeronáutica, 2012, p. 8.

<sup>6</sup> Ibid., p. 11.

<sup>7</sup> GOMES, apud LAVANÈRE-WANDERLEY, N. F. *Estratégia Militar e Desarmamento*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969, p. 9.

<sup>8</sup> SIQUEIRA, D. L. *Fronteiras*. Rio de Janeiro: Editora Revista Aeronáutica, 1986, p. 242-243.

<sup>9</sup> Ibid., p. 251.

<sup>10</sup> Ibid., p. 96.

---

<sup>11</sup> SANTOS, M. *Evolução do Poder Aéreo*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1989, p. 38.

<sup>12</sup> Ibid., p. 40.

<sup>13</sup> Ibid., p. 43.

<sup>14</sup> Ibid., p. 49.

<sup>15</sup> MITCHELL apud SANTOS, op.cit., p. 49.

<sup>16</sup> EMME apud SANTOS, op.cit., p. 58.

<sup>17</sup> SEVERSKY apud SANTOS, op.cit., p. 79.

# RESENHA

## **Vietnã: uma tragédia épica 1945-1975**

Luiz Ernani Caminha Giorgis <sup>a</sup>

**HASTINGS, Max. *Vietnã: uma tragédia épica 1945-1975.*  
Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.**

A obra trata do conflito interno na Indochina Francesa entre 1945 e 1975, mais especificamente da Guerra do Vietnã, que se desenvolveu no período 1965-1975 entre o sul, apoiado pelos EUA, e as tropas norte-vietnamitas, apoiadas pela China e pela antiga URSS. Ou seja, de um lado os norte-americanos e sul-vietnamitas. Do outro lado, os norte-vietnamitas (República Democrática do Vietnã) e vietcongs, estes representados pelo chamado Governo Revolucionário Provisório. Os vietcongs eram constituídos por forças irregulares revolucionárias comunistas. O sul era denominado simplesmente República do Vietnã.

O insucesso da França na Guerra da Indochina (1946-1954) ficou caracterizado pela acachapante derrota na Batalha de Dien Bien Phu entre março e maio de 1954. E este revés havia causado a formação do Camboja, do Laos e do Vietnã. Este último se dividiu em Vietnã do Sul (com capital em Saigon) e do Norte (com capital em Hanói), separados pelo paralelo 17.

O autor aborda não somente as operações militares mas também os aspectos sociológicos da Guerra do Vietnã, cujas principais vítimas foram os civis Vietnamitas. Conclui destacando as consequências do conflito, que incluíram três milhões de mortes, sendo 58 mil nor-

---

<sup>a</sup> Coronel de Infantaria. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



te-americanos, e a devastação econômica, política, militar e psicossocial daquele país.



Nos 46 anos desde o fim da guerra até 2021, quando o livro ficou pronto, o autor Max Hastings revisou documentos diversos nos EUA e no Vietnã, ouviu os depoimentos de muitas pessoas dos dois lados que participaram direta ou indiretamente e visitou locais no Sudeste Asiático.

Cabe destacar que os EUA, derrotados, depois de gastarem 150 bilhões de dólares, deixaram o

Vietnã jogados à própria sorte após 10 anos de guerra, abrindo caminho para a vitória do norte comunista e a conseqüente comunização do país.

O livro está dividido em 28 capítulos, e estes são subdivididos em variável número de subcapítulos. Estão presentes as Notas, que são divididas pelos capítulos, a Bibliografia e o Índice Remissivo.

O início da obra aborda o processo histórico da presença francesa na Indochina e a saída da França da região, deixando toda a carga político-ideológica, econômica, psicossocial e militar para os EUA e para o governo sul-vietnamita.

Como destaca Barbara Tuchman<sup>1</sup>, os protestos contra o domínio francês tiveram início bem cedo, logo após a II Guerra Mundial. Na verdade, o Vietnã conseguiu, ao longo do tempo, vencer diversos invasores, começando pela China. No século XX, franceses e japoneses tentaram dominar totalmente a região. E isso era motivo de orgulho nacional. E agora chegava a vez dos franceses. O povo queria os franceses fora do país e conquis-



tar a independência. O vetor de luta vislumbrado pelos Vietnamitas em relação aos gauleses tinha duas vertentes, uma ideológica – o comunismo, liderada por Ho Chi Min; e a forma de combate – a irregular, a guerrilha, valendo-se da sua cobertura vegetal e da hidrografia.

A chamada Primeira Guerra da Indochina começou no final de 1946. Ou seja, a França não conseguiu vencer o movimento ideológico de esquerda representado pelo chamado Vietminh<sup>2</sup> e sua guerrilha, inclusive empregando a Legião Estrangeira, que foi derrotada, apelando então para os EUA. Esta potência, alarmada pelo avanço comunista na região, que inclui o Laos e o Camboja, atendeu aos apelos franceses.

Inicialmente, os norte-americanos forneceram armamento e treinamento aos franceses e às tropas sul-Vietnamitas. No prosseguimento, com a saída da França, passaram a enviar “conselheiros militares” para atuação junto ao Exército Sul-vietnamita. O fluxo

de material bélico dos EUA para o Vietnã não foi interrompido.

Em seguida, o Congresso daquele país autorizou o envio de tropas sem “qualquer decisão bem delineada ou plano de missão”<sup>3</sup>, conforme Barbara Tuchman. Com a divisão do país em “sul” e “norte” pelo paralelo 17, ficou caracterizada a luta ideológica. E assim, no final da década de 1960, portanto, aconteceu o que ficou conhecido como a “escalada militar norte-americana no Vietnã”. Este foi o início da “tragédia épica”, usando as palavras do autor Max Hastings. Durante os dez anos seguintes os EUA chegaram a ter 500 mil homens em ação no país. O envolvimento direto norte-americano foi de oito anos.

Todas as forças armadas dos EUA participaram, mas o esforço maior foi das tropas terrestres, incluindo os Fuzileiros Navais, conhecidos como *Marines*. Mas, como exemplo, no ano de 1968 morreram 200 norte-americanos semanalmente, chegando à cifra de 14.000.



Os presidentes norte-americanos, começando com o general Dwight David Eisenhower, passando por John Fitzgerald Kennedy, Lyndon Barrymore Johnson, Richard Milhous Nixon e Gerald Rudolph Ford Jr, empenharam-se em manter os EUA no Vietnã mais preocupados com suas reeleições (exceto Lyndon Johnson) e em não abandonar o país aliado, o que equivaleria a reconhecer a derrota para os comunistas e herdar uma vergonha político-militar assombrosa. Entretanto, no final do processo, foi exatamente isso que aconteceu.

A Guerra do Vietnã foi o maior conflito bélico desde a II Guerra Mundial. Os EUA procuraram envolver outros países neste esforço bélico. Esta guerra, do lado dos democratas, contou com a participação, além dos franceses, de ingleses, australianos, neozelandeses e sul-coreanos. Até o Brasil foi convidado a enviar tropas, convite que foi declinado pelo Presidente general Arthur da Costa e Silva.

Do lado dos comunistas estiveram presentes, seja com o envio

de conselheiros e tropas seja pelo apoio material, a China e a URSS. O apoio material foi consubstanciado por armamento, munição, viaturas e diversos outros tipos de suprimentos, incluindo combustíveis.

Aspecto importante destacado pelo autor Max Hastings foi sobre o armamento individual. Assim, ele comenta sobre vantagens e desvantagens do fuzil russo AK-47, sobre o M-14, depois M-16 (EUA) e faz interessantes comparações. Da mesma forma, comenta sobre meios aéreos, como o caça russo MiG-15 e seus oponentes norte-americanos.

Indiretamente, este conflito foi limitado e não declarado entre as grandes potências EUA, China e URSS. Fato comprovado pelo não bombardeamento de Hanói pelos EUA e de Saigon pelo lado comunista, o que levaria a guerra a um patamar realmente perigoso em nível mundial. As relações diplomáticas entre os EUA, China e URSS durante todo o conflito permaneceram normais.





As principais lideranças civis e militares presentes no Vietnã durante o conflito foram as seguintes:

- do lado sul-vietnamita: Ngo Dinh Diem, Nguyen Khanh e Nguyen Van Thieu;

- dos EUA: William Westmoreland e Creighton Abrams; e

- do lado comunista (norte): Ho Chi Minh, Ton Duc Thang, Vo Nguyen Giap e Le Duc Tho.

Fato a ser destacado foram as Conferências de Paris para o fim da guerra. Estas conferências começaram em 1968, depois da Ofensiva do Tet, e se prolongaram até 1973. Os principais representantes foram, do lado dos EUA, Henry Alfred Kissinger, Conselheiro de Segurança Nacional, e do lado norte-vietnamita Le Duc Tho, membro do Politburo do Vietnã do Norte.

Depois de cinco anos de negociações, permeadas por diversas interrupções e adiamentos, aconteceram os Acordos de Paris e, com eles, o término da intervenção direta dos EUA no conflito.

Os dois “diplomatas” foram agraciados com o Prêmio Nobel da

Paz mas, o que ficou claro, foi a superioridade de Le Duc Tho sobre Kissinger nas negociações. Le Duc Tho se recusou a receber o Prêmio, alegando que a paz não foi completamente obtida.

O Congresso dos EUA havia passado a negar o apoio ao Vietnã do Sul, inviabilizando o prosseguimento do conflito. E fez isso pressionado pela opinião pública interna do país, cuja população, mormente os pais e parentes dos militares enviados para a guerra, não suportou mais receber os seus filhos mortos em uma guerra distante, cujos objetivos nunca ficou bem claro.

A leitura da obra deixa algumas constatações bem nítidas:

1) mesmo que o conflito fosse inserido no contexto da guerra fria, jamais os EUA deveriam ter atendido ao apelo francês; conforme Barbara Tuchman, o conselheiro da Casa Branca John Kenneth Galbraith e o próprio John Kennedy sabiam que “o Vietnã era um desastre em andamento”<sup>4</sup>; se sabiam, por que persistiram no erro?



2) jamais deveriam ter passado da simples presença de conselheiros para o emprego de tropas;

3) teria sido melhor armar e preparar o Exército sul-vietnamita e não participar diretamente das operações;

4) jamais o comunismo ameaçou a segurança norte-americana através da Indochina que, como diz Barbara Tuchman, foi uma “extrapolação que só poderia conduzir à insensatez”<sup>5</sup>;

5) o Congresso dos EUA jamais deveria ter autorizado a escalada militar; antes de iniciada a guerra os chefes norte-americanos chegaram à seguinte conclusão: “uma vez que as forças e o prestígio dos Estados Unidos sejam comprometidos, o desengajamento não será possível, exceto pela vitória”. Sábia conclusão, mas foi o que aconteceu – desengajaram vergonhosamente;

6) esta frase, de um oficial sul-vietnamita, expressa de maneira bem realista o que aconteceu no Vietnã: “Os comunistas não venceram. Os norte-americanos sim-

plesmente resolveram ir embora e deixar o Vietnã do Sul perder”;

7) ainda no início da década de 1960, o Secretário de Estado Robert Strange McNamara em uma reunião no Pentágono teria dito o seguinte: “Temos o poder de destruir qualquer sociedade deste nosso século XX”<sup>6</sup>. Essa arrogância lhe saiu caro porque ele foi um dos causadores da derrota norte-americana no sudeste asiático;

8) Max Hastings finaliza com uma pergunta e uma frase de um general norte-americano sobre o Vietnã: “Aquilo tudo foi sobre o que mesmo?” e “O que me incomoda é que não aprendemos muita coisa. Se tivéssemos aprendido, não teríamos invadido o Iraque”; o problema dos EUA era defender o refrão “Paz com Honra”;

9) os EUA foram lutar em um país pequeno, como costumam fazer, pensando em vencê-lo. Jamais se preocuparam com o espírito, com a tradição e com a resiliência Vietnamita. Deveriam ter saído na hora correta. Não saíram. Procuraram conduzir uma guerra convencional para vencer a força ini-



miga que conduziu os combates na forma de guerrilha. E foram vencidos, vergonhosamente. E o pior de tudo, ainda repetiram isso tudo no Iraque e no Afeganistão, de onde tiveram que sair também de maneira vergonhosa;

10) a historiografia costuma relatar um diálogo entre um general estadunidense e um norte-Vietnamita após a guerra. Diz o norte-americano: “nós vencemos quase todas as batalhas”, ao que responde o Vietnamita: “Isso não importa: nós ganhamos a guerra”. Ou seja, por parte dos estadunidenses: “Vencemos... mas perdemos”;

11) no futuro, os EUA em outros dois contextos bem diferentes invadiram o Afeganistão (2001) e o Iraque (2003). No Afeganistão, os norte-americanos também foram derrotados, sendo a queda e a retirada de Cabul bem parecidas com o que aconteceu em Saigon em 1975;

12) os fatos parecem mostrar que os EUA só invadem países menores, que não possuem poder militar para resistir ao poderio norte-americano. Os exemplos são diversos, inclusive na América

Central. E, mesmo assim, pelo menos em duas ocasiões (Vietnã e Afeganistão), foram derrotados. No Vietnã, a derrota foi política, principalmente, mas não deixou, também, de ter sido uma derrota militar.

## **BIBLIOGRAFIA:**

HASTINGS, Max. *Vietnã: Uma tragédia épica 1945-1975*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2008.

TUCHMAN, Barbara. *A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

---

<sup>1</sup> TUCHMAN, Barbara. *A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 242.

<sup>2</sup> Vietminh: Liga pela Independência do Vietnã, movimento revolucionário de libertação nacional. Foi criado por Ho Chí Minh em 1941 para obter a independência do Vietnã da França.

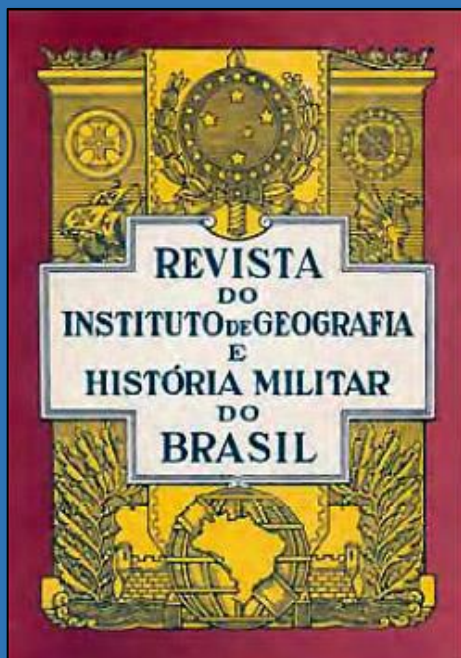
<sup>3</sup> TUCHMAN, op.cit, p. 303.

<sup>4</sup> Ibid., p. 308.

<sup>5</sup> Ibid., p. 255.

<sup>6</sup> Ibid., p. 290.

**REVISTA DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E HISTÓRIA MILITAR  
DO BRASIL**



**ANO: 81 N° 109 2022**

**ISSN: 0020-3890**